

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA MARIA BERTOLINO

***QUADROS E COSTUMES NA REVISTA CULTURA POLÍTICA: INTELECTUAIS E O  
ESTADO NOVO (1941-1942)***

UBERLÂNDIA

2017

ANA MARIA BERTOLINO

*QUADROS E COSTUMES NA REVISTA CULTURA POLÍTICA: INTELECTUAIS E O  
ESTADO NOVO (1941-1942)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula.

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

B546q      Bertolino, Ana Maria, 1989-  
2017      Quadros e costumes na Revista Cultura Política: intelectuais e o  
                 Estado Novo (1941-1942) / Ana Maria Bertolino . - 2017.  
                 127 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.31>  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Cultura política - Teses. 3. Ramos,  
Graciliano, 1892-1953 - Teses. 4. Rebelo, Marques, 1907-1973 - Teses.  
I. Paula, Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

Maria Salete Freitas Pinheiro – CRB6 - 1262

ANA MARIA BERTOLINO

*QUADROS E COSTUMES NA REVISTA CULTURA POLÍTICA: INTELECTUAIS E O  
ESTADO NOVO (1941-1942)*

Dissertação aprovada para a obtenção do  
Título de Mestre no Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal de Uberlândia pela banca formada por:

Uberlândia, 17 de novembro de 2017.

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula – Orientadora  
INHIS-UFU

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Gisélia Maria Campos Ribeiro  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Congonhas

---

Professor Dr. Leandro José Nunes  
INHIS-UFU

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade da vida, por ter me dado coragem para enfrentar os desafios que me foram colocados e ter me dado a capacidade de concluir mais essa etapa da minha formação. E peço que continue me amparando para os novos desafios que irão surgir depois dessa etapa.

Não posso deixar de agradecer a uma mulher que foi fundamental em toda a minha vida: Maria Teresa Marques Bertolino, minha mãe. Pois, sem ela, não seria possível nem eu estar nesse mundo. Mas, principalmente, agradeço por ela ter sempre me incentivado e ter me ajudado a desenvolver minhas capacidades, tanto físicas como intelectuais. Obrigada, mãe, por ser essa pessoa forte, sempre me incentivando e embarcando nos meus sonhos. Também quero agradecer ao meu pai Fausto, mais conhecido como Faustão. Obrigado, pai, pelo carinho, por sempre ser meu porto seguro e por sempre ter deixado minha mãe disponível para cuidar de mim.

Agradeço a uma pessoa muito especial, meu sobrinho João Lucas Rodrigues Bertolino, que alegrava os dias mais difíceis ao longo desse um ano. Fazia-me sorrir a cada vez que via uma nova foto sua, a cada nova descoberta, e toda vez que me chama de “Nana”, mostrando que o afeto é reciproco. Também agradeço ao meu irmão Fausto Augusto “Guto”, por todo apoio, pelo afeto e por sempre me ajudar quando eu precisei. À minha cunhada Ana Paula, por ser uma irmã que a vida me deu e uma amiga com quem posso contar sempre. À minha tia Silvana, a “Tiba”, por ser minha segunda mãe e por sempre me aconselhar. E, assim, agradeço aos demais familiares pelo apoio e pelo carinho de sempre.

Agradeço à minha orientadora, Dilma Andrade de Paula, por ter me guiado nessa jornada, que começou na minha monografia. Obrigada pelos momentos de troca, pelas sugestões, pelo respeito e por ter se tornado uma pessoa tão especial em minha vida. Também agradeço ao professor Leandro José Nunes, por ter aceitado novamente participar em minha banca e pelas sugestões que me fez durante a qualificação do trabalho. Agradeço à professora Gisélia Maria Campos Ribeiro, por ter aceitado o convite de participar da banca de defesa. Não poderia deixar de citar o professor Deivy Ferreira Carneiro, por ter estado na minha qualificação e pelos seus apontamentos.

Um agradecimento especial a duas amigas que me ajudaram com o projeto do mestrado: a Luciana e a Cassia. Obrigada por terem lido o meu projeto, pelos apontamentos e pelas sugestões.

Quero agradecer aos meus colegas de turma do mestrado pelas reflexões durante as disciplinas, em especial meus colegas de linha: Priscila, Rosangela, Lucilena, Bruno, Diego, Fabiano e Arthur. Obrigada às secretárias do curso de História: Cristina, Flávia, Josi e Luciana, por sempre me ouvirem e pelos cafezinhos.

Um agradecimento muito especial aos meus amigos Kleber Sienna e Mariane Mundim, por estarem perto de mim e por me aguentarem nos meus momentos de estresse, principalmente no final. Mas, também, por serem aqueles que me faziam rir e me divertir nas horas de lazer. Agradeço aos meus amigos mais recentes Guilherme e Jael. Não poderia deixar de citar minhas amigas que, mesmo longe, me apoiaram e incentivaram: Fabricia, Miriam Fegamê, Julia Plaza, Gabriela, Priscila, Maria Isabel e Sonia Margarete.

## RESUMO

Em meio a embates e conflitos políticos, Getúlio Vargas, por meio de um golpe, assumiu a presidência do Brasil, em 1930. Não conseguindo acalmar o cenário político e nem obter a hegemonia perante a sociedade, foi implementado outro golpe, inaugurando a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Com isso, intensificou a propaganda ideológica de cunho autoritário, conservador e elitista do regime, criando, para tal fim, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que também tinha a função da censura. O DIP teve vários veículos para propagar a sua ideologia, um dos mais importantes foi a revista *Cultura Política*, considerada a sua revista oficial. Para seu funcionamento, agregou e, às vezes, cooptou intelectuais das mais diversas correntes teóricas para auxiliar na estruturação e divulgação da ideologia. Na *Cultura Política*, havia uma coluna específica sobre as regiões do Brasil, a *Quadros e Costumes*, que se dividia entre a do Nordeste e a do Centro e do Sul, escritas pelos autores Graciliano Ramos e Marques Rebelo. Elas evidenciavam a política, a sociedade e os costumes das regiões em diálogo com alguns pontos da ideologia varguista. O objetivo desta dissertação é, portanto, analisar ambos os quadros e a participação desses autores, verificando em que medida respondiam ou não aos anseios do regime varguista.

Palavras-chave: DIP. Cultura Política. Quadros e Costumes. Graciliano Ramos. Marques Rebelo.

## ABSTRACT

Amid clashes and political conflicts, Getúlio Vargas, through a coup, assumed the presidency of Brazil, in 1930. Not being able to calm the political scenery not obtaining hegemony face to the society, another coup was implemented, inaugurating, this way, the dictatorship of *Estado Novo* (New State) (1937-1945). Thus, the government intensified the ideological propaganda of an authoritarian, conservative and elitist character of such regime, creating, for that purpose the Department of Press and Propaganda (DIP- in Portuguese), which also had the function of censorship. DIP had several means of spreading their ideology, and one of the most important was *Cultura Política* magazine, considered their official magazine. So that it could work, it added and, sometimes it joined intellectuals from the most diverse theoretical currents in order to assist in the structuring and dissemination of such ideology. At *Cultura Política* (Political Culture magazine) there was a specific column about regions of Brazil, named *Pictures* and *Customs*, which was divided between that from the *Northeast* and the one from *Center* and *South*, both being written by authors like Graciliano Ramos and Marques Rebelo. Such columns showed the politics, society and customs of those regions in dialogue with some points of the ideology of Vargas. This dissertation aims to analyse both sceneries and the participation of these authors, verifying to what extent they responded to Varga's regime's wishes.

Keywords: DIP. Political Culture. Pictures and Customs. Graciliano Ramos. Marques Rebelo.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Organização temática das crônicas da coluna <i>Quadros e Costumes do Nordeste</i> .....	65
Quadro 02 – Cidades e temas das crônicas da coluna <i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul</i> .....	90

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 – Capa da <i>Cultura Política</i> de Março de 1941, primeiro número da revista....	122
Figura 02 – Sumário da revista <i>Cultura Política</i> de Março de 1941.....	123
Figura 03 – Sumário da revista <i>Cultura Política</i> de Setembro de 1942.....	124
Figura 04 – Continuação do sumário da revista <i>Cultura Política</i> de Setembro de 1942..	125
Figura 05 – Página de apresentação da coluna <i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul</i> , na revista <i>Cultura Política</i> de Março de 1941.....	126
Figura 06 – Página da coluna <i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul</i> , na revista <i>Cultura Política</i> , de Março de 1941.....	127

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 ERA VARGAS": O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP) E OS INTELECTUAIS.....</b>	<b>15</b>
1.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) .....	17
1.2. Revista Cultura Política .....	31
1.3 Os intelectuais na Era Vargas.....	39
<b>2 QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE: GRACILIANO RAMOS .....</b>	<b>51</b>
2.1 Quadros e Costumes .....	51
2.2 Graciliano Ramos .....	55
2.3 Quadros e Costumes do Nordeste.....	63
<b>3 MARQUES REBELO: QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL .....</b>	<b>86</b>
3.1 Marques Rebelo .....	86
3.2 Quadros e Costumes do Centro e do Sul .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento da minha monografia, na qual comecei a estudar a ideologia da Era Vargas. Com o desejo de me aprofundar na pesquisa sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e estudar a sua revista oficial, a *Cultura Política*, decidi, então, dar seguimento à temática no mestrado.

Na maioria da bibliografia sobre a ideologia do Estado Novo, a revista *Cultura Política* é citada como uma das principais publicações de divulgação das ideias e dos preceitos do regime. Com isso, surgiu a vontade de estudar essa revista, ainda na graduação; no entanto, por problemas técnicos, não consegui, na época, ter contato com a *Cultura Política*.

Antes do processo seletivo do mestrado, consegui obter as edições no site do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)<sup>1</sup>. Assim, com tal revista em mãos, li alguns artigos e estruturei o projeto de forma ampla, para, depois, delimitar qual seria o recorte da pesquisa.

Durante o primeiro ano do mestrado, juntamente com a minha orientadora, vimos que na revista havia a coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*. Nesse sentido, ficamos intrigadas pela *Cultura Política* ter um espaço dedicado ao regionalismo, pois uma das bases da ideologia pregada pelo regime era o nacionalismo.

Outro fator de inquietação com a coluna foi o fato de ter sido escrita por Graciliano Ramo, pois este autor foi preso pelo regime varguista e participou do Partido Comunista. Lendo os textos da coluna e também os da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, de Marques Rebelo, percebi serem interessantes e que demonstravam diferenças no diálogo com os preceitos da ideologia. Então, encontrei qual seria o percurso de pesquisa, o qual me permitia estudar o DIP, a revista e dialogar com alguns pontos das ideias disseminadas pelo Estado Novo.

A coluna *Quadros e Costumes* também me permitiu continuar pensando a respeito da relação dos intelectuais com o Estado Novo. Dessa forma, a escolha da coluna como objeto da dissertação ocorreu por ela abranger, de certa forma, as minhas inquietações. E, no decorrer da pesquisa, possibilitou-me novos horizontes para entender como uma ideologia poder ser vista por outros ângulos, sem a desconstruir ou a conflitar de maneira direta.

---

<sup>1</sup> CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014

Por ser uma coluna escrita por romancistas, grande parte dos trabalhos acadêmicos que pesquisam a *Quadros e Costumes* são ligados a programas de pós-graduação de Letras, de Literatura e de Comunicação. Esse é o caso da tese de Thiago Mio Salla, que realizou seu doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação<sup>2</sup>, sendo um especialista na obra de Graciliano Ramos. Com isso, vê-se que as perspectivas dessas áreas são diferentes das análises com um olhar histórico. Assim, esta dissertação visa a compreender as crônicas da *Quadros e Costumes* no contexto histórico do Estado Novo, na *Cultura Política*, atentando para as aproximações e os distanciamentos com a ideologia varguista.

O contexto histórico que culminou com a instalação da ditadura do Estado Novo foi um processo repleto de transformações e de embates entre grupos políticos e sociais que tinham visões diferentes, quase opostas, de qual seria o melhor caminho para o Brasil. Dentro da historiografia, a Era Vargas foi objeto de várias pesquisas com diferentes enfoques. Com o intuito de compreender esse período, dialoguei com alguns autores de diferentes perspectivas e épocas, destacando-se: Sonia Regina Mendonça<sup>3</sup>, Maria Helena Capelato<sup>4</sup>, Boris Fausto<sup>5</sup>, Carlos Alberto Vesentini<sup>6</sup> e Pedro César Dutra Fonseca<sup>7</sup>.

O período da Era Vargas foi importante para o Brasil, porque foi nele que o Estado estruturou-se e que se formou a base para o atual Estado brasileiro. Nesse contexto, foram instaurados vários ministérios, como o do Trabalho, e o da Educação e Saúde Pública, além de haverem sido criados os concursos para o ingresso no serviço público. Ademais, é importante entender e compreender a ideologia do período por ela ainda ter resquícios na nossa ideia de nação, no nosso patriotismo e até nos discursos dos políticos atuais. Então, busca-se perceber como foi estruturada e difundida a ideologia varguista, principalmente no período ditatorial, a fim de entender como ela sobreviveu por várias décadas, embora com adaptações.

A ideologia do Estado Novo foi pensada e estruturada por diferentes intelectuais, como Francisco Campos e Almir de Andrade. Portanto, não se pode falar que havia uma

---

<sup>2</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>3</sup> MENDONÇA, S.R. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>4</sup> CAPELATO, M.H. "Estado Novo: Novas Histórias". In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2007, p. 191-192. E \_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, L. de A.N. e FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2. 2003, p. 107-143.

<sup>5</sup> FAUSTO, B. **A Revolução de 1930:** Historiografia e História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. E \_\_\_\_\_. **HISTÓRIA DO BRASIL.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.p. 329- 394.

<sup>6</sup> VESENTINI, C.A. **A teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: HUCITEC, 1979

<sup>7</sup> FONSECA, P.C.D. **Vargas:** o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.

unidade entre as ideias do regime, mas a ideologia tinha uma base formada por três eixos, explorados nas mais diversas perspectivas. Esses eixos eram: o elitismo, o autoritarismo e o conservadorismo. Com essa base, projetou-se um ideal de nação e um nacionalismo, que unificassem toda a sociedade brasileira em torno do projeto pretendido pelo regime varguista, ressaltando as origens e a história do país. A fim de entender as diretrizes dos principais formuladores e os ideais da ideologia do governo de Vargas, debrucei-me sobre os artigos de Lúcia Lippi Oliveira no livro *Estado Novo: ideologia e poder*<sup>8</sup>.

Durante o Estado Novo, os seus preceitos do regime foram fortemente divulgados para todas as camadas sociais da população, contando com um forte aparelho de Estado para isso, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). É necessário analisar a estrutura e os mecanismos de ação desse departamento. Para isso, apoiei-me no livro de Silvana Goulart, *Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*<sup>9</sup>, que analisa todas as divisões separadamente e a censura do DIP, e o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*<sup>10</sup>. Assim, pude compreender melhor as ações, os meios e os diversos campos de atuação do DIP no período da ditadura e sua decadência após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942.

Apesar de o DIP ter contado com várias publicações e outros meios de comunicação, a *Cultura Política* era tida como a revista oficial do departamento. Não seria possível somente analisar as colunas da *Quadros e Costumes* sem observar a revista integralmente.

A análise feita levou em consideração as duas fases dessa publicação: a primeira expunha mais a ideologia do regime, e a segunda, predominantemente a cultura militar e os feitos do exército. Pelo objetivo proposto, esta dissertação concentra-se no estudo da primeira fase. Nela, a revista era dividida em seis seções, que foram todas analisadas em seus propósitos e seus conteúdos, a fim de entender a estrutura e a formatação dos assuntos tratados na publicação. O público-alvo da *Cultura Política* era a camada intelectual da sociedade. Para ter as informações mais gerais sobre a revista, dialoguei com Silvana Goulart e Thiago M. Salla.

Ao abordar uma ideologia e seus preceitos, é preciso citar os intelectuais, pois são os que estruturam e dão forma à ideologia de um grupo e a difunde pelos outros grupos sociais. Alguns consideram os intelectuais como um grupo autônomo dentro da sociedade, porém o

<sup>8</sup> OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p.26

<sup>9</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

<sup>10</sup> ABREU, A. A. de.; BELOCH, Israel (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V.2. p. 1830-1833

filósofo Antônio Gramsci<sup>11</sup>, no qual me apoio teoricamente, concebia-os como integrantes e representantes de uma fração social.

O regime varguista via a importância da colaboração dos intelectuais, e, para isso agregou uma parte da intelectualidade brasileira da época, buscando cooptá-la. A fim de compreender não apenas a relação dos intelectuais escritores com o regime, mas também o lugar social e o papel que ocupavam no contexto das décadas de 1930-1940, debrucei-me sobre os estudos de Daniel Pécaut<sup>12</sup> e Sérgio Miceli<sup>13</sup>, ressaltando terem concepções teóricas diferentes das gramscianas.

Os textos da *Quadros e Costumes* foram considerados como do gênero cronístico. Por não dispor de uma forma definida, a crônica mescla-se com outros gêneros literários e passou por diferentes momentos de definições. Com a intenção de entender o percurso do gênero no Brasil ao longo do tempo, dialoguei com os autores Thiago Salla<sup>14</sup> e Regina Nascimento Silva<sup>15</sup>.

Na época da coluna, as crônicas já eram tidas como texto de ficção, com a intenção de representar a vida cotidiana de acordo com as impressões do autor. Dessa maneira, foi possível compreender a razão de haver esse tipo de coluna na *Cultura Política*, embora, nesta revista, as crônicas adquirissem mais o sentido de documentar as cenas e os costumes das regiões.

Antes de analisar os escritos das colunas *Quadros e Costumes do Nordeste e do Centro e do Sul*, é preciso estudar seus autores, Graciliano Ramos e Marques Rebelo. Há uma diferença entre os dois quanto ao reconhecimento atual, o que influenciou na maneira de se elaborar uma pequena biografia sobre eles.

Para Graciliano Ramos, há um site<sup>16</sup> dedicado à sua obra e à sua vida, e também trabalhos acadêmicos sobre ele, como o de Patrícia Aparecida Gonçalves de Faria<sup>17</sup>. Já sobre a vida de Marques Rebelo, houve dificuldade em se obter informações. Os fatos encontrados

<sup>11</sup> GRAMSCI, A. Os Intelectuais. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

<sup>12</sup> PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

<sup>13</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>14</sup> SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book)

<sup>15</sup> SILVA, R. N. **Memórias Rabiscadas Nas Crônicas De Viventes Das Alagoas De Graciliano Ramos.** Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013.

<sup>16</sup> <http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>. Acesso em: 29 nov. 2016

<sup>17</sup> FARIA, P.A.G. de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944): Estudo Crítico.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

‘estavam no site da Academia Brasileira de Letras<sup>18</sup> e no livro *Literatura em revista*, de Raul Antelo<sup>19</sup>. Além de pesquisar sobre a vida dos autores, observei o contexto literário em que eles estavam inseridos, dialogando com Alfredo Bosi<sup>20</sup> e Flora Süsskind<sup>21</sup>.

Depois de ter contextualizado em seu tempo Graciliano Ramos e Marques Rebelo, analisei as colunas desses autores na *Cultura Política*, percebendo a maneira como cada um expôs pontos da ideologia e os tons que utilizaram para com ela dialogarem. Nas crônicas da *Quadros e Costumes*, os dois autores representavam as suas regiões, destacando as características que lhes convinham. Assim como os historiadores, os literatos desenvolvem seus textos mediante as inquietações do seu presente, mesmo que esses façam ficções.

Para tanto, esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, analiso o Departamento de Imprensa e Propaganda, como se formou, sua estrutura para realizar suas funções, como desempenhava as suas ações e os meios que utilizava para tal. Ainda, estudei a revista *Cultura Política*, com destaque para a sua primeira fase. Ao término do capítulo, há uma explicação teórica do conceito de intelectuais, de Gramsci, e uma compreensão de qual era a relação com o regime e a posição dos intelectuais no período.

No segundo capítulo, inicio com uma análise geral da coluna *Quadros e Costumes* e faço uma breve reflexão sobre o gênero da crônica. Na sequência, elaboro uma breve biografia de Graciliano Ramos e uma análise das crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste*.

Em perspectiva organizativa semelhante ao segundo capítulo, o terceiro trata da vida de Marques Rebelo, buscando, também, compreender os escritos da coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*.

Já nas considerações finais, elaboro uma pequena análise comparativa entre as *Quadros e Costumes do Nordeste e do Centro e do Sul*, incluindo, também, seus autores, Graciliano Ramos e Marques Rebelo, respectivamente.

---

<sup>18</sup> In:<http://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>. Acesso em: 10 set. 2015

<sup>19</sup> ANTELO, R. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984.

<sup>20</sup> BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 1981.

<sup>21</sup> SUSSEKIND, F. **Tal Brasil, Qual Romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

## 1 ERA VARGAS": O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP) E OS INTELECTUAIS

Um dos períodos mais intensos da história do Brasil foram as décadas de 1930 e 1940, nas quais houve transformações significativas em variados setores (sobretudo na área econômica) mas, também, muitas permanências (em termos políticos e sociais). Esse período ficou conhecido como a Era Vargas (1930-1945), pois Getúlio Vargas, por meio de um golpe de Estado, assume a presidência da república e permanece no cargo por quinze anos consecutivos. Durante esse tempo, Vargas foi de presidente provisório a ditador do Brasil. A historiografia sobre o período reflete a complexidade e os significados desses acontecimentos, em vários âmbitos da vida nacional.<sup>22</sup>

Ao longo do tempo, a Era Vargas foi revisada sobre diversos enfoques, aspectos e objetos<sup>23</sup>. Tendo em vista que as motivações das pesquisas e dos estudos sobre uma determinada época parte das preocupações do presente do historiador, Maria Helena Capelato expõe que, nos anos de 1980, os pesquisadores debruçaram-se sobre a Era Vargas, principalmente acerca do Estado Novo, para compreender as origens do autoritarismo no Brasil com o intuito de pensar a democracia que estava por ressurgir no horizonte brasileiro naquele momento<sup>24</sup>. Voltando-se ao momento em que o autoritarismo e valores pregados pelo regime de Vargas estão ganhando visibilidade e importância na sociedade, há de se refletir sobre o período em que esses valores foram fortalecidos e divulgados no país, anteriormente à ditadura civil-militar (1964-1985).

O período em que Getúlio Vargas presidiu o país foi intenso no que se refere à política, podendo ser dividido em diversas etapas<sup>25</sup>. Ele se inicia como um golpe de Estado,

<sup>22</sup> Não farei aqui um balanço historiográfico acerca desse período, disponível em vários artigos e livros. Ver, particularmente, o balanço realizado por Vavy Pacheco Borges, “Anos Trinta e política: história e historiografia”. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 159-182. Para uma boa síntese acerca das interpretações mais clássicas e também sobre a relação Estado e economia, ver MENDONÇA, S.R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

<sup>23</sup> No livro **Historiografia brasileira em perspectiva** há dois artigos sobre a historiografia de diferentes períodos sobre a época varguista: um de Vavy Pacheco Borges, “Anos Trinta e política: história e historiografia” dialogando com as pesquisas de 1950 a 1970, e o outro de Maria Helena Capelato, “Estado Novo: Novas Histórias” com enfoque nos estudos e nos novos objetos das décadas de 1980 e 1990. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 159-182/ p. 183-213.

<sup>24</sup> CAPELATO, M.H. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 191-192.

<sup>25</sup> Sobre este período, há uma vasta bibliografia e, para entender os acontecimentos políticos e de outros setores ao longo deste período, pode-se citar o artigo “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”, de Maria Helena Capelato E os trabalhos mais clássicos de Boris Fausto: o livro **A Revolução de 1930: Historiografia e História** e o capítulo O Estado Getulista (1930-1945) do livro **HISTÓRIA DO BRASIL**. CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, L. de A.N. e FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano – O**

conhecido como a revolução de 1930<sup>26</sup>, no qual Vargas assumiu a presidência. Cabe dizer que, se antes de 1930, a política brasileira via-se plena de projetos conflitantes e embates, esse cenário não se acalmou com o golpe.

Logo no início, para ter a população sob seu controle, o regime de Vargas utilizou-se da ideia de que o governo entendia os anseios do povo, algo muito propagado, como se verá ao longo deste trabalho. Também se falava que a revolução era um processo natural da vontade popular<sup>27</sup>. De 1930 a 1937, viveu-se uma etapa repleta de embates e conflitos, que o governo tentou administrar da melhor forma possível a fim de atender as pretensões de seu projeto político-ideológico.

Em 10 de novembro de 1937, inicia-se uma nova etapa do regime varguista, a ditadura do Estado Novo. É preciso ressaltar que, desde o começo da Era Vargas, em 1930, o regime teve as características de um Estado centralizador, interventor e antiliberal. Esses aspectos foram acentuados na época ditatorial, acrescentando o autoritarismo e a centralização em torno da figura de Getúlio Vargas. Também a ideologia, autoritária e conservadora, fortaleceu-se, pregando que o governo compreendia o povo e lutava por ele, tentando formar uma ideia de unidade nacional. Dessa forma, a ditadura foi a consolidação do projeto de Brasil pretendido por Vargas e seu grupo.

Evidenciando as transformações que ocorreram após 1930, há de se mencionar as que ocorreram no formato do Estado— centralizador e autoritário – uma das marcas da Era Vargas. Nesse período, alguns ministérios importantes foram instituídos no Brasil, como, por exemplo: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e Ministério da Educação e Saúde Pública, ambos criados no ano de 1930<sup>28</sup>. Esse fato gerou um aumento da máquina pública e da complexidade do Estado, fazendo-o presente em mais áreas da sociedade.

Também é dessa época a criação dos concursos públicos<sup>29</sup>, levando pessoas de melhor qualificação para servir o Estado e a seguir carreira no primeiro setor. Com isso, percebe-se

tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2. 2003, p. 107-143. In: FAUSTO, B. **A Revolução de 1930:** Historiografia e História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. e FAUSTO, B. **HISTÓRIA DO BRASIL.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.p. 329- 394.

<sup>26</sup> A fim de ter uma melhor ideia do conceito de revolução e dos acontecimentos da Revolução de 1930, consultar o livro **A teia do fato** de Carlos Alberto Vesentini e o livro **Vargas** de Paulo Cézar Dutra Fonseca. In: VESENTINI, C.A. **A teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: HUCITEC, 1979 e FONSECA, P. C. D. **Vargas:** o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>27</sup> FONSECA, P. C. D. **Vargas:** o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.p. 161-162.

<sup>28</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 199

<sup>29</sup> A autora Virginia Fontes faz uma reflexão de como eram as nomeações antes da década de 1940, quando surge os concursos. Ver em: FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010. p.244

uma racionalização do Estado brasileiro, podendo-se até afirmar que uma parte do Estado atual teve sua base no período Varguista.

As mudanças na política em decorrência da Revolução de 1930 foram catalisadoras para a transformação de outros setores. Isso se deve a um governo de base autoritária nos seus propósitos para o país e que detinha a intenção de unificar a nação. Pelo exposto, o regime varguista teve como um dos pontos de sua ideologia a construção da ideia de nação e o ideal do homem brasileiro, pretendendo que essa ideologia fosse hegemônica entre toda a população brasileira. Então, é necessário analisar de que maneira esse regime montou a estrutura para difundir a sua ideologia e obter a hegemonia sobre a sociedade.

### 1.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Desde o começo da Era Vargas, o regime demonstrou grande preocupação em dominar e obter a hegemonia perante a sociedade brasileira, já que se vivia uma prolongada crise política, acompanhada pelos efeitos econômicos drásticos decorrentes da crise de 1929. Como tal hegemonia não foi obtida, construiu-se uma articulação político-militar para um novo golpe, instaurando-se a ditadura do Estado Novo. E, nesse contexto, a cultura tornou-se um “negócio oficial”<sup>30</sup>. No final do ano de 1939, criou-se um aparelho de Estado, o Departamento de Imprensa e Propaganda, mais conhecido pela sigla DIP.

Antes de entrar na história do DIP e suas realizações durante todo o período ditatorial, é necessário pensar os conceitos de cultura e de hegemonia segundo o filósofo italiano Antônio Gramsci. O Estado, sendo entendido de forma integral e em permanente conflito, formado pela sociedade política e civil, tem a sua base na cultura. A cultura pensada por Gramsci não era como aquela dos eruditos, mas, sim, a que se encontra nas diversas visões de mundo, com suas crenças e valores<sup>31</sup>. Com isso, as diferentes classes sociais que compõem uma sociedade disputam, também no campo cultural, a hegemonia, buscando impor seus preceitos para o conjunto social como se fossem “interesse geral”.

A hegemonia de determinada classe ou fração acontece, efetivamente, quando um grupo consegue organizar, expor e convencer o restante da sociedade que suas ideias e seus valores são os melhores e os mais propícios para ela e para o período. Nesse sentido, para a construção de determinado projeto hegemônico, é necessária, também, a produção ideológica

<sup>30</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 198

<sup>31</sup> MENDONÇA, S. R. Economia e Política no Brasil: uma reflexão. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo,1999. **Anais...** Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, (CD ROM). p. 14

(entendendo-se a ideologia como parte integrante da hegemonia, pois está presente em todas as manifestações da vida de indivíduos e de coletividades), divulgada, inclusive, pelos meios de comunicação.<sup>32</sup> Para se conquistar essa hegemonia, existem dois modos: pelo consenso, com a população assimilando as ideias de forma mais “espontânea”, conseguido pelo prestígio histórico do grupo dominante, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, atuantes no campo da sociedade civil (escolas, partidos, igrejas, associações várias etc.), ou pela coerção, que é a manutenção da disciplina das vozes que discordam e destoam da dominante. Geralmente, este método é feito por aparelho de Estado em momentos de crise, quando não existe o consenso<sup>33</sup>.

Na década de 1930, a classe dominante brasileira estava fragmentada e apresentava diferentes visões de qual seria o melhor caminho a adotar para a condução do país. Com o Estado Novo, o governo de Vargas tentou conseguir a hegemonia pelas duas vias, coerção e consenso. Mediante coerção, houve perseguições, repressões, uso de violência física, prisões e um discurso forte contra os opositores do regime. E, por consenso, foi montado um aparato para estruturar e divulgar as ideias e os discursos pregados, na tentativa de uniformizar o país.

Em uma sociedade, há os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por organizar a cultura, representando a sociedade civil. Segundo Sonia Mendonça, eles fazem parte de um tripé que organiza o Estado<sup>34</sup>. Porém, analisada a época do Estado Novo, em que o Estado era ditatorial, centralizado e autoritário, os aparelhos privados de hegemonia eram mais restritos. Portanto, a cultura e a propaganda oficiais ficaram a cargo de uma agência de Estado.

Em seus escritos, Gramsci afirma que no: “‘Estado’ significa, em especial, direção consciente das grandes multidões nacionais; é necessário, portanto, um ‘contato’ sentimental e ideológico com estas multidões e, em certa medida, simpatia e compreensão de suas

---

<sup>32</sup> Uma boa análise do conceito de ideologia em Gramsci é feita por Guido Liguori, indicando em que medida o autor sardo rompe ou aperfeiçoa esse conceito como na forma empregada por Marx e Lenin. Segundo Liguori, Gramsci não concebia ideologia no sentido estritamente negativo, há “ideologias”, no plural, elas “constituem o terreno comum necessário da consciência e também do conhecimento, mas a superioridade da ideologia marxista é dada pela consciência do caráter não absoluto e não eterno: consciência de parcialidade, ligada a uma classe e a um momento histórico”. LIGUORI, G. Ideologia. In: LIGUORI, G, VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. Tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho, Leandro de Oliveira Galastri Silvia De Bernardinis; Revisão Técnica Marco Aurélio Nogueira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.p.398-402.

<sup>33</sup> GRAMSCI, A. Os Intelectuais. **Cadernos do Cárcere**, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 21

<sup>34</sup> O tripé citado por Sônia Mendonça é formado pela infra-estrutura, pela sociedade civil e pela sociedade política, que seria o Estado. In: MENDONÇA, S. R. Economia e Política no Brasil: uma reflexão. In: II Jornadas de Historia Económica, Montevideo,1999. **Anais...** Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica, 1999, (CD ROM). p. 14-15.

necessidades e exigências.<sup>35</sup> Pode-se dizer que Getúlio Vargas e seu regime aproximaram-se da população criando uma identificação e um sentimento com ela. Torna-se, então, importante compreender quais foram as ideias passadas por esse grupo para gerar essa identificação.

O regime varguista não teve uma única ideologia oficial propriamente, pois as ideias dos diversos intelectuais não formavam um conjunto unitário. Entretanto, os preceitos elaborados e difundidos estavam baseados em três eixos centrais: elitismo, autoritarismo e conservadorismo<sup>36</sup>. Os intelectuais ligados ao regime dialogavam nesses eixos nos mais diversos caminhos e posições. Retiravam as linhas de conduta e as palavras de ordem dos discursos de Getúlio Vargas<sup>37</sup>.

Pensando nos três eixos, o elitismo ancorava-se na ideia da desigualdade natural dos homens, e caberia à classe dominante comandar o destino do país, aliando as intenções dos intelectuais<sup>38</sup>. O autoritarismo defendia a soberania nacional e reforçava a ideia da formação de um nacionalismo. E o terceiro eixo, o conservadorismo, buscava manter a hierarquia e as tradições no intuito de dar prosseguimento à “ordem” estabelecida<sup>39</sup>. Com essas explicações, mostram-se as características centrais do pensamento-base para a formação dos principais ideais propagados pelo regime e pelos seus intelectuais, cooptados para o projeto ou que aderiam a ele espontaneamente, atuando, também, como formuladores.

Os principais formuladores da ideologia do regime eram Francisco Campos, Almir de Andrade<sup>40</sup> e Azevedo Amaral. Entre o pensamento deles, havia semelhanças e divergências, ressaltando-se que cada um tratava de diferentes aspectos em perspectivas distintas.

<sup>35</sup> GRAMSCI, A. Literatura. **Cadernos do Cárcere**, v.6 Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 74-75.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, L.L. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p.15

<sup>37</sup> OLIVEIRA, L.L. TRADIÇÃO E POLÍTICA: O pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p. 31

<sup>38</sup> OLIVEIRA, L.L. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982.p. 15-16

<sup>39</sup> Ibid.,p. 16

<sup>40</sup> Por mais que Almir Andrade (1911-1991) fosse um dos grandes ideólogos, dirigindo a revista *Cultura Política* e tendo escrito o livro *Força, Cultura e Liberdade*, a pedido do DIP como uma interpretação do regime, esse autor era considerado como um intelectual menor. Sobre a vida de Andrade, ele teve formação em Direito, porém se dedicou mais às áreas de psicologia e de jornalismo, escrevendo em diversas revistas. Na política, em 1943, também assumiu a Agência Nacional, junto com a Revista *Cultura Política*, as duas ligadas ao DIP. Com o fim do Estado Novo, Almir Andrade se afasta da política, retornando apenas quando Vargas se candidata em 1950. Com a eleição, Andrade assume o gabinete da Casa Civil até o suicídio de Vargas. Também ocupou cargo no governo de JK. In: PAIVA, V. da S. de. **Diálogo Cordial**: Cultura Política, os intelectuais e as letras no Estado Novo. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2011.p. 19 e ABREU, A. A. de. BELOCH, I. (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico Brasileiro:1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 1.p. 226-227

Francisco Campos era mais ligado à área jurídica, e escreveu a Constituição de 1937. Já Almir de Andrade tinha seu pensamento voltado para a política relacionada com a cultura e com as tradições. Ele definia cultura como tudo o que os homens faziam para se adaptar ao meio e colaborar com o coletivo<sup>41</sup>. Para Andrade, cada povo tinha sua cultura e suas tradições, gerando suas próprias leis<sup>42</sup>, e não seria possível que elas fossem adaptadas a outros povos.

Na busca pelas tradições do povo brasileiro, o autor utiliza-se da história para indicá-las. Andrade pontuou o “espírito cordial” do homem brasileiro como uma característica positiva, ressaltando o seu caráter psicológico, relacionando-o com a bravura e com a energia do povo<sup>43</sup>.

O último do mencionado trio, Azevedo Amaral, não fazia parte da máquina do governo<sup>44</sup>, mas seus livros dialogavam com os preceitos do regime. Esse intelectual detinha-se a entender e a explicar o processo de transformação da sociedade brasileira ligado à visão evolucionista e biológica. Pregava que, mesmo a evolução da sociedade sendo natural, era necessária a intervenção do homem<sup>45</sup>, melhor dizendo, das classes dominantes. Uma parte de seu pensamento ancora-se no autoritarismo, expondo que todo governo é autoritário<sup>46</sup>, mesmo os mais democráticos. Ademais, advogava a favor de os interesses coletivos se sobreponem aos individuais, colocando-se favorável à política do corporativismo<sup>47</sup>, que dividia os trabalhadores por profissão enfraquecendo os laços da classe trabalhadora. Com essa breve explicação, nota-se que cada um contribui com diferentes pontos da dita ideologia do regime, que não era unívoca, mas multifacetada.

Porém, há pontos em comum aos intelectuais do regime. Dentre eles, podemos evidenciar a crítica ao liberalismo, argumentando que vinha do estrangeiro e não se adequava à realidade do país. A Primeira República era alvo dessa crítica por ter tido um aspecto mais liberal. O enaltecimento da figura do presidente Getúlio Vargas como o grande guia do Brasil era muito forte, às vezes se empregando até um tom de que ele era um predestinado, servindo

---

<sup>41</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.258

<sup>42</sup> OLIVEIRA, L.L. TRADIÇÃO E POLÍTICA: O pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p.35.

<sup>43</sup> Ibid., p. 42

<sup>44</sup> Ibid., p. 31

<sup>45</sup> OLIVEIRA, L.L. AUTORIDADE E POLÍTICA: O pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo:** ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p.51-52.

<sup>46</sup> Ibid., p. 52-53

<sup>47</sup> Ibid., p. 59

como modelo para o homem brasileiro. E um dos aspectos mais marcantes da ideologia dos anos 1930 e 1940 foi o nacionalismo, o qual será analisado em linhas gerais.

Na introdução do livro *Estado Novo: ideologia e poder*, Lúcia Lippi Oliveira explica que: “O nacionalismo supõe a identificação de todo os membros de uma sociedade com um destino comum, destino cujos traços se originam no passado são identificados no presente e assegurados um futuro comum”<sup>48</sup>. Com isso, percebe-se a tentativa de criar uma proximidade e identificação da população com sua história, cultura, tradições e com o território do país onde vive, a fim de se gerar o sentimento de pertencer a uma unidade, identificada como nação.

Destaca-se que, para o nacionalismo, a nação é um fato natural, algo preexistente<sup>49</sup>. Porém, a nação pode também ser vista como uma criação ideológica, como uma unidade imaginada<sup>50</sup>. No século XX, o nacionalismo tentou incorporar o Estado à ideia de nação, por achar que ele era responsável por manter a moral e o civismo<sup>51</sup>. Assim, as ideias apresentadas acima conversariam com a pretensão de nação do regime varguista, a que queria a hegemonia e a homogeneização da população brasileira.

Sob o signo do nacionalismo, o governo de Getúlio Vargas elaborou um projeto amplo, que atingisse toda a sociedade, e, principalmente, que apaziguasse algumas frações, conferindo-lhe legitimidade<sup>52</sup>. O regime pregava o modelo de “homem brasileiro”, que serviria para todo o país, reforçando a ideia de unidade nacional com um destino comum. Desse modo, apregoava-se uma padronização cultural e moral da população. Até a língua portuguesa era vista como elemento de unificação nacional<sup>53</sup>.

Esse projeto de uma unidade nacional era enfatizado pelo discurso oficial de todos colaborando com o coletivo; nada, nem ninguém, iria se sobrepor ao destino da nação, que teria como condutor o Estado. Esse discurso colaborava com a ideia de manter a hierarquia e a disciplina social, uma das pretensões do regime para conseguir a hegemonia.

O regime varguista colocava o Estado como sendo o construtor da nacionalidade, juntamente com a nação<sup>54</sup>. Tentava passar a ideia de nação como algo orgânico a todos os

<sup>48</sup> OLIVEIRA, L.L. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p.26

<sup>49</sup> Ibid., p. 27

<sup>50</sup> CHAUÍ, M. de S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 120.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, L.L. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p.26

<sup>52</sup> MENDONÇA, S.R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p.36

<sup>53</sup> SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H.M. B.RIBEIRO,V. M. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p. 141

<sup>54</sup> Ibid., p.165

aspectos da sociedade. Quanto ao Estado, ele era tido como o responsável por propagar e fortalecer os preceitos da nação brasileira<sup>55</sup>, e dizia-se que o regime varguista seria o mais adequado à realidade do Brasil. Dessa forma, superaria o atraso em relação aos países desenvolvidos. Então, o Estado investiu nas ideias do conservadorismo e autoritarismo, colocando-se como uma peça central do nacionalismo, que estava se estruturando sob sua tutela.

Com o conservadorismo e o autoritarismo, eram enfatizadas as noções de hierarquia e de disciplina. Em nome do coletivo e do progresso nacional, era dito que cada um tinha o seu lugar e papel na sociedade para colaborar com o destino da nação brasileira. Esse discurso era mais voltado para as classes populares, como uma forma de dominação sobre elas e de manutenção da posição e dos privilégios das classes dominantes.

Para disseminar essa noção a certas classes, o regime agiu de diversas formas. No caso dos trabalhadores, implantou a política do corporativismo. Para as crianças e adolescentes, executou uma reforma na educação, voltada para o enquadramento dos jovens nos preceitos morais e sociais do regime para o homem brasileiro<sup>56</sup>. Em torno do dito ideal nacional, pautado na hierarquia e na disciplina, o governo fez com que as classes populares se mantivessem sob controle, preservando a estrutura social do país.

A fim de envolver a população em sua concepção de nação, o grupo de Vargas utilizou-se da história com o intuito de resgatar as origens e o passado comum a todos os brasileiros, buscando o dito “espírito da nacionalidade”. Dizia-se que, em períodos anteriores, o passado não era revisitado e nem entendido, sendo temido, e, por isso, não havia um contato com as tradições do povo<sup>57</sup>.

Com a história sendo revisitada pelo Estado Novo, tentava-se ressaltar os períodos de maior centralização política em detrimento dos descentralizados, estes últimos postos como tempos de fracasso<sup>58</sup>. Isso pode ser visto como uma intenção do governo em buscar legitimidade para sua política centralizadora, exposta como adequada à realidade do país.

Utilizou-se a história, também, como um elemento de identificação do povo<sup>59</sup>. Há de se destacar que esse resgate do passado feito pelo regime teve um sentido específico de buscar

---

<sup>55</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 16

<sup>56</sup> Para compreender as estratégias de difusão das ideias e dos preceitos do regime na educação nos diversos níveis, ver o livro **Tempos de Capanema**. In: SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H.M. B. RIBEIRO, V. M. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

<sup>57</sup> GOMES, A. de C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.141

<sup>58</sup> Ibid., p.144.

<sup>59</sup> Ibid., p.161

um determinado “espírito nacional” que correspondesse à nacionalidade que se queria montar no momento da Era Vargas.

O projeto nacionalista varguista podia ser observado, na época, como amplo, pois envolveu vários setores, até a Economia. Buscando diferenciar-se da política econômica da Primeira República, cuja economia era voltada para o mercado externo, o regime dizia ter optado por desenvolver uma economia nacional. Essa “opção” de olhar mais para a demanda do mercado interno foi mais uma imposição do contexto mundial, ainda impactado com a crise de 1929, do que uma vontade própria<sup>60</sup>. Aproveitando-se do que estava imposto no momento, o regime promoveu um dos seus preceitos mais caros, o nacionalismo. E essa “opção” possivelmente colaborou no discurso de dominação da classe trabalhadora.

O nacionalismo destacou as três bases da ideologia e mobilizou diversas áreas. Ele adentrou na sociedade como uma proposta de unir todo o grande território e sanar as disputas que havia entre certos grupos, disciplinando outros. Para isso, empregou a retórica de todos terem sua participação dentro do coletivo do país.

Mas essas ideias não eram dominantes entre a população, e, com o intuito de obter a hegemonia, o regime criou o DIP para formular, divulgar os seus preceitos e, também, exercer a censura por meio de uma estratégia de propagação em todos os setores. E havia, ainda, seções estaduais desse órgão, os DEIPs.

Antes mesmo da criação do DIP, existiram outros órgãos. Em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), com o intuito de oferecer informações oficiais e cuidar do setor de radiodifusão. No ano de 1934, além das atribuições do DOP, foram incorporados os setores de cultura e cinema, passando a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que passou a estimular a produção de filmes educativos.

Já na época do Estado Novo, em 1938, foi inaugurado o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que passou a orientar a educação nacional. O DNP controlava a imprensa nacional e a publicidade mais intensamente que seus antecessores<sup>61</sup>. Cabe ressaltar, aqui, que esses departamentos eram ligados ao Ministério da Justiça.

---

<sup>60</sup>MENDONÇA, S.R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p.35

<sup>61</sup>ABREU, A. A. de. BELOCH, I. (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1831

A criação dos departamentos para cuidar da propaganda oficial foi influenciada pelo Ministério da Propaganda alemão, fundado em 1933<sup>62</sup>. Com isso, percebe-se a importância que o regime varguista dava para a formulação, a divulgação e o controle do que era passado à sociedade brasileira.

No ato de criação do DIP, no dia 27 de dezembro de 1939, pelo decreto de lei nº 1.915, expunha-se que o órgão teria a função de: “elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira [...]”<sup>63</sup>, e também caberia a ele criar as normas que regulamentariam os meios de comunicação<sup>64</sup>.

O departamento era dirigido por Lourival Fontes<sup>65</sup>, que já estava no comando do setor de propaganda desde o DPDC<sup>66</sup>, e ficou conhecido como ministro do DIP. Diferentemente dos seus antecessores, o Departamento de Imprensa e Propaganda era diretamente ligado à Presidência da República, o que lhe conferia maior liberdade de ação e interferência em outros ministérios. Desse modo, reforçava a importância das diretrizes hegemônicas e do discurso oficial produzido por ele.

Por ser um departamento que geria variados setores, dispunha de uma estrutura hierarquizada e organizada como um reflexo do próprio Estado<sup>67</sup>. O DIP era estruturado em cinco divisões: de Divulgação, de Imprensa, de Radiodifusão, de Teatro e Cinema, de

---

<sup>62</sup> SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H M. B.; RIBEIRO, V. M. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p. 87-88

<sup>63</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 62

<sup>64</sup>Ibid.,p. 50

<sup>65</sup> Lourival Fontes (1899- 1967) foi um dos homens fortes nos dois governos de Getúlio Vargas. A aproximação com Vargas ocorreu na campanha presidencial de 1928. Ideologicamente, Lourival Fontes possuía uma tendência fascista, mas não chegou a ser membro da Ação Integralista Brasileira, por achar que o movimento não tinha chefia. Em 1937, viajou para a Itália, com o intuito de ver as técnicas de propaga utilizadas pelo governo de Mussolini. Nesse mesmo ano, Fontes apoiou o golpe do Estado Novo, por considerá-lo necessário contra a ameaça comunista. Durante a ditadura do Estado Novo, para além de ser diretor do DIP, também presidiu o Conselho Nacional de Imprensa, e as duas funções eram ligadas à difusão das ideias do regime. Em 1942, com a crise gerada pelo apoio do governo brasileiro aos Aliados, Lourival Fontes foi demitido de seus cargos. Em 1945, foi nomeado embaixador no México, permanecendo na função até a deposição de Vargas. Quando Getúlio Vargas retornou a presidência, em 1950, Fontes ficou com o cargo de chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e participou dos eventos políticos da época que culminaram no suicídio de Vargas. Ainda na política, Lourival Fontes foi eleito senador por Sergipe. Profissionalmente, era formado em Direito e colaborou com vários jornais e revistas desde jovem. In: ABREU, A. A. de. BELOCH, I. (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 2261-2264

<sup>66</sup> ABREU, A. A. de. BELOCH, I. (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1831.

<sup>67</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 200

Turismo e de Serviços Auxiliares. Cabe analisar, pois, quais eram as atividades de cada uma delas, esclarecendo-se que havia seções dentro dessas divisões.

A Divisão de Divulgação era a responsável, como o próprio nome diz, por divulgar a doutrina do regime e os feitos do governo, sendo um contato com a opinião pública<sup>68</sup>. Contava com algumas publicações, como o boletim *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, coleção *Brasil e Vultos - Datas-Realizações*, e outras. Essa divisão editava e distribuía os materiais produzidos pelo DIP e promovia as grandes comemorações e festividades, como os eventos do Dia do Trabalho, a parada do Sete de Setembro e, até mesmo, o aniversário de Getúlio Vargas, 19 de abril. A realização de eventos comemorativos foi algo marcante no período.

A função da Divisão de Imprensa era censurar e controlar o que fosse publicado na imprensa nacional e nos veículos internacionais sobre o Brasil e sobre o governo. Era a divisão responsável, também, pela autorização e pelos registros das publicações<sup>69</sup>. Além disso, cabia a ela a distribuição das fotografias<sup>70</sup>, e estava ligada ao Conselho Nacional de Imprensa, que servia de ponte entre o DIP e as empresas de jornalismo e a Agência Nacional, a qual tinha uma grande importância por ser o centro jornalístico do DIP<sup>71</sup>. Com a Divisão de Imprensa, o Estado detinha o domínio de toda a imprensa do Brasil e, em certa medida, da estrangeira, divulgando, controlando e manipulando a seu favor o conteúdo que seria publicado. Dessa maneira, era tida como a divisão mais importante do departamento<sup>72</sup>.

No período da Era Vargas, o principal meio de comunicação era o rádio, e o governo empregou-o para propagar a ideologia. Era difundido amplamente o discurso do governo através desse veículo, como um meio de levar a mensagem uniforme a toda a nação e amenizar as diferenças regionais<sup>73</sup>.

Como não poderia deixar de ser, o DIP possuía a Divisão de Rádio. Ela era responsável por censurar os programas e as músicas a serem gravadas, controlando o

---

<sup>68</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 63-64

<sup>69</sup>Ibid.,p. 66

<sup>70</sup> ABREU, A. A. BELOCH, I. (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro:** 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1831

<sup>71</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.68

<sup>72</sup>Ibid.,p. 76

<sup>73</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 204

conteúdo das letras. Por ter maior alcance e adentrar o interior do país, havia programas feitos para indicar solução de problemas para o homem do interior<sup>74</sup>.

Outra tarefa atribuída a ela era cuidar das caixas de som, as quais se encontravam nas praças públicas, e eram tidas como de grande importância por levar até a população os discursos do presidente. Uma das heranças dos tempos de Vargas foi o programa de rádio a “Hora do Brasil” – que existe até os dias atuais. O programa começou a ser realizado ainda nos tempos do Departamento Nacional de Propaganda<sup>75</sup>. Era diário, sendo transmitido das 20h às 21h, e tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica<sup>76</sup>. E a Divisão de Rádio também era responsável pelos demais programas do DIP.

O governo considerava o cinema e o teatro como “[...] formas de expressão do pensamento e de manifestação artística que constituem poderosos elementos de recreação popular”<sup>77</sup>. Mesmo sendo considerados veículos de recreação, sofriam inspeção e censura por parte do DIP, que tinha a Divisão de Cinema e Teatro. Nos cinemas, antes dos filmes, era passado o “Cinejornal Brasileiro”, com temas que valorizassem o país, e alguns desses jornais chegaram a ser exportados. Os filmes, para serem exibidos tinham, de ter um certificado de aprovação, existindo uma cota de filmes nacionais<sup>78</sup>. Nesse sentido, o teatro sofria as mesmas interferências, destacando-se que as peças e os filmes censurados eram listados e divulgados no Diário Oficial<sup>79</sup>.

A divisão de Turismo, por sua vez, cuidava de organizar e promover o turismo no Brasil e no mundo, publicando propagandas para divulgar as belezas turísticas do país. A divisão produzia materiais para o exterior, como a revista *Travel in Brazil*, e também realizava exposições, como a “Posição de Brasil no mundo”, apresentando os aspectos econômicos do país<sup>80</sup>.

Em termos internos, a população era estimulada a visitar mais o Brasil, que era dividido em zonas turísticas. Além disso, havia a fiscalização das organizações de turismo, como as agências de turismo e de transporte.<sup>81</sup> Silvana Goulart ressalta que, dentro da divisão

---

<sup>74</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p.69-70

<sup>75</sup> Ibid.,p. 57

<sup>76</sup> Ibid.,p. 69

<sup>77</sup> Ibid., p.70

<sup>78</sup> Ibid. p. 71

<sup>79</sup> ABREU, A. A. de. BELOCH, Israel (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro:** 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1831

<sup>80</sup> Ibid.,p. 1832

<sup>81</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 72

de turismo, existia a seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro, firmado com o governo de Portugal para estabelecer uma troca cultural entre os dois países<sup>82</sup>.

A última divisão era a de Serviços Auxiliares, mais direcionada a serviços burocráticos e a arquivamentos dos materiais produzidos pelo DIP. Essa divisão tinha seis serviços, que eram: Comunicação; Contabilidade e Tesouro; Material; Filmografia; Discografia; e Biblioteca. Cabe destacar, ainda, que essa divisão, em 1941, passou a se chamar Serviço de Administração<sup>83</sup>.

Mesmo dotado de grande estrutura centralizada, o DIP teve suas ramificações estaduais. Em 1940, foram criados os DEIPs (Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda), que possuíam as mesmas atribuições do órgão geral, fazendo circular a ideias do regime nas Unidades da Federação. Os intervenientes eram instruídos a colaborar com a difusão dos preceitos do regime<sup>84</sup> e, dentre os estados que tiveram DEIPs, podem ser citados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo<sup>85</sup>, dispondo, alguns deles, até de produções editoriais. Há de se ressaltar, ainda, que também havia os Departamentos Municipais de Propaganda, promovendo ainda mais divulgação junto à população.

Por tudo que foi apresentado, observa-se que o DIP teve uma grande estrutura para administrar e cuidar de todos os setores de sua competência. Pela análise das divisões, percebe-se que a sua função principal era difundir a ideologia do regime. É importante destacar, também, que o departamento foi o responsável por estruturar as ideias do Estado Novo.

No DIP, o pensamento político-ideológico do regime era formulado e organizado para ser transmitido à sociedade<sup>86</sup>. Ressaltava-se mais a sua posição dentro do Estado, pois era dele a função de sistematizar as ideias “oficiais”. Como elas seriam transmitidas a toda a população, era necessário organizar diferentes abordagens para as diferentes classes sociais.

Para as camadas populares, pregava-se a ideia de união e do coletivo superando o individual. Por outro lado, às classes dominantes, que não gostavam da centralização do governo, fazia-se o discurso de que a sua política era mais adequada para o Brasil no

---

<sup>82</sup>Ibid.,p. 73-74

<sup>83</sup>Ibid.,p. 75

<sup>84</sup>Ibid., p .77-78

<sup>85</sup>LUCA, T. R. de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: Estudo de Casos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n°61.2001.p. 283

<sup>86</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 20.

momento<sup>87</sup> por dialogar mais com as tradições nacionais. Assim, o Departamento de Imprensa e Propaganda, além de atuar como o órgão divulgador do discurso do regime, era o local onde se estruturava o pensamento para ser passado para os outros órgãos, repassando-o à sociedade brasileira.

Para divulgar seus preceitos, o DIP produziu um número considerável de publicações impressas. Houve materiais voltados exclusivamente para glorificar o presidente Getúlio Vargas, como, por exemplo: *Getúlio Vargas: o amigo das crianças*; *O sorriso do presidente Vargas*; *Getúlio Vargas: estadista, orador e homem de bom coração*; e *Getúlio Vargas e a inteligência nacional*<sup>88</sup>.

O departamento editou diversas revistas e boletins, mas não se sabe o número exato de publicações feitas, pois os arquivos do DIP foram queimados em 1946, segundo Tania de Luca<sup>89</sup>. Podem ser listadas as seguintes publicações: *Cultura Política*; *Planalto*; *Brasil Novo*; *Travel in Brazil*; *Brasil de hoje, ontem e amanhã* e tantas outras encontradas em arquivos do país e do exterior. Havia revistas que não eram do departamento, mas que também eram divulgadoras, como a *Ciência Política*<sup>90</sup>.

Dentre as publicações citadas, a revista *Cultura Política* era tida como a revista oficial do DIP, a formuladora e divulgadora do pensamento do regime. Como afirma Mônica Velloso, especialista nessa publicação: “[...] Podemos ver a *Cultura Política* como a matriz ideológica do regime e as demais publicações do tipo *Ciência Política* como filiais que, se reproduzem a estrutura matricial, guardam características próprias e significativas”<sup>91</sup>.

Com isso, percebe-se a importância dessa revista dentro da dinâmica do Estado Novo e dentre as demais publicações da época. Considerando-se esse fato, a revista *Cultura Política* será estudada e terá a coluna *Quadros e Costumes* analisada neste trabalho, posteriormente. Porém, cabe deixar evidente que o DIP cercou-se de várias formas para expor os ideais do regime. Para além de suas publicações próprias, contava, ainda, com outras, que expunham a ideologia do governo, como no caso dos jornais diários *A Noite* e *A Manhã*, que funcionavam

---

<sup>87</sup> Ibid., p. 18

<sup>88</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 202-203.

<sup>89</sup> LUCA, T. R. de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: Estudo de Casos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n°61.2001.p. 274

<sup>90</sup> Esta revista era subordinada ao Instituto Nacional de Ciência Política e seu diretor era Pedro Vergara.

<sup>91</sup> VELLOSO, M. P. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p. 104

quase como porta-vozes oficiais<sup>92</sup>, aumentando a potência de divulgação dos preceitos do regime.

Por existir uma imprensa privada no país naquele período, para as publicações desse tipo eram oferecidos incentivos e ajuda financeira, como subsídios a papéis importados e a equipamentos gráficos<sup>93</sup>. Também havia colaboração para os que realizassem publicidade para o governo, sendo o corte de incentivos um modo de aumentar a pressão sobre a imprensa privada.

Por outro lado, algumas dessas publicações eram contrárias às diretrizes e até faziam críticas ao regime. Nesses casos, muitas vezes esses veículos foram fechados. É preciso pensar que os outros meios de comunicação, como o rádio e as manifestações culturais, sofreram cortes de incentivos, como as publicações impressas. E outra forma de se enquadrarem os meios de comunicação era a censura, aplicada para que não se divulgasse nada que fosse contra a ideologia montada pelo DIP, não abalando, assim, a hegemonia construída.

A censura e o controle que o regime fazia nos meios de comunicação eram tidos como algo para manter a paz, a ordem e a segurança nacional, respaldado pela Constituição de 1937<sup>94</sup>. Eram aplicados por agentes do DIP que iam às redações pessoalmente e, posteriormente, via telefone.

O cuidado com o que iria circular no país devia-se à intenção do governo em construir um ideal de nação e de homem brasileiro. Para isso, o próprio DIP produzia um jornal diário com as notícias que deveriam ser publicadas pelo Brasil afora. Segundo Goulart, a censura tinha um cunho político, por estar inserida no projeto hegemônico cultural do regime<sup>95</sup>. Por ser um momento ditatorial, o debate político estava fragilizado, e os meios de comunicação eram um canal para os opositores do regime<sup>96</sup>.

Diante disso, era de extrema importância que houvesse a censura sobre todo e qualquer meio de comunicação, bem como aos meios culturais, a fim de que não pudessem expor algo que se opusesse ou contradisse o que era pregado e divulgado pelo

<sup>92</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 203

<sup>93</sup> BARBOSA, M. **História cultural da imprensa, Brasil- 1900-2000.** Rio de Janeiro: Maud X. 2002. p. 120

<sup>94</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 200-201

<sup>95</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 121.

<sup>96</sup>Ibid.,p. 122

departamento do governo. Os mais diversos assuntos eram controlados e censurados, como economia, saúde, educação, a guerra, e até sobre a família de Vargas<sup>97</sup>, resguardando a imagem do presidente, que era um dos pontos da ideologia do DIP. Percebe-se que a censura e o controle foram, portanto, pilares para a obtenção da hegemonia sobre a sociedade.

Antes de analisar a revista *Cultura Política*, é preciso compreender o que ocorreu para o enfraquecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda e seu fim, em 1945, mesmo ano da queda da ditadura do Estado Novo. Em 1942, o ministro Lourival Fontes, por divergências com governo, foi demitido e, em seu lugar, assumiu o Major Antônio José Coelho dos Reis. Em agosto do mesmo ano, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, e isso fez com que o DIP mudasse sua orientação, focando mais nos feitos militares. No ano seguinte, o departamento mudou de ministro novamente, e o cargo foi ocupado pelo Capitão Amílcar Dutra Meneses<sup>98</sup>, que continuaria a dar atenção à Guerra e ao exército brasileiro, daquele momento e do passado.

Com as mudanças que ocorreram no DIP, o governo começou a enfrentar uma maior oposição, com grupos contrários começando a ter espaço e a ganhar voz, mesmo com esse departamento exercendo censura e cortando alguns incentivos de jornais contrários ao regime, como o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*. Segundo Goulart, havia a desconfiança de que pessoas de dentro do próprio DIP estavam indo contra as diretrizes oficiais<sup>99</sup>.

Em 1944 e 1945, já quase no fim da II Guerra Mundial, começaram a surgir na imprensa críticas à orientação da economia, da política do regime<sup>100</sup> e, também, ao próprio Departamento de Imprensa e Propaganda. Os críticos diziam que o departamento era uma cópia dos órgãos fascistas – como se sabe, o DIP tinha sido inspirado no órgão alemão –, e que os escritos produzidos por esse órgão não eram bons, pois os grandes escritores não participavam dele<sup>101</sup>.

Nesse momento, a imprensa estrangeira, principalmente a estadunidense, criticava a censura existente no Brasil – que controlava a imprensa nacional e o conteúdo passado para a

<sup>97</sup> Silvana Goulart cita que não podiam ser noticiados fatos sobre a família de Vargas, como a multa de trânsito recebida pela sobrinha de Getúlio Vargas em 1943, e a doença de Getúlio Vargas Filho. In: GOULART, S. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 124

<sup>98</sup> ABREU, A.A. de. BELOCH, Israel (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1831

<sup>99</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 132-133.

<sup>100</sup> Dentre as notícias sobre economia, estava a defesa do café, encabeçada pelos jornais paulistas. No aspecto político, as críticas eram bem abrangentes, indo de críticas à Constituição, a Vargas e a membros do governo; reivindicavam eleições e democracia; e queriam liberdade de expressão. In: GOULART, S. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 133-146

<sup>101</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.135.

internacional – e também a afinidade de alguns membros do alto escalão do governo com a ideologia fascista<sup>102</sup>. Com isso, fragilizou-se a imagem tanto do DIP, quanto do regime varguista, por ficarem evidentes as contradições que havia entre o discurso e as suas ações.

Com o enfraquecimento do governo e o DIP não cumprindo a censura, recebendo duras críticas, o departamento gradativamente se desgastou, perdeu a sua força e o seu prestígio. Esse processo intensificou-se ao ponto de Getúlio Vargas, em entrevista, afirmar que, quando a guerra acabasse e a situação do exterior voltasse ao normal, o DIP só cuidaria da cultura nacional<sup>103</sup>.

Esse departamento estava em desacordo com alguns setores do próprio governo, o que colaborou para o seu enfraquecimento. Em maio de 1945, foi decretado o fim do Departamento de Imprensa e Propaganda, e criou-se o Departamento Nacional de Informações (DNI), sem tantos poderes como o seu antecessor. Ele passou a ser subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mas ainda contava com a maioria das funções do DIP. Continuava fazendo censura a filmes e a peças teatrais, realizando os eventos comemorativos e organizando o turismo. Porém, a duração do DNI foi curta, sendo extinto logo em 1946<sup>104</sup>.

Em suma, o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, foi um aparelho de Estado muito forte dentro do Estado Novo. Conseguiu propagar os ideais do regime varguista de maneira convincente para a sociedade da época e possui resquícios nos dias atuais. De certo modo, conseguiu divulgar a sua ideologia e estabelecer uma intensa censura, e, assim, obteve, parcialmente, a hegemonia sobre a sociedade brasileira, sobretudo em relação aos trabalhadores. Depois de compreender como era o DIP, sua estrutura e seus mecanismos de ação, precisa-se analisar, de maneira mais aprofundada, a revista *Cultura Política* e como ela transmitia os preceitos do departamento.

## 1.2 Revista Cultura Política

Dentre as diversas publicações produzidas pelo DIP, a revista *Cultura Política* era considerada como a oficial desse departamento, sendo referência sobre produção da ideologia do Estado Novo. A sua importância pode ser entendida pelo discurso de seu diretor, Almir de

<sup>102</sup>Ibid.,p. 148-149

<sup>103</sup>ABREU, A. A. de. BELOCH, I. (coordenação). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V. 2. p. 1833

<sup>104</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 76

Andrade, o qual dizia que a *Cultura Política* era “um espelho do Brasil” dos novos tempos<sup>105</sup>. Com isso, é preciso fazer um estudo sobre a revista *Cultura Política* a fim de compreender sua estrutura, sua divisão e os seus discursos como uma forma de ver o modo pelo qual era estruturada a ideologia do regime varguista.

A revista *Cultura Política* tinha como subtítulo “revista mensal de estudos brasileiros”. Teve duração de pouco mais de quatro anos, de março de 1941 a outubro de 1945, era de circulação mensal – as últimas edições foram trimestrais –, e tinha as dimensões de 16 cm x 22,5 cm<sup>106</sup>.

Quanto ao número de páginas por edição, variava entre 300 a 400 páginas, e, nas edições comemorativas, esse número podia ser maior, chegando a 500 páginas. A tiragem da revista era de três mil exemplares, com a maioria indo para as bancas, enquanto uma parte era distribuída gratuitamente<sup>107</sup>.

Nas bancas, a *Cultura Política* era vendida a Cr\$ 3,00. Segundo depoimento de Almir Andrade, o custo de sua produção era entorno de Cr\$10,00<sup>108</sup>, fato que demonstra que o DIP bancava a publicação praticamente sozinho, sem o retorno com as vendas. Isso enfatiza que se queria propagar as ideias do regime, sem se importar com os lucros que uma publicação desse nível poderia gerar.

Por detrás de todo material produzido –uma revista, um jornal, um programa de rádio e, até mesmo, um trabalho acadêmico –, existe uma intenção e um determinado público-alvo. Nesse sentido, a revista *Cultura Política* era feita para expor os preceitos da ideologia produzida pelo regime à camada letrada da população, pois os seus escritos eram teóricos, com conceitos e referências a autores estrangeiros, e “era também uma publicação cultural, de caráter abrangente, editando trabalhos científicos, literários e artísticos do país”<sup>109</sup>.

A revista destinava-se a uma parte limitada da população, incluindo acadêmicos, professores, jornalistas, burocratas e as demais profissões letradas, que faziam parte da classe

<sup>105</sup> GOMES, A. de C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.p.16

<sup>106</sup> Essas informações foram extraídas da tese de Thiago Mio Salla. As edições da revista *Cultura Política* foram encontradas online, no site do CPDOC <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Desse modo, estando em formato digital, não houve contato com as edições impressas. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 225

<sup>107</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 228

<sup>108</sup> GOMES, A. de C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.p.16

<sup>109</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.p. 90

dominante. O seu principal objetivo era instruir e cooptar o grupo dominante a favor do governo de Vargas para colaborar com a difusão dos preceitos para as outras classes.

Conforme o estudo de Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr., a maioria dos colaboradores da revista era ligada ao poder executivo<sup>110</sup>, trabalhando na estrutura do regime. Em geral, os colaboradores da *Cultura Política* eram os intelectuais considerados de primeira grandeza na época, como Francisco Campos, Lourival Fontes, Rosário Fusco, Nélson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, dentre outros.

Observando os quatro anos da Revista *Cultura Política*, vê-se que ela pode ser dividida em duas fases. A primeira foi de março de 1941 a agosto de 1942, quando o intuito da revista era divulgar para a população letrada a ideologia do regime varguista. Na segunda fase, de setembro de 1942 a outubro de 1945, a ênfase residia na cultura militar e nos feitos do exército. Em uma análise, as fases da revista podem ser percebidas pela mudança na estruturação, vendo-se pelo seu próprio sumário. Na primeira fase, era dividida em seis seções, e, na segunda, passa a ter apenas o assunto, já procedendo à matéria<sup>111</sup>, conforme ilustram as imagens no Anexo desta dissertação.

A mudança da revista *Cultura Política* estava diretamente ligada à saída de Lourival Fontes da direção do DIP e à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Cabe ressaltar que, mesmo com as mudanças, a revista teve, durante os quatro anos, um único diretor, Almir de Andrade. Como o intuito deste trabalho é a análise da coluna *Quadros e Costumes do Nordeste, e do Centro e do Sul* em diálogo com a ideologia varguista, será priorizada a primeira fase da Revista *Cultura Política*.

Com isso em mente, é preciso compreender a estrutura da primeira fase da revista *Cultura Política*, que era dividida em seções. No decorrer dos anos, a revista teve oito seções, e inicialmente eram apenas seis: *Problemas políticos e sociais do Brasil; O pensamento político do Chefe do Governo; A estrutura jurídico-política do Brasil; Textos e documentos históricos; A atividade governamental; e Brasil social, intelectual e artístico*. Posteriormente, foram inseridas as seções *Trabalho e economia nacional e Política Militar e defesa nacional*, que aparecem na revista entre as seções *A estrutura jurídico-política do Brasil* e *Textos e documentos históricos*. Pode-se notar que a estrutura da *Cultura Política* possui uma

<sup>110</sup> CODATO. A.N, GUANDALINI JR. W. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2 n. 32 p. 149. 2003

<sup>111</sup> Em sua tese, Thiago Mio Sella afirma que, na segunda fase da revista, há uma proliferação das seções, que contaria com as antigas e as novas seções. Porém, observando-se a revista, vê-se que só há o assunto procedendo a um artigo sobre ele, como pode se observar nas imagens do sumário. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 250-251

hierarquização de tema, com os mais importantes vindo nas primeiras seções, enquanto os temas culturais concentram-se na última.

No início de cada seção, havia uma folha de abertura com o seu nome e, logo na página seguinte, um pequeno texto sobre o que se tratava e o que pretendia a seção. Nas primeiras edições, antes de começar os artigos, existia uma explicação de quem era o autor e um pequeno resumo do artigo, o qual servia, de certa forma, como um guia para a maneira pela qual o artigo deveria ser lido e entendido. Esse fato mostra que os diretores da revista *Cultura Política* tomavam todo zelo para orientar os leitores a terem o entendimento do escrito da forma que era conveniente ao regime, pois se sabe que um mesmo texto pode ser entendido de diferentes maneiras.

Antes de iniciar as seções, havia um artigo do diretor da revista Almir de Andrade, como se fosse um editorial, comum nos dias atuais em jornais e revistas. Nesses artigos, Andrade expunha a maneira como o governo estava ajustando a realidade política e social do Brasil. Como a política e a cultura estavam unidas naquela época, faziam-se críticas ao liberalismo, sempre ressaltando os ideais do regime e a figura de Vargas.

Em algumas edições, esses artigos eram substituídos por discursos feitos pelo próprio presidente Getúlio Vargas em alguma comemoração festiva, mostrava como as mudanças que estavam ocorrendo contribuíam para o progresso da nação. De certo modo, havia uma proximidade entre esses e os escritos do diretor da revista. E este espaço da *Cultura Política* permaneceu durante os quatro anos em que circulou.

A primeira seção da *Cultura Política* era a *Problemas Políticos e Sociais do Brasil*. Ela abordava diversas temáticas e era a maior seção da revista, com o seu número de páginas variando entre 70 e 150. Para entender melhor sua intenção, segue o texto introdutório dessa seção:

É consagrada esta seção ao estudo de todos os problemas políticos e sociais do Brasil: quer os problemas de ordem geral, quer os problemas regionais. Uns e outros teem o mesmo sentido nacional e interessam aos homens de todos os estados, que se guiam, hoje, por um só pensamento: o Brasil grande e unido, com uma só alma e como um só todo solidário.

Estas colunas estão abertas aos estudiosos de todas as regiões: nelas colaboram filhos de todos os estados do Brasil: do Norte, do Nordeste, do Centro e do Sul.

O objetivo de “Cultura Política” é promover, estimular e desenvolver o concurso de todos os estudiosos brasileiros- do Norte a Sul, do litoral ao sertão- para os esclarecimentos dos problemas e realidades do Brasil.

O Brasil Novo recobra a consciência de si mesmo- de sua unidade histórica, econômica, social e intelectual.<sup>112</sup>

Pelo trecho, nota-se que a seção queria integrar as regiões do país, tanto que havia diversos artigos e estudos sobre nacionalismo e regionalismo. Nesta seção, existia uma única coluna fixa, sobre imigração, chamada *Evolução da política imigratória no Brasil*. O autor Artur Hehl Neiva fazia uma análise histórica de como ocorreu o povoamento do país com base em documentos históricos.

Na seção *Problemas Políticos e Sociais do Brasil*, os temas tratados eram variados, como, por exemplo: política, educação, lugar do Brasil na América, a história política do Brasil e a administração dos municípios, entre outros. Esses artigos expunham os aspectos ideológicos e destacavam o novo momento político do país, com exaltação. Vale destacar, ainda, a variedade de autores que colaboraram com essa seção, os quais eram políticos, membros do governo e demais intelectuais.

A próxima seção era *O pensamento político do Chefe do Governo*, que se detinha a explicar e a esclarecer alguns aspectos do pensamento do presidente Getúlio Vargas, buscando, ademais, legitimá-lo também quanto pensador/intelectual, para além de chefe de governo. No texto introdutório, percebe-se o tom de glorificação do presidente, que era colocado como “o mais ativo doutrinador do novo Estado Brasileiro”<sup>113</sup>. Getúlio era aquele que conciliava todos os interesses e guiaria o Brasil, sendo posto como uma ponte entre o presente, o passado e o futuro.

Apesar dessa propaganda e da forte memória em louvor da figura individual de Vargas, há de ressaltar que ele não foi um “predestinado”, mas, sim, um político habilidoso e assessorado por intelectuais de diversos matizes para conseguir realizar seus feitos. Vendo a estrutura dos escritos da seção, antes dos artigos havia uma citação ou uma transcrição de algum discurso de Vargas que seria analisada pelos autores. Entre os que colaboravam nessa seção, estavam: Rosário Fusco, Almir de Andrade, Azevedo Amaral e Nelson Werneck.

O regime de Vargas colocava como um de seus maiores feitos a Constituição de 1937. Com isso, a revista *Cultura Política* possuía a seção *A estrutura jurídico-política do Brasil* para compreender a nova Constituição e os novos parâmetros jurídicos e políticos do país. No texto introdutório da seção, fica nítida a exaltação ao novo texto constitucional. Nota-se isso pelo: “A constituição de 10 de Novembro de 1937 se caracteriza pelo seu sadio realismo,

<sup>112</sup> Revista *Cultura Política*, ano 1, n.2, p. 10. abr. 1941. Ressalta-se que as citações extraídas da revista *Cultura Política* foram escritas seguindo a grafia da publicação, havendo diferenças em relação à grafia atual.

<sup>113</sup>Ibid.,p. 168

adaptado às realidades e tradições brasileiras, e pelo seu espirito avançado e integrado nas grandes correntes da evolução política do mundo moderno”.<sup>114</sup>

Nos artigos dessa seção, mostravam-se as transformações que ocorriam em decorrência das novas leis e da administração do Estado Novo, que consideravam ser mais adequadas à realidade e às tradições brasileiras. Ademais, havia comparação com o sistema liberal, apontando os seus defeitos de acordo com a visão do regime.

Além disso, em alguns textos eram citados países, como Polônia e Chile, onde ocorreram reformas semelhantes, destacando os benefícios para a sua população. Os escritores dessa seção eram juristas e magistrados e, em novembro, mês de aniversário do Estado Novo e da Constituição de 1937, *A estrutura jurídico-política do Brasil* ganhava mais espaço dentro da revista.

A seção posterior era a *Textos e documentos históricos*, que trazia em suas páginas fontes históricas sobre a história do Brasil. Na introdução, deixa nítido que os fatos mostrados na seção seriam os “que interessem à vida política do Brasil”<sup>115</sup>, sendo que o Estado Novo tinha as suas intenções e pretensões em moldar a história do país de acordo com seus interesses.

Mesmo assim, nessa seção foram publicados textos dos diferentes períodos históricos do Brasil. No tocante à estrutura da revista *Cultura Política*, a *Textos e documentos históricos* variou de posição; inicialmente, era a quarta seção, porém, com a introdução das novas seções, a *Textos e documentos históricos* passaria a vir depois de *A atividade Governamental*.

A seção *A atividade governamental* fazia um relato sobre as principais realizações do governo durante o mês. Com uma leitura mais atenta, observam-se acontecimentos de até dois meses anteriores ao mês da edição da revista. As realizações mostradas na seção eram: a implantação de novos ministérios, alguma mudança nesses órgãos, compra de algo ou algum financiamento por parte do governo, entre outros. Depois de fazer o relato dos acontecimentos do governo, na seção havia um artigo sobre alguma realização e, até mesmo, uma reportagem sobre visitas feitas por membros do regime a alguma instituição.

A seção final, que encerrava a *Cultura Política*, era a *Brasil social, intelectual e artístico*. Era uma das maiores da revista, contendo de 60 a 80 páginas por edição. Essa seção possuía uma estrutura diferente das demais, pois, enquanto as outras eram apenas artigos, esta última seção tinha um editorial próprio, era dividida e contava com um número considerável de colunas fixas, como a *Quadros e Costumes*.

---

<sup>114</sup>Ibid.,p. 180

<sup>115</sup>Ibid.,p. 192

Na seção, eram tratados os assuntos de cunho mais social e cultural, sempre se reportando às mudanças políticas que ocorreram no Brasil. Quanto à estrutura da seção, era subdividida em três eixos temáticos: A - *Evolução Social*, B - *Evolução Intelectual*, e C - *Evolução Artística*.

Após expor a seção *Brasil Social, Intelectual e Artístico*, é preciso estudar cada uma de suas subdivisões e entender como era mostrada essa evolução. Em cada parte, havia um artigo introdutório sobre a temática relacionada com a nova ordem política do país, como, por exemplo, *A ordem política e a evolução social*.

A primeira subdivisão, a *Evolução Social*, expunha como a política estava ajustada à realidade brasileira, fazendo com que o social progredisse também, afirmando-se que toda a população brasileira estava em ordem e satisfeita. Ela era composta pelas colunas: *Quadro e Costumes do Nordeste, do Centro e do Sul, e do Norte* – esta última menos frequente na revista –, *O povo brasileiro através do folclore, Intérpretes da vida social brasileira e Páginas do passado brasileiro*.

Já na *Evolução Intelectual*, afirmava-se que os intelectuais da época estavam de acordo e colaboravam com o governo de Vargas – esta colaboração será estudada adiante no trabalho. Ainda nessa subdivisão, era mostrado o incentivo à Ciência no Brasil naquele momento. As colunas que apareciam na *Evolução Intelectual* eram: *Literatura de ficção, Literatura de ideias, Literatura histórica, História literária do Brasil e Movimento bibliográfico*, a qual encerava esta parte. Além dessas colunas, havia artigos sobre educação e pesquisas científicas.

Fechando a seção *Brasil social, intelectual e artístico*, estava a *Evolução Artística*, a qual abordava a arte como uma expressão da sociedade de seu tempo, considerada, também, uma expressão da política. Assim, o progresso da arte brasileira era supostamente derivado da nova ordem política. Além disso, defendia-se que o governo estava apoiando as artes. Essa subdivisão contava com colunas fixas sobre Música, Artes Plásticas, Teatro, Cinema e Rádio. E todas as colunas fixas da seção *Brasil social, intelectual e artístico* tinham os seus autores permanentes. Dentre eles, podem ser citados: Graciliano Ramos, Marques Rebelo, Raimundo Pinheiro, Hélio Viana e Luis Heitor.

Com essa análise da seção *Brasil Social, Intelectual e Artístico* e da revista *Cultura Política* como um todo, percebe-se que a intenção era atrelar as transformações que estavam ocorrendo na sociedade em geral com a instalação do regime varguista, principalmente do Estado Novo. Há que se expor que as mudanças políticas têm a sua influência na sociedade como um todo, entretanto também é influenciada por um contexto maior, como o mundial,

com as tendências em todos os setores, social, das artes, jurídico, entre tantos outros. Então, para a transformação de um país ou de uma sociedade, há vários fatores envolvidos e exercendo influências.

Depois de expostas as seis seções originais e suas intenções, agora serão analisadas as duas seções que foram introduzidas, posteriormente, na revista *Cultura Política: Trabalho e economia nacional e Política Militar e defesa nacional*. A seção *Trabalho e economia nacional* apareceu pela primeira vez na revista em setembro de 1941. Ela tinha o objetivo de mostrar para o leitor as atividades econômicas dos Estados e das metrópoles do Brasil, fazendo um histórico da sua produção e da sua economia, integrando-as com a economia nacional. Ademais, a seção preocupava-se em discorrer sobre o trabalho, o trabalhador e a legislação da previdência social, possuindo uma coluna fixa sobre este último assunto, *Assistência e previdência social no governo Getúlio Vargas*. Assim, colocava os avanços que o país teve na área econômica, produtiva e trabalhista durante o governo de Getúlio Vargas, ressaltando os benefícios, como todo o discurso da Revista *Cultura Política*. Curiosamente, os autores dessa seção não eram explicitados.

Já a seção *Política militar e defesa nacional* foi a de menor duração, sendo publicada somente por quatro meses, de maio a agosto de 1942. Ela tinha o intuito de informar sobre os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial de uma forma geral, com ênfase no exército brasileiro.

Na seção, eram rememorados os feitos anteriores desse exército, como a Guerra do Paraguai. Outro destaque era a defesa do Brasil, além da proteção física, feita pelos três setores das forças armadas. No discurso da revista, mostrava-se que o regime varguista também protegia a população com a sua moral e a sua ideologia, unindo o país. Com isso, aliava a construção da imagem do exército brasileiro com os ideais do governo, como uma forma de legitimar as pretensões do grupo de Vargas. A maioria dos autores da *Política militar e Defesa Nacional* eram militares, mas também havia colaboração de civis.

Então, a revista *Cultura Política* produziu a ideologia e o discurso do DIP para ser difundida entre as outras publicações e em outros meios de comunicação, pois era vista como a matriz ideológica do regime. Pela análise feita, percebe-se que a revista foi importante em vários sentidos, por ter exposto em suas páginas uma grande variedade de assuntos atrelados aos ideais do regime e pela sua influência na época. Porém, é necessário um olhar crítico e perceber que a revista *Cultura Política* tinha o objetivo de montar o discurso e propaga-lo com a intenção de fortalecer a ditadura do Estado Novo e sua ideologia.

### 1.3 Os intelectuais na Era Vargas

Todos os homens são intelectuais, pois, por mais que exerçam uma profissão mecânica e técnica, pensam no trabalho, sobre a vida e sobre o mundo que os cerca, não havendo não intelectuais<sup>116</sup>. Porém, dentro de uma sociedade, há sujeitos que possuem a “função” de intelectuais, os quais irão organizar a cultura, os valores e as ideias de uma classe social e/ou de suas frações.

Os intelectuais eram pensados, e ainda o são, como um grupo autônomo, isolados da sociedade em que viviam. A teoria marxista “clássica” concebe-os como uma aliança, uma força de prestígio para negociar sua influência<sup>117</sup>. Com os estudos do filósofo italiano marxista Antônio Gramsci, essa ideia se modificou, passando a entender o intelectual como um membro da sociedade pertencente a uma classe e sendo representante dela.

Segundo Gramsci, intelectual é aquele que estrutura e organiza a ideologia, com os valores e ideias de um grupo para apresentá-los e difundi-los para a sociedade. Maria-Antonietta Macciocchi, especialista no trabalho de Gramsci, explica que:

O intelectual é definido como o “representante da hegemonia”, o “funcionário da superestrutura”, o “criado do grupo dominante”, aquele que assegura o consenso ideológico (comando + hegemonia) da massa em torno do grupo dirigente, que serve de elo entre a superestrutura e a infraestrutura [...]<sup>118</sup>

Com isso, percebe-se que os intelectuais inserem-se na dinâmica social, política e histórica de seu tempo. Como categoria social, têm a função de manter a ideologia funcionando<sup>119</sup> para sustentar o equilíbrio social e conservar o grupo que se encontra no poder.

Entretanto, também existem intelectuais que representam outras frações e outras classes, e ainda há os que são contestadores dos valores hegemônicos. Há de se destacar que os intelectuais podem ser originários do grupo que representam ou não, mostrando que dispõem de um percurso prévio para além da função de intelectual que desempenham na sociedade. Assim, vê-se que o papel dos intelectuais é auxiliar uma classe a propagar e a lutar

<sup>116</sup> GRAMSCI, A. Os Intelectuais. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 52

<sup>117</sup> MACCIOCCHI, M.A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974. p. 193.

<sup>118</sup> Ibid., p. 188

<sup>119</sup> POULANTZAS, N. As Classes sociais e luta de classe. In: \_\_\_\_\_. *Poulantzas: sociologia*. Organizador [da coletânea] Paulo Silveira. Trad: Heloisa Fernandes. São Paulo; Ática, 1984, p. 110

pela assimilação de seus preceitos pelo restante da sociedade, a fim de conseguir a conquista da hegemonia ou de contestá-la.

Para além de difundir e propagar a ideologia de uma classe, os intelectuais estruturam-na com a intenção de moldar as massas de forma conivente às pretensões da classe hegemônica. Eles podem ser vistos como aqueles que realizam a integração entre um grupo ou uma fração e a população em geral, de forma a estruturar ideais e valores de uma classe específica. Isso os torna atraentes para as outras classes, convencendo-as de que se trata do melhor caminho para aquela sociedade naquele momento.

Gramsci dividiu os intelectuais em categorias, e as mais importantes seriam a dos intelectuais orgânicos e a dos tradicionais. A primeira refere-se aos intelectuais que se ligam organicamente a uma classe ou a um grupo, com a intenção de estruturar a ideologia que representam a fim de que ela se prolifere e se torne hegemônica perante a sociedade e o Estado.

Em seus escritos, o filósofo italiano expunha que um grupo podia originar-se da função produtiva e econômica que exercia, desenvolvendo, a partir disso, a sua consciência social e política, a qual pretendia difundir para a sociedade. Um exemplo disso seriam os empresários, que poderiam ser os próprios intelectuais, ou quem os contratariam para realizar a difusão de sua ideologia<sup>120</sup>.

Já a segunda categoria derivaria de uma continuidade histórica, com intelectuais ligados ao pensamento tradicional e conservador de uma classe dominante. Os seus representantes seriam, por exemplo, os eclesiásticos, os quais propagam os preceitos da aristocracia fundiária<sup>121</sup>. Com isso, vê-se a importância dos intelectuais dentro de uma classe, seja ela uma continuidade ou uma nova classe.

Ainda nessa questão das categorias dos intelectuais, nota-se que não se trata de algo fixo, que só se pode pertencer a uma única categoria. Um intelectual poderia ser orgânico e tradicional ao mesmo tempo, pois ele teria as ideias e valores ligados a uma classe tradicional e também estaria envolvido na formulação e na divulgação de uma ideologia, assumindo o papel de intelectual orgânico.

Macciocchi expôs que essas categorias estavam relacionadas aos momentos de crise, como se os tradicionais fossem os orgânicos de uma classe decadente ou aqueles que ainda

---

<sup>120</sup> GRAMSCI, A. Os Intelectuais. **Cadernos do Cárcere**, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.p. 15-16

<sup>121</sup>Ibid.,p. 16

não se ligaram à nova classe ascendente<sup>122</sup>. Assim, mostra que as categorias de intelectual não são engessadas, mas, sim, maleáveis, aceitam mudanças de postura e de pontos de vista, dependendo da função social que se analisa.

Em seus escritos, Gramsci refletiu sobre os partidos políticos, ressaltando os do proletariado. Eles eram vistos como o Príncipe Moderno, por serem um intelectual coletivo e que teriam novas ideias de ações políticas<sup>123</sup>. A função dos partidos seria organizar e educar os grupos sociais fundamentais. Dessa forma, afirmava que todos os membros de um partido eram intelectuais, mesmo os que possuíssem outras funções profissionais, pois deixam de representar os interesses socioeconômicos de seu próprio grupo para representar os mais gerais, como os nacionais<sup>124</sup>.

Assim, percebe-se que Gramsci via os intelectuais de maneira ampla, sempre aliado ao ser social, integrado a um lugar na sociedade. Há de se destacar, também, que esse filósofo pensou os intelectuais como uma colaboração para a revolução do proletariado.

Ainda vendo os escritos de Gramsci, esse autor analisou as origens dos intelectuais em diversos países, como na Itália, na Alemanha, na Rússia e nos Estados Unidos. No caso do Brasil, não há um estudo específico sobre seus intelectuais, porém o filósofo fez uma reflexão sobre a América do Sul e Central.

A América, como um todo, não possuía, em certa medida, um grande número de intelectuais tradicionais. Mais especificamente, a do Sul e a Central tinham basicamente intelectuais ligados aos militares e ao clero, que derivavam das categorias tradicionais europeias, advindas das metrópoles na época da colonização<sup>125</sup>. Também há de se considerar a origem rural desses intelectuais, influenciados pela economia agrária, baseada nos latifúndios. Além disso, há a disparidade étnica entre brancos e índios, e, em alguns países dessa região, entre negros. Vê-se, portanto, que Gramsci considerou um contexto social, econômico e político com as especificidades locais para compreender como se originaram os intelectuais e, assim, entender a ideologia exposta por eles.

O que foi apresentado acima auxilia a compreender melhor o que aconteceu com os intelectuais durante a Era Vargas, pois as reflexões de Gramsci sobre eles são atemporais, servindo para diversas épocas.

<sup>122</sup> MACCIOCCHI, M.A. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974. p.195-196.

<sup>123</sup>Ibid.,p. 201

<sup>124</sup> GRAMSCI, A. Os Intelectuais. **Cadernos do Cárcere**, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. p. 25

<sup>125</sup>Ibid.,p. 31.

É preciso destacar que Gramsci foi contemporâneo ao período em que Getúlio Vargas presidiu o Brasil. O filósofo nasceu e viveu na Itália a maior parte de sua vida, foi militante ativo nas décadas de 1920 a 1930, quando Mussolini e o fascismo estavam em ascensão. Gramsci foi preso por esse regime, ficando detido até sua morte, no ano de 1937. Nesse mesmo ano, no Brasil, houve a instalação da ditadura do Estado Novo, a qual denotava inclinações fascistas. Dessa forma, mesmo tendo concepções diferentes de mundo, podendo até dizer opostas, Gramsci auxilia a entender o que ocorreu com alguns intelectuais que foram cooptados pelo regime Varguista, considerando que o país ainda era marcadamente agrário.

Contudo, Antônio Gramsci comprehende os intelectuais integrados em uma sociedade e, principalmente, em uma classe social, sendo seus representantes. Eles dão forma a uma ideologia com os preceitos de um grupo, tendo a intenção de formatar a população e a sociedade. Com isso, há de se analisar quem eram os homens que, durante a Era Vargas, desempenharam a função de intelectuais, observando a classe à qual pertenciam e se estavam ou não de acordo com a ideologia do regime.

Conforme a análise de Salla, no início da República, houve uma separação dos intelectuais brasileiros entre os “homens de pensamento” e os “homens de ação”. Os primeiros detinham-se a reflexões mais filosóficas, pensavam nas coisas do espírito e faziam uma literatura mais descolada da realidade do país. Por sua vez, os segundos estudavam e pensavam a realidade por meio das artes, e alguns intelectuais até se envolveram com a política de forma mais efetiva<sup>126</sup>.

Porém, de forma geral, os intelectuais dessa época ficaram mais vinculados às características dos “homens de pensamento”, sendo vistos como isolados da sociedade, presos em uma “torre de marfim”<sup>127</sup>. Eles foram alvo de críticas de Getúlio Vargas, quando já estava na presidência, por não se ligarem à realidade da nação, e essas críticas se estenderam à Academia Brasileira de Letras<sup>128</sup>. A fim de exemplificar essa separação entre os intelectuais, segundo a visão da geração de 1930, Machado de Assis era visto como um escritor cosmopolita e descolado da realidade nacional, e Euclides da Cunha era considerado um

---

<sup>126</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 147-148.

<sup>127</sup> VELLOSO, M.P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. de A.N. e FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2. 2003, p.151

<sup>128</sup>Ibid.p. 152

“homem de ação”, por representar a nação e ter tido um contato mais direto com essência do país<sup>129</sup>.

A partir dos anos 1920, os intelectuais voltar-se-iam para pensar e estudar mais intensamente por meio de questionamentos como: o que era o Brasil? O que era a nação brasileira? O que era ser tipicamente brasileiro?

Essas indagações estenderam-se até as décadas posteriores, de 1930 e 1940, levando a refletir que houve mudança no pensamento dos intelectuais em diversas áreas: na pintura, nas artes plásticas, na arquitetura. E, nesse sentido, pode-se desatarcar a literatura, que foi um marco dessa transformação cultural.

O processo teve início com o Movimento Modernista na década de 1920, em que alguns expoentes daquele momento procuravam fazer uma arte tipicamente brasileira. Segundo a autora Maria Arminda do Nascimento Arruda, o movimento ficou mais restrito às artes e à linguagem, ainda não focalizando diretamente a realidade do país<sup>130</sup>. Tanto que o escritor Mário de Andrade, um dos expoentes do modernismo brasileiro, assume que foi um ser apolítico e que fez sua ação por meio das artes<sup>131</sup>.

Vale destacar que os intelectuais de 1920 ainda se inspiravam nas vanguardas europeias<sup>132</sup>. A geração de 1930, por sua vez, ficou marcada por praticar uma literatura social e realista, conhecida como regionalista – que será melhor analisada posteriormente. Ela representava o Brasil do interior, saindo do eixo Rio de Janeiro e São Paulo<sup>133</sup>. Contudo, sem os avanços dos modernistas de 1920, os intelectuais de 1930 não conseguiriam realizar os seus feitos<sup>134</sup>. Nesse sentido, é possível afirmar que o Modernismo no país apresentou duas fases, uma em 1920, e a outra em 1930-1940.

Após essa breve visualização da trajetória dos intelectuais no Brasil antes da Era Vargas, é necessário pensar no papel e no lugar social que eles ocupavam, pois, mesmo com as mudanças que ocorreram, a origem dos intelectuais não se alteraria entre 1920 e 1940.

<sup>129</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 151-152

<sup>130</sup> ARRUDA, M.A. do N. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre a inovação e a tradição. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.23, n.2, p. 195. nov.2011

<sup>131</sup>Ibid.p. 194

<sup>132</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 97

<sup>133</sup> ARRUDA, M.A. do N. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre a inovação e a tradição. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.23, n.2, p. 196. nov.2011

<sup>134</sup> Por mais que houvesse o reconhecimento do mérito dos avanços dos modernistas, a geração de 1930 fez várias críticas, acusando os modernistas de “artificiais” e de não exporem a realidade brasileira. Na tese de Thiago Mio Sella, o autor expõe as críticas feitas ao modernismo por Graciliano Ramos, por José Lins do Rego e por Jorge Amado. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 169-180

Alguns deles vinham da aristocracia, ou seja, pertenciam à classe dominante. Assim, já possuíam os valores intrínsecos a essa classe. Na análise de Daniel Pécaut<sup>135</sup>, os intelectuais são um grupo independente, trabalham em causa própria<sup>136</sup>, comparando-os ao grupo dos tenentes. Tal consideração é discutível, pois o próprio autor, antes de empreender essa análise, citava a origem de determinados intelectuais, que eram ligados a grandes famílias ou à classe administrativa. Desse modo, é possível afirmar que a origem advinda da classe dominante, certamente, teve um peso nas escolhas e na visão da realidade dos intelectuais.

Cabe ressaltar que os membros da classe dominante que detinham a função de intelectual na sociedade brasileira ficaram conhecidos como “primos pobres” ou “homens sem profissão”. Os primeiros eram frutos de casamentos “para baixo”<sup>137</sup>, no qual, geralmente, a mulher era oriunda de uma família importante e casava-se como um homem de menor estatura social. Já os “homens sem profissão” faziam parte da classe dirigente, mas, por não serem orientados para comandar os negócios de família, dirigiram-se para a política ou para a cultura<sup>138</sup>.

Nota-se que esses tipos de intelectuais tinham um contato prévio com a cultura e com os valores da classe dominante, sendo parte integrante dela. Assim, tinham mais facilidade em organizar e estruturar esses valores para serem propagados por toda a sociedade. Retomando os conceitos de Gramsci, pode-se dizer que os intelectuais do período encaixar-se-iam na categoria dos tradicionais.

Quanto ao lado profissional dos intelectuais, eles não possuíam uma profissão que os definissem socialmente. Segundo Daniel Pécaut, havia três tipos que se destacavam: os advogados, os engenheiros e os homens de cultura<sup>139</sup>. Mas isso se modificou em decorrência de dois fatores. Primeiramente, a ampliação dos cursos universitários em meados de 1930, aumentando o número de pessoas com diplomas. Tal fenômeno mobilizou a classe dirigente na procura de meios para continuar exercendo a hegemonia sobre a sociedade e fez com que os intelectuais dessa classe se vissem como os condutores da nação<sup>140</sup>. Outro fator foi que nos

<sup>135</sup> Pelos escritos de Daniel Pécaut, identifica-se que o autor considerava os intelectuais como independentes de suas origens e de seus vínculos sociais, não sendo determinantes nas suas posturas enquanto intelectual. A escolha por uma categoria social, no caso dos escritores, era coletiva, porque esta categoria já existia anteriormente. Mesmo compactuado com o Estado ou com um regime, ainda possuía sua autonomia. In: PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.p. 20-21

<sup>136</sup> PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.p. 31.

<sup>137</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 105

<sup>138</sup> Ibid.,p.105

<sup>139</sup> PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.p. 34

<sup>140</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.118-119

anos 1940 os concursos públicos foram instituídos, e uma parte dos intelectuais passou a fazer parte do serviço público<sup>141</sup>.

Esta dissertação foca nos intelectuais escritores, mesmo que alguns não fossem favoráveis à ideologia do regime. Assim, nota-se que a postura deles foi se adequando aos novos momentos e ganhando mais visibilidade na sociedade e no Estado.

Há de se pensar, ainda, nas influências teóricas e de algumas correntes sobre os intelectuais brasileiros no período de 1930 e 1940. Uma parte deles era regida pelo signo do positivismo, com ênfase na ciência e na sociologia como uma forma de estabelecer leis para a sociedade. Continuava-se a dialogar com o darwinismo social, o evolucionismo, o determinismo e outras correntes<sup>142</sup>, que foram importadas da Europa desde o século XIX, e pensados para a realidade do Brasil.

Ocorria, portanto, o transplante de teorias das ciências naturais para as sociais, e, entre os intelectuais que as estudaram, podem ser destacados Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Junto com as ideias positivistas, alguns intelectuais acreditavam no autoritarismo e o pregavam como o caminho para o país. Estava presente, também, o sentimento antiliberal, afirmado-se que o liberalismo, por ser de origem estrangeira, não se encaixava na realidade do país<sup>143</sup>. Pelo que foi apresentado, percebe-se uma tendência conservadora e tradicional entre os intelectuais do período.

Nesse sentido, Sérgio Miceli<sup>144</sup> mostra que alguns intelectuais eram reacionários, contrários ao golpe de 1930 e aos rumos da política. Dentre eles, havia o grupo que fundou a Ação Integralista<sup>145</sup>. O autor também menciona que havia intelectuais leigos que iriam se ligar organicamente à Igreja Católica, difundindo os ideais dessa instituição<sup>146</sup>. Porém, faz-se preciso destacar que também existiam os intelectuais de esquerda, atrelados ao Partido Comunista e à Aliança Nacional Libertadora<sup>147</sup>. Com isso, mostra-se a diversidade de pensamentos, de ideias e de projetos entre os intelectuais dos anos de 1930 e 1940 para moldar a sociedade brasileira.

---

<sup>141</sup>Ibid.,p. 200

<sup>142</sup>PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.p. 35-36

<sup>143</sup>Ibid.,p. 28

<sup>144</sup> Para entender os intelectuais brasileiros, Sergio Miceli tenta perceber as relações sociais deles com as frações da classe dominante. Dando ênfase na origem e no lugar social, destaca que uma parte dos intelectuais provinha de ricas famílias decadentes. Este autor também analisa os investimentos feitos pela classe dominante na cultura e, consequentemente, nos intelectuais. In: MICELI, S. Introdução e depoimento. In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p.76-77/ p. 403-416

<sup>145</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 133

<sup>146</sup>Ibid.,p. 128

<sup>147</sup>PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.p. 83-84

É necessário analisar de maneira mais atenta a postura dos intelectuais de se autoproclamarem como dirigentes do país. Certos intelectuais da década de 1930 tinham isso como um lema forte, de serem os condutores do Brasil juntamente com os políticos. Pécaut explica, em seu texto, que esses intelectuais pensavam formar uma cultura nacional e civilizada orientada pelo grupo dominante e que seria disseminada entre a população, tornando-se hegemônica. Diziam ser necessário “civilizar por cima, civilizar os que estão em estado de compreender”<sup>148</sup>. Para realizar a “suposta” missão, esses intelectuais viam que seria preciso uma organização em três frentes: social, com o domínio das massas, cultural, formando uma cultura nacional, e política, com uma organização<sup>149</sup>.

A pretensão dos intelectuais em serem os dirigentes de uma cultura tipicamente brasileira foi ao encontro com as do regime de Getúlio Vargas. Ele almejava estimular um sentimento de nação e de um nacionalismo entre a população. Para atingir seus objetivos, o governo tinha a intenção de estabelecer uma relação com os intelectuais, que auxiliariam na estruturação e na propagação de sua ideologia nacionalista. Pécaut explicita, em sua pesquisa, essa relação entre o regime e os intelectuais:

Em seguida, o reconhecimento dado pelo regime de 30 ao papel dos intelectuais na “redescoberta do Brasil” e na construção científica da identidade brasileira. Esse regime não estava menos propenso ao “realismo” do que os pensadores sociais, isto é, necessitava destes para fazer a teoria dessa realidade e tomar parte no desenvolvimento da propaganda nacionalista.

Esses dois elementos são essenciais para se interpretar a posição social atribuída aos intelectuais e as interferências entre o campo intelectual e o campo político. Muitos intelectuais colocavam-se, perante a sociedade, em posição homóloga à do Estado; constataremos que a reciprocidade era verdade. O Estado, apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorre aos intelectuais para alcançá-la.<sup>150</sup>

Essa união entre o regime e os intelectuais teve a intenção de disseminar entre a população os valores que se diziam serem os nacionais. O intuito era, pois, formar uma unidade cultural nacional, superando a divisão regionalista da Primeira República, criticada pelo regime varguista.

Nas décadas de 1930 e 1940, os conceitos de política e de cultura foram quase inseparáveis para o regime, aliando as novas diretrizes culturais às mudanças políticas

---

<sup>148</sup> Ibid., p. 28

<sup>149</sup> Ibid., p. 39-40

<sup>150</sup> Ibid., p. 59

ocorridas no país. E, a esse respeito, ressalta-se que os intelectuais eram os responsáveis pela difusão e divulgação da cultura nacionalista<sup>151</sup>.

Como já apresentado, havia intelectuais das mais diversas matrizes de pensamentos no Brasil, sendo interessante notar que o regime de Vargas conseguiu reunir em torno de seu projeto essa diversidade, mesmo durante a ditadura do Estado Novo. O governo só não cooptou os mais rebeldes, no entanto, não promoveu uma ruptura drástica, deixando uma relação em aberto<sup>152</sup>. Para exemplificar os vários intelectuais que contribuíram nesse período, podem ser citados: Lourival Fontes, Francisco Campos, Almir de Andrade, Oliveira Viana, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, entre outros.

Com esse cenário, percebe-se que o grupo de Vargas conseguiu agregar os mais diferentes intelectuais em seu regime, transmitindo para a população uma aparente unidade em torno da ideologia Varguista. Mas essa aparente unidade era frágil; foi ajudada pela situação mundial e permaneceu por um determinado tempo, enquanto perdurou o Estado Novo.

Alguns intelectuais que colaboraram com o regime eram ligados mais a uma fração burocrática do que a um dirigente político ou a uma facção política<sup>153</sup>. Eles podiam ser vistos como um ponto de apoio e até de lealdade para os burocratas, que tiveram a sua posição tanto política, como social, valorizada perante o Estado.

Por mais que a Era Vargas seja vista como um período de maior racionalização e burocratização do Estado brasileiro, por ter sido a época em que vários ministérios foram criados e, também, os concursos públicos, ainda havia uma influência pessoal muito presente, principalmente em se tratando dos intelectuais. Em diálogo com a noção de “partido” de Gramsci, é possível perceber como o próprio Estado tentou desempenhar o papel de intelectual coletivo.

Uma parte considerável dos intelectuais ingressou no serviço público, sendo uns servidores públicos, concursados, e outros apenas cooptados para um trabalho de tempo parcial<sup>154</sup>. Com isso, vê-se que eles desempenharam várias funções em diversos ministérios.

Miceli dividiu em quatro as categorias ou os papéis desempenhados pelos intelectuais dentro do regime varguista. A primeira era a “elite intelectual” do Estado, composta de intelectuais que possuíam altos cargos no governo, fazendo parte de sua cúpula. Tinham uma

---

<sup>151</sup>Ibid.,p. 69

<sup>152</sup>Ibid.,p. 72

<sup>153</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 198

<sup>154</sup>Ibid.,p.208

atuação dupla, na política e na cultura<sup>155</sup>, e alguns possuíam tanta importância, que chegaram a ser ministros de Estado, como por exemplo, Francisco Campos.

A segunda categoria era a dos “homens de confiança”, os quais integravam comissões ou eram chefes de institutos e departamentos. Eles exerciam influência sobre os ministros como portadores de seus próprios interesses<sup>156</sup>. A terceira categoria era composta pelos intelectuais que tinham algum conhecimento específico. Eles foram alocados para trabalhar em museus e bibliotecas, ficando conhecidos como os “administradores da cultura”<sup>157</sup>. E a última era a dos intelectuais de carreiras mais tradicionais, com funções de intelectuais, como de cargos jurídicos, professores de faculdade<sup>158</sup>, que, na época, estavam em crescimento.

O mesmo autor ainda fez uma distinção interessante entre os intelectuais que foram funcionários públicos. Nesse grupo, havia escritores-funcionários e funcionários-escritores, e a diferença ocorria conforme a origem e a trajetória do intelectual. Os primeiros eram cooptados pelos membros do alto escalão do governo por causa de sua posição social e de seu capital cultural, e geralmente foram levados para trabalhar no Rio de Janeiro<sup>159</sup>. Alguns mantinham uma certa neutralidade em relação ao regime. Como representante dos escritores-funcionários, tem-se o escritor Carlos Drummond de Andrade, muito ligado ao ministro Gustavo Capanema.

Já os funcionários-escritores começavam suas carreiras como funcionários públicos na capital federal. Sem apoio de uma figura importante do governo e sem muita visibilidade, tinham que conquistar uma posição. Contudo, vê-se que o regime de Vargas teve variadas maneiras de cooptar os intelectuais para colaborarem com o seu projeto de nação. Mas, igualmente, há de se observar que houve uns que se engajaram mais e outros, menos, na sua função de intelectual, o que aconteceu em razão de uma identificação ou não com os preceitos construídos e pregados pelos principais intelectuais do regime.

Por mais que o regime tenha se cercado de intelectuais em todos os setores, vale destacar que, em dois deles, a presença era mais marcante: o Ministério da Educação, sobre a direção de Gustavo Capanema, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a supervisão, na maior parte do tempo, de Lourival Fontes.

Isso ocorreu pelo fato de os dois setores serem locais onde se organizavam a estruturação e a divulgação da ideologia do regime com maior intensidade. A pesquisadora

---

<sup>155</sup>Ibid.,p.210

<sup>156</sup>Ibid.,p.211-212

<sup>157</sup>Ibid.,p. 213

<sup>158</sup>Ibid.,p.213

<sup>159</sup>Ibid.,p. 231

Mônica Pimenta Velloso aponta que havia uma distinção entre a função desses dois órgãos. O Ministério da Educação teria o intuito de formar uma cultura erudita, e o DIP funcionaria mais para controle dos meios de comunicação e direcionamento da cultura popular<sup>160</sup>. Assim, nota-se que, nesses dois órgãos, os intelectuais exerciam sua função orgânica de formatar e divulgar a ideologia para moldar a população de modo mais efetivo, de acordo com o conceito gramsciano de intelectual.

Perante o que foi exposto sobre os intelectuais brasileiros das décadas de 1930 e 1940, pode-se afirmar que alguns deles foram intelectuais tanto tradicionais, como orgânicos, segundo o pensamento de Gramsci. Isso porque eles compactuavam com as ideias de uma classe dominante atrelada aos valores tradicionais e estruturaram as ideias dela para formar uma ideologia e ser difundida para a sociedade, a fim de enquadrá-la dentro das intenções do regime. A Era Vargas foi um período no qual o governo, junto com os intelectuais, produziu e divulgou um projeto pretendido por uma fração da classe dominante, com o intuito de convencer as outras frações e classes sociais de que tal projeto era o melhor para o Brasil. E, naquele momento, fez isso tanto pelo consenso, como pela coerção.

É preciso entender que houve diversos níveis de comprometimento e de cooptação dos intelectuais durante os quinze anos em que Getúlio Vargas presidiu o Brasil. Existiam aqueles que se viam como dirigentes da nação, que, provavelmente, estariam mais alinhados com as ideias e preceitos do regime. E também existiam aqueles que queriam expor as raízes e a realidade do Brasil, mas que não eram afinados com a ideologia varguista.

Estes dialogavam com as pretensões dos que estavam no poder. Para atrair a colaboração, o governo ofereceu aos intelectuais um suporte material e moral como uma forma de estabelecer uma relação com eles. Alguns, que queriam representar a realidade e as origens brasileiras, não se importaram em participar do projeto do Estado Novo, com suas características<sup>161</sup>. Porém, houve aqueles que viam a sua colaboração como um serviço prestado, além de outros que foram cooptados parcial e temporariamente. E, ainda, os que tiveram a habilidade de fazer críticas à visão do projeto embutidas na própria estrutura do regime. Então, pelo cenário apresentado ao longo da análise, percebem-se as várias nuances e tipos de comportamento e de postura dos intelectuais frente ao autoritarismo e ao nacionalismo propostos pelo grupo de Vargas.

<sup>160</sup> VELLOSO, M.P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L.de A.N. e ERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v.2. 2003.p. 149

<sup>161</sup> SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book) p. 5.

Cabe enfatizar, ainda, que nem todos os intelectuais tiveram as mesmas pretensões da classe dirigente e viam sua colaboração ao regime como um trabalho. Porém, determinados intelectuais tinham intenções próximas às do governo e auxiliaram mais ativamente na estruturação e na propagação da ideologia oficial do regime varguista, havendo uma relação de reciprocidade.

Pelo que foi apresentado, nota-se que a ideologia teve um forte apelo nacionalista e pretendia criar um sentimento de unidade na população brasileira. Assim, intrigante perceber que a revista oficial do DIP, a *Cultura Política*, teve, em suas páginas, uma coluna dedicada ao regionalismo, a *Quadros e Costumes*. Nesse sentido, cabe analisarmos a trajetória dos autores e esta coluna.

## 2 QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE: GRACILIANO RAMOS

### 2.1 Quadros e Costumes

Antes de fazer a análise dos autores e dos escritos das colunas *Quadros e Costumes*, é preciso compreender, de maneira geral, essa coluna. Dentro da revista *Cultura Política*, a *Quadros e Costumes* situava-se na última seção *Brasil social, intelectual e artístico*, como já foi exposto. A coluna, inicialmente, era dividida em *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* e *Quadros e Costumes do Nordeste*. A partir do quinto mês, junho de 1941, teve início a *Quadros e Costumes do Norte*. As três foram constantes durante a primeira fase da revista, de março de 1941 a agosto de 1942, e a primeira edição contou com um texto introdutório explicitando a intenção da *Quadros e Costumes*, conforme abaixo:

Conhecer o Brasil é também fixar-lhe os costumes, as paisagens, as cenas e os quadros típicos do interior, do litoral e das capitais. Tudo isso evolue com as transformações políticas e sociais, prolongando através do tempo a linha mais pura e mais genuinamente brasileira das nossas tradições populares. A alma do povo desponta por detrás dos seus quadros de costumes: vemos, ali, o povo vivendo a sua verdadeira vida de todos os dias, a grande vida humana que as instituições políticas as destinam a interpretar, defender, amparar, estimular e encarar nas formas e sistemas de governo. Esse grande e verdadeiro do Brasil- é que será retratado nestas páginas. Dois dos melhores e mais conhecidos escritores do Brasil de hoje se encarregarão de fixar aqui esses quadros de costumes populares. [...]<sup>162</sup>

Provavelmente, esse texto foi escrito por Rosário Fusco, pois era o responsável pelos textos introdutórios da seção *Brasil Social, Intelectual e Artístico*<sup>163</sup>. Conforme o excerto apresentado, fica nítido que a intenção do diretor da revista, por meio da coluna *Quadros e Costumes*, era retratar e documentar a vida do povo brasileiro de todas as partes do país nos seus costumes, suas paisagens e suas tradições. Trata-se de um reflexo do país de forma mais realista e concreta, já que o intuito da revista era ser um “espelho do Brasil”, após as mudanças políticas e sociais de 1937.

Nessa edição, foram apresentados os autores Marques Rebelo e Graciliano Ramos, que serão tratados posteriormente na dissertação. Quando surge a *Quadros e Costumes do Norte*, não há uma apresentação de seu autor, Raimundo Pinheiro, ficando difícil identificar quem

<sup>162</sup> Revista *Cultura Política*. Ano 1, n.2, p. 232. mar.1941.

<sup>163</sup> PAIVA, V. da S. de. **Diálogo Cordial:** Cultura Política, os intelectuais e as letras no Estado Novo. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2011.p. 75

era esse intelectual. Ainda sobre os textos introdutórios, eles não foram constantes nas dezoito colunas da primeira fase, fazendo-se presentes somente em quatro edições (em março, abril, novembro e dezembro de 1941). Isso pode ser um indício de que os editores da revista não davam tanta importância para a coluna sobre o regionalismo na *Quadros e Costumes*, apesar do controle sobre os escritos que comporiam a *Cultura Política*.

Os textos que integravam a coluna *Quadros e Costumes* ficaram conhecidos como crônicas, e convém refletir sobre esse gênero. As crônicas possuem o objetivo de informar, narrar fatos ou acontecimentos em um texto marcado pela opinião e pela subjetividade de seu autor. Normalmente, esse tipo de texto faz uma análise breve do cotidiano, sendo muito empregado nas revistas e nos jornais. Dessa forma, aproxima-se do texto jornalístico, sendo, também, um gênero literário.

O estilo cronístico confunde-se, e até se funde, com outros gêneros, como argumenta Thiago Salla:

[...] sobre o território cronístico destacaram que ninguém teria delimitado com precisão suas fronteiras flutuantes: trata-se de um gênero marcadamente ambíguo que conduz ao conto (quando conta uma história), ao ensaio (quando predomina o caráter conceitual), ao poema em prosa (quando o significante prevalece sobre o significado) [...]<sup>164</sup>

Na antiguidade, as crônicas eram escritas com a intenção de rememorar acontecimentos e personagens do passado. A fim de celebrar as glórias dos grandes homens para servir de exemplo, essas narrativas não se importavam com a precisão da narrativa dos fatos<sup>165</sup>. No século XX, as crônicas tornaram-se textos de ficção da vida cotidiana, criando uma aproximação entre o escritor e o leitor<sup>166</sup>. Com isso, fazia com que os leitores entrassem no mundo imaginado pelo autor da crônica, apresentando proximidade com seu dia a dia. Como parte integrante dos jornais e das revistas, passou a ser uma parte de recreação, sem ter as regras do restante da publicação.

No Brasil, a crônica nasceu e firmou-se como gênero no Rio de Janeiro, e foi acompanhando o processo de modernização do país do começo de século XX<sup>167</sup>, sendo esse

<sup>164</sup> SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book) p.2

<sup>165</sup> Ibid. p.4.

<sup>166</sup> SALLA, T.M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.328

<sup>167</sup> SILVA, R. N. **Memórias Rabiscadas Nas Crônicas De Viventes Das Alagoas De Graciliano Ramos.** Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013.p.27

processo exposto pelos cronistas nas páginas dos jornais e das revistas. Alguns dos grandes literatos brasileiros também praticaram o gênero da crônica, com destaque para Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e o próprio Graciliano Ramos. Em sua dissertação, Regina Nascimento Silva indica que certos cronistas narravam uma representação da realidade com a intenção de modificar a situação social do Brasil<sup>168</sup>. Desse modo, os textos tinham um papel de crítica, de reflexão e, também, de denúncia sobre a realidade social do país em diversas épocas.

No período do Estado Novo, as crônicas adquiriram a função de mapear e descobrir as complexidades e as heterogeneidades do Brasil e entre as regiões do país<sup>169</sup>. Com isso, evidenciavam as discrepâncias das realidades vividas nas regiões, de umas, que viviam no atraso e na miséria, e outras, que se encontravam no ritmo do processo de modernização. Dessa maneira, possibilitavam à população conhecer as outras realidades do seu próprio país, por meio das páginas das revistas e dos jornais.

Nesse mesmo sentido, a revista oficial do DIP tinha em suas páginas a coluna *Quadros e Costumes*, intencionalmente voltada para apresentar “os costumes, as paisagens, as cenas [...]” de cada região para expô-las ao público intelectualizado da *Cultura Política*. As crônicas da *Quadros e Costumes* diferenciam-se um pouco de outras colunas e crônicas de outras publicações, pois estavam inseridas na revista de matriz ideológica do DIP. Por isso, teria a intenção de propagar os seus ideais, como a ideia de nação e de união nacional, formando uma nacionalidade brasileira. Desse modo, expunham as diferentes regiões a fim de que o público conhecesse as outras realidades.

Dentro da *Cultura Política*, as narrativas sobre as regiões Nordeste, Centro e Sul possuíam um caráter documental, de testemunha, de como era a vida do coletivo brasileiro<sup>170</sup>. Com isso, ganharam maior notoriedade e relevância de documento, que mostraria as vivências das regiões, atuando como um “espelho do Brasil”, mostrando as populações do interior para a do litoral e vice-versa, com os seus viveres e suas tradições para todo o país.

As crônicas da *Quadros e Costumes* na *Cultura Política* também tinham a intenção de colaborar com a legitimidade do Estado Novo, acentuando o seu caráter de autenticidade com a realidade do Brasil<sup>171</sup>. Seria necessário expor os hábitos e documentar as vivências da

<sup>168</sup>Ibid. p. 22

<sup>169</sup> ARRIGUCCI JUNIOR, D. Fragmentos sobre a crônica. In: **Enigma e comentários:** ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.63

<sup>170</sup>SALLA, T.M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 296.

<sup>171</sup>Ibid., p.192

população, com a intenção de mostrar como o regime e a população compreendiam-se mutuamente, estando em uma aparente sintonia. Destacando o espaço que essa coluna ocupa no interior da revista e com as outras partes da *Brasil social, intelectual e artístico*, colaboravam para reforçar a ideia de que os autores testemunharam as tradições e os costumes do povo para os transcreveram nos textos a fim de que seus leitores conhecessem aquilo que era o tipicamente brasileiro.

Quanto à estrutura da coluna *Quadros e Costumes*, nota-se que as crônicas não possuíam um título, mas eram numeradas, como pode ser observado no Anexo. As crônicas formavam uma sequência numérica, do I ao XVIII, mas não compunham uma história contínua, eram narrativas fragmentadas sobre diversos costumes do país.

Com as mudanças ocorridas no DIP e na revista, a partir de setembro de 1942, as crônicas passaram a ser intituladas, e a própria coluna *Quadros e Costumes* teve seu nome modificado para *Quadros e Costumes Regionais*. Essa coluna, que, durante a primeira fase, esteve em todas as edições, passou a ser esporádica na segunda. Tanto que Graciliano Ramos escreveu mais seis colunas (setembro, outubro e dezembro de 1942; março e maio de 1943 e junho de 1944), e Marques Rebelo mais quatro (setembro e dezembro de 1942; e fevereiro e outubro de 1943). Embora a segunda fase da revista tenha começado em setembro de 1942, a coluna continuou constante até o fim desse ano, percebendo-se a mudança pela adição do título nos escritos.

Em suma, percebe-se que houve uma constância e uma forma nos escritos da coluna *Quadros e Costumes* na *Cultura Política*. Nessa revista, havia uma hierarquia de temas a serem abordados, ficando evidente que a coluna sobre o regionalismo não tinha tanto destaque por ocupar a última seção. No entanto, mesmo com o discurso de união e de unidade nacional feito pelo regime Varguista, o próprio governo reconhecia a existência de diferenças entre as regiões que não podiam ser suprimidas, expondo-as nas páginas da revista do DIP. E esse tipo de crônica era comum em outras publicações do país, inclusive em outras épocas.

Após essa localização da coluna na revista, tem-se que considerar os seus autores como sujeitos sociais integrados à Era Vargas. Desse modo, permite-se uma melhor compreensão do próprio conteúdo dos escritos da *Quadros e Costumes*.

É importante compreender quem foram e como são vistos, atualmente, “Dois dos melhores e mais conhecidos escritores do Brasil...”, segundo a revista *Cultura Política*. Graciliano Ramos e Marques Rebelo foram reconhecidos nas décadas de 1930 e 1940 como escritores de renome, tanto que foram convidados a participar da revista do DIP. O autor

Sergio Miceli, em seu livro, reflete sobre as memórias e biografias de escritores que podem ser consagrados em vida, ou rememorados e se tornarem célebres postumamente<sup>172</sup>.

Embora Marques Rebelo tenha tido o reconhecimento em sua época, foi relegado ao esquecimento nos períodos posteriores. Atualmente, é lembrado mais por sua participação na *Cultura Política*, porém seus livros continuam a ser editados<sup>173</sup>. Por outro lado, Graciliano Ramos ainda possui notoriedade e é considerado um dos maiores escritores da literatura brasileira de todos os tempos. Esse cenário implica uma maior facilidade em se encontrar a biografia de Ramos do que a de Rebelo. A disparidade entre os dois autores manifesta-se até nos trabalhos sobre as colunas *Quadros e Costumes*, os quais se centram mais sobre a do Nordeste. Diante disso, este trabalho pretende analisar igualmente as colunas *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* e *Quadros e Costumes do Nordeste* e seus respectivos autores.

## 2.2 Graciliano Ramos

Em 27 de outubro de 1892, na cidade de Quebrangulo, Alagoas, nasceu Graciliano Ramos de Oliveira, o primogênito de dezesseis irmãos, conhecido na literatura como Graciliano Ramos. Durante a infância, junto com sua família, Graciliano mudou-se para uma fazenda no sertão de Pernambuco, em Buíque, e depois para a Cidade de Viçosa, no estado de Alagoas.

Em Viçosa, Graciliano estudou no Internato Alagoano, publicando no jornal da instituição seu primeiro conto, “Pequeno Pertinente”, em 1904. Deu, assim, seus primeiros passos na carreira literária. Em 1905, a família Ramos Oliveira mudou-se para Maceió, onde o primogênito foi estudar no colégio Quinze de Março. Nessa época, Graciliano Ramos participava do periódico Echo Viçosense, o qual só teve duas edições em decorrência do suicídio de seu redator, Mário Venâncio, quem era também o mentor intelectual do jovem Ramos<sup>174</sup>.

Entre os anos de 1906 e 1914, Graciliano Ramos colaborou com diversas publicações, como a revista carioca *O Malho*, *Jornal de Alagoas*, *Correio de Maceió* e o jornal fluminense *Paraíba do Sul*. É importante ressaltar que, nessas publicações e em várias outras, o autor não assinava seu nome, mas, sim, pseudônimos. Segundo Tiago Mio Salla, somente em 1931 o

<sup>172</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 84

<sup>173</sup> Já está na 6º edição o livro *A estrela sobe*, de Marques Rebelo, publicado em 2016, pela José Olympio.

<sup>174</sup><http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>. Acesso em: 29 nov. 2016

autor assume a persona literária de Graciliano Ramos<sup>175</sup>. Entre os pseudônimos usados pelo autor, destacam-se: Feliciano de Olivença, Almeida Cunha, Soeiro Lobato, Soares de Almeida Cunha e “R.O.” (referência aos seus sobrenomes Ramos de Oliveira”)<sup>176</sup>.

Aos 18 anos, Graciliano Ramos mudou-se para a cidade de Palmeira dos Índios, onde a família se estabeleceu e inaugurou uma loja de tecidos. Embora o autor tenha ido para essa cidade já quase na fase adulta, ficará conhecido como o “Homem de Palmeira dos Índios”<sup>177</sup>. No ano de 1914, em agosto, o jovem Graciliano Ramos foi para a Capital do país com o intuito de seguir a carreira literária. Durante a sua passagem pelo Rio de Janeiro, atuou como revisor dos jornais *Correio da Manhã*, *A Tarde* e *O Século*.

A estadia do escritor no Rio de Janeiro durou pouco mais de um ano. Em 1915, três irmãos e um sobrinho seus morreram em decorrência da peste bubônica que afetou Palmeira dos Índios. O retorno ao estado de Alagoas significou para Graciliano um afastamento do mundo literário, porém foi uma fase importante em sua vida pessoal. No mesmo ano, Graciliano Ramos, aos 23 anos, casou-se com Maria Augusta de Barros. Em 1917, assumiu a loja de tecidos da família, Loja Sincera. Com a primeira mulher, que morreu no parto de sua última filha, teve quatro filhos.

Com início da década de 1920, Graciliano Ramos, mesmo com sua vida atribulada, voltou a escrever. No ano de 1921, começou a colaborar com o semanário da cidade *O Índio*. Nele, atuou na seção *Traços a esmos*, com diferentes pseudônimos. Em 1925, Ramos iniciou a escrita do que seria o seu romance de estreia, *Caetés*.

Em 1927, houve outra guinada na vida do escritor, pois o nome de Graciliano Ramos foi indicado para concorrer à prefeitura de Palmeira dos Índios. Quando soube da indicação, recusou o convite, porque pretendia dedicar-se à escrita de seu romance. Mas, inesperadamente, voltou atrás e aceitou concorrer ao cargo<sup>178</sup>. Nesse ano, o autor ganhou a eleição e conheceu a sua segunda mulher, a jovem Heloisa Leite de Medeiros. Assim, como desdobramento de 1927, no ano seguinte, Graciliano tomou posse no cargo de prefeito da cidade, casou-se novamente e ainda terminou o seu romance *Caetés*. Com Heloisa, Ramos teve mais quatro filhos, tendo o total de oito.

<sup>175</sup> SALLA, T.M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 41

<sup>176</sup><http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>. Acesso em: 29 nov. 2016

<sup>177</sup> FARIA, P.A.G. de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944):** Estudo Crítico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. p. 57

<sup>178</sup>Ibid.,p. 59

Como prefeito de Palmeira dos Índios, Ramos fez uma administração honesta e sem privilegiar ninguém. Teve de lidar com os problemas deixados pelo prefeito anterior e combateu a sujeira nas ruas da cidade. O que mais chamou a atenção no período em que foi prefeito foram os relatórios sobre a cidade enviados para o governador, em 1929 e em 1930. Eles se diferenciavam dos demais por oscilarem entre objetivismo e subjetivismo, sempre em tom formal<sup>179</sup>.

Esses relatórios evidenciaram a veia literária do então prefeito Graciliano Ramos. Devido à qualidade da escrita dos relatórios, após serem publicados no *Diário Oficial*, também foram publicados em jornais da Alagoas e do Rio de Janeiro<sup>180</sup>. Essa publicação nos jornais da Capital do país chamou a atenção de Augusto Federico Schmidt, responsável pela livraria Schmidt, quem se interessou em ver se o autor alagoano tinha algo escrito, como um romance a ser publicado.

Graciliano Ramos não terminou o mandato, mesmo com os elogios à sua administração. Em abril de 1930, renunciou ao cargo de prefeito de Palmeira dos Índios. No mês seguinte, mudou-se para Maceió, junto com a mulher e os filhos. Na capital de Alagoas, a convite do governador Álvaro Paes, assumiu a direção da *Imprensa Oficial de Alagoas*. Porém, por não suportar a burocracia, demitiu-se no fim do ano de 1931. Sozinho, Graciliano Ramos retornou a Palmeira dos Índios e começou a escrever o seu segundo romance, *São Bernardo*. Em 1933, retornou à vida pública, sendo nomeado para o cargo de diretor de Instrução Pública de Alagoas, algo semelhante a Secretário Estadual de Educação, onde permaneceu até ser afastado, em 1936<sup>181</sup>.

Na década de 1930, Graciliano Ramos firmou-se como romancista, publicando várias de suas obras nesse período: *Caetés* (Editora Schmidt, 1933), *São Bernardo* (Editora Ariel, 1934), *Angustia* (Editora José Olympio, 1936) e *Vidas Secas* (1938)<sup>182</sup>. Dessa forma, Ramos passou a integrar a Geração de 1930, reconhecida por seus romances realistas, ou pelo “realismo bruto”<sup>183</sup>. As décadas de 1930 e 1940 na literatura nacional são conhecidas por

---

<sup>179</sup>Ibid.,p. 60

<sup>180</sup> Os dois relatórios ao governador de Alagoas depois foram publicados em algumas edições do livro *Viventes de Alagoas*, que traz as crônicas escritas por Graciliano Ramos para a Revista *Cultura Política*, na coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*. O exemplar disponível na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, da 7<sup>a</sup> edição da editora Record, possui os citados relatórios. In: RAMOS, G. *Viventes de Alagoas*. 7<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1977

<sup>181</sup>FARIA, P.A.G.de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944): Estudo Crítico.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.p. 62

<sup>182</sup><http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>. Acesso em: 29 nov. 2016

<sup>183</sup>BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo. Cultrix, 1981. p.433

terem sido “a era do romance brasileiro”<sup>184</sup>. Alguns autores relevantes dessa geração foram José Lins do Rego, Jorge Amado e Raquel de Queiroz, entre outros.

Nesse período, a literatura brasileira ficou marcada pelo romance regional, que passa a representar a realidade do interior do Brasil, escrevendo sobre os pobres, os trabalhadores, os marginalizados sociais, as mulheres e as crianças<sup>185</sup>. Assim, mostram-se os dilemas sociais enfrentados pela população do país distante dos grandes centros.

Algo que ajudou os escritores de 1930 em seus romances foi a quebra do formalismo na escrita. Por mais que a geração modernista de 1920 tenha feito críticas ao rigor gramatical imposto pela Academia Brasileira de Letras<sup>186</sup>, esse rompimento só se consolida com os romancistas regionais, pois se começava a escrever com a linguagem coloquial, usada no interior do país, para representar o povo desse lugar.

Tendo como principal característica o realismo, os romances das épocas de 1930 e 1940 foram ficções pautadas nos conflitos e nas angústias vividas na sociedade brasileira daquele momento. Esses romances buscaram representar o interior do Brasil, principalmente o Nordeste, sendo também chamados de romances regionalistas. Com o intuito de expor a difícil realidade do interior do país, os autores deixaram de lado a linguagem mais formal e passaram a escrever de forma mais coloquial, se aproximando da linguagem oral, utilizada pela população, exposta nas obras. Contudo, algumas obras literárias de 1930 e 1940 tinham o intuito de mostrar as memórias de infância, e outras, as mazelas que afligiam a sociedade por causa das transformações em macha no país nesse período<sup>187</sup>.

Há de se destacar que as obras de ficção, por mais realistas que fossem no período, eram representações da visão do autor sobre as questões de sua época. Embora eles escrevam sobre suas recordações da infância ou sobre as misérias de sua região, suas histórias representam o vivido. Do mesmo modo, o historiador, quando sai em busca de suas fontes, sejam elas uma obra de arte ou um texto literário, não está em busca da verdade sobre o período passado, mas do simbólico.<sup>188</sup> Ambos, escritor e historiador, são movidos pelas indagações de seu momento atual para representar o passado vivido pelo literato ou estudado pelo profissional de História.

---

<sup>184</sup>Ibid.,p.438

<sup>185</sup>Ibid.,p. 193

<sup>186</sup> CÂNDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. **Novos Estudos**. Cebrap, São Paulo, v.2, 4, Abril de 1984, p. 29

<sup>187</sup> Este período foi de intensa transformação no país e em diversas áreas. A região Nordeste sofreu pela sua decadência e pela do açúcar, seu principal produto. Estas decadências tiveram grande influência nos romances realistas da época. In: BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1981. p. 438

<sup>188</sup> PESAVENTO, S.J. Este mundo de verdade sobre as coisas de mentira: entre a arte e a história. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n° 30, 2002, p. 57.

De acordo com a autora Flora Süsskind, o romance de 1930 era integrante do naturalismo, de forma que, no Brasil, essa estética foi recorrente em diversos períodos<sup>189</sup>. A escola naturalista veio importada da Europa, mais especificamente da França. Porém, com algumas mudanças e adaptações, foi bem recebida, aceita e posta em prática no Brasil<sup>190</sup>. Uma de suas características é a repetição com a intenção de criar uma unidade e suprimir as diferenças existentes. Dessa maneira, tenta reproduzir uma imagem semelhante ao real<sup>191</sup>. E é possível notar alguns elos entre o naturalismo e os romances de 1930 na tentativa de representação da realidade.

Os romances de décadas 1930 e 1940 tratavam das mazelas, da seca e da fome, por exemplo, como desdobramentos da situação econômica influenciando a realidade social. Diferentemente, o naturalismo do fim do século XIX atribuía as mazelas a causas biológicas e fisiológicas. Em 1930 e 1940, passariam a trata-las como frutos da exploração praticada pelas classes dominantes,<sup>192</sup> focando mais na situação do Nordeste, pela própria origem dos escritores. Desse modo, conferia-se um maior status de realidade às obras de ficção, já que interpretariam com maior proximidade e compreensão os acontecimentos do interior do Brasil, com enfoque nos problemas sociais atrelados aos econômicos.

A maioria das obras deste período possuía “heróis” ou protagonistas que estavam em conflito com o mundo que os cerca. Alfredo Bosi expõe que há variados graus de tensões entre eles. Nos romances de Graciliano Ramos, predominou a tensão crítica, na qual “O herói opõe-se e resiste agônicamente às pressões da natureza e do meio social, formule ou não em ideologias explícitas, o seu mal-estar permanente”<sup>193</sup>. Assim, vê-se que o “herói” das histórias encarava os problemas e as transformações sociais e econômicas que várias pessoas enfrentavam pelo interior do Brasil, denunciando e expondo, para o restante do país, por meio dos romances de vários escritores. Mas se percebe que os autores elaboraram esses problemas de formas mais complexas e romantizadas.

Embora Graciliano Ramos seja considerado um dos expoentes da geração regionalista de 1930, Flora Süsskind, em seu trabalho, aponta diferença entre ele e outros dois autores, Jorge Amado e José Lins do Rego. Estes escreveram seus romances baseados nos ciclos econômicos de suas regiões, do cacau e da cana-de-açúcar, respectivamente. Em suas

<sup>189</sup> O naturalismo no Brasil estudado por Süsskind pode ser entendido em três momentos: o primeiro, com o estudo de temperamento no fim do século XIX; o segundo, na década de 1930, com os ciclos de romances memorialistas; e o terceiro, com o romance-reportagem dos anos de 1960. In: SUSSEKIND, F. **Tal Brasil, Qual Romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p.40

<sup>190</sup> SUSSEKIND, F. **Tal Brasil, Qual Romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p.50

<sup>191</sup> Ibid.,p. 45

<sup>192</sup> Ibid.,p. 85-86

<sup>193</sup> BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 1981. p. 442

narrativas, tentam mostrar a transição dos latifúndios de grandes senhores e seus herdeiros para os proprietários burgueses<sup>194</sup>.

Com o intuito de matar os coronéis e os senhores de engenhos, que dominaram o Nordeste desde o período colonial, José Lins do Rego e Jorge Amado fizeram suas obras interligadas, como se os seus romances fossem uma continuação um do outro,<sup>195</sup> como extensas descrições dos locais que relatavam. Diferentemente, Graciliano Ramos escrevia seus romances de modo descontínuo e com uma linguagem mais seca, sem disfarces para narrar a realidade.

Conforme Süsskind, Ramos promoveu, com suas obras, uma ruptura crítica com o naturalismo de sua época, ao não seguir com a obsessão de tratar a terra de forma documentária e fotográfica<sup>196</sup>, com longas descrições das paisagens. Por mais que se haja convencionado atrelar a obra de Graciliano Ramos aos romances regionalistas de 1930 pela temática, percebe-se que o escritor tinha características próprias para produzir seus escritos. Isso é destacado por Bosi, no final de sua análise sobre Graciliano Ramos.

Parece evidente que a modernidade de Graciliano Ramos tem pouco a ver com o modernismo e nada ver com as modas literárias para as quais o escritor pode apresentar um quê de inatural. Ela vem da sua opção pelo maior grau possível de despojamento, pela sua recusa sistemática de intrusões pitorescas, chulas ou piegas, situando-se no pólo oposto do populismo- tanto o vulgar quanto o sofisticado- que tem manchado tantas vezes atitude do fruidores da “vitalidade” do homem simples. A vitalidade que acaba servindo de pretexto para projetar fixações progressivas do próprio autor, como é o caso da maior parte dos romances de Jorge Amado.<sup>197</sup>

Tudo isso indica que Graciliano Ramos tinha um estilo muito próprio, avesso a tendências e modismos. Retomando a sua trajetória pessoal, logo após ter sido afastado do cargo de diretor de Instrução Pública de Alagoas, o escritor foi preso pelo regime Varguista, em 1936. Ele ficou detido por dez meses e dez dias, e, durante esse tempo, nunca foi apresentado o motivo formal de sua prisão.

A conduta de Ramos em seus cargos públicos e seus escritos literários não exaltava o governo de Vargas<sup>198</sup>. Além disso, a sua afinidade com o socialismo, na época da tensão social contra o comunismo, estava em alta, o que pode ter ocasionado a sua prisão. O autor foi

<sup>194</sup> SUSSEKIND, F. *Tal Brasil, Qual Romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.p. 164-165

<sup>195</sup> Ibid.,p. 169-170

<sup>196</sup> Ibid.,p. 170-171

<sup>197</sup> BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo. Cultrix, 1981. p. 457

<sup>198</sup> FARIA, P.A.G.de. *Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944): Estudo Crítico*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.p. 61

detido em Maceió, transferido para o Recife e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. Nesse ínterim, seu livro *Angústia* foi lançado. As recordações dolorosas de sua prisão deram origem, anos mais tarde, ao livro *Memórias do Cárcere*, no qual relata os acontecimentos, as suas angústias, as dores físicas e as sensações no e do cárcere. Pelos relatos sobre o momento da escrita desse livro, Graciliano Ramos demorou para escrever, tanto que o deixou inacabado, demonstrando o quanto era doloroso rememorar seu sofrimento da prisão.

Ao ser solto no Rio de Janeiro, o autor resolveu retomar a vida na capital do país. Ainda que suas obras tivessem sucesso de crítica e repercussão, rendiam-lhe pouco dinheiro, fazendo com que, em um primeiro momento, permanecesse sozinho. Dessa forma, apenas posteriormente trouxe a mulher e os filhos para essa cidade.

Nessa época, Graciliano Ramos começou a escrever para diversos jornais nacionais e internacionais como forma de ganhar dinheiro rapidamente para o sustento da família,<sup>199</sup> chegando a publicar alguns capítulos avulsos de *Vidas Secas* em alguns jornais<sup>200</sup>. No ano de 1937, escreveu *A Terra dos Meninos Pelados*, obra infantil que recebeu o prêmio de Literatura Infantil do Ministério da Educação.

Em um primeiro momento, Graciliano Ramos não considerava correto aqueles intelectuais que foram, de alguma forma, perseguidos e, posteriormente, cooptados.<sup>201</sup> Porém, por estar em dificuldade, sem uma renda fixa e com seus escritos lhe rendendo pouco por algum tempo, no ano de 1939, por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, conseguiu e aceitou o cargo de Inspetor Federal de Ensino secundário do Rio de Janeiro no ministério da Educação. Graciliano Ramos queria o serviço com o intuito de ter um emprego fixo, mesmo estando vinculado ao regime que o prendeu por dez meses. Por outro lado, o regime queria mesmo a colaboração dos intelectuais para auxiliar o governo na divulgação de sua ideologia, como já foi mencionado. Com isso, Graciliano Ramos fez parte da famosa “Constelação Capanema”, composta pelos intelectuais que colaboravam com o ministro da Educação, Gustavo Capanema<sup>202</sup>.

Ainda em colaboração com o regime Varguista, o escritor alagoano escreveu a coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*, na Revista *Cultura Política*, entre os anos de 1941 e 1944, a

---

<sup>199</sup>Ibid.,p. 66

<sup>200</sup>Ibid.,p. 67

<sup>201</sup>Ibid.,p. 68

<sup>202</sup> Segundo Sergio Miceli, os intelectuais com um pensamento mais independente das ideias do regime colaboravam com o ministério de Gustavo Capanema. Era uma espécie de território livre. In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 218

sua maior colaboração e por mais tempo em uma única publicação.<sup>203</sup> Para além da contribuição com seus escritos, ele era responsável por algumas revisões e por fazer uma triagem nos textos que chegavam à redação, como um “subeditor”, conforme Almir de Andrade<sup>204</sup>.

Esse emprego significou na vida de Graciliano Ramos um período de maior estabilidade financeira, pois era uma renda fixa para a família do autor. Em sua tese, Thiago Salla aponta evidências da proximidade que Ramos tinha com a revista do DIP. Uma delas eram as cartas trocadas com Nelson Werneck Sodré nas quais Graciliano dizia que iria interceder por seu interlocutor na questão de seus pagamentos. Outra evidência foram os rascunhos de seu livro *Infância* em papel timbrado do DIP<sup>205</sup>. Cabe destacar que, durante os anos da *Cultura Política*, o autor de *Vidas Secas* publicou somente o livro *Brandão entre o mar e o amor*, em 1942, escrito em conjunto com José Lins do Rego, Jorge Amado, Raquel de Queiroz e Aníbal Machado<sup>206</sup>.

Em 1945, ano em que a ditadura do Estado Novo terminou, Graciliano Ramos publicou seu livro de memórias, *Infância*, e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que saiu momentaneamente da ilegalidade. Porém, o autor ficou um pouco resistente e pensativo sobre suas convicções antes de ingressar nesse partido, e só se confirmou sua filiação após um convite do próprio Luís Carlos Prestes<sup>207</sup>.

Ramos foi um integrante participativo dentro do PCB e colaborou como intelectual e escritor em diversas publicações comunistas. De acordo com as ideias defendidas pelo PCB, Ramos advogou em favor do “Queremismo”, corrente que pedia que a transição entre a ditadura e a implantação de um governo democrático fosse chefiada por Getúlio Vargas<sup>208</sup>.

Apesar de Graciliano Ramos haver sido engajado no PCB, o escritor não aceitava sua interferência em seus escritos. Quando começou a escrever o livro *Memórias do Cárcere*, em 1946, gerou conflito com o partido, porque fez uma reflexão crítica sobre a Aliança Nacional Libertadora e suas ações. No ano de 1951, Graciliano, junto com Heloisa, viajou para a União

<sup>203</sup>SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book)..p.2

<sup>204</sup>SALLA, T.M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 229-230

<sup>205</sup>Ibid.,p. 230-232

<sup>206</sup><http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>. Acesso em: 29 nov. 2016

<sup>207</sup>FARIA, P.A.G.de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944):** Estudo Crítico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.p. 71.

<sup>208</sup>Para maiores detalhes consultar em FAUSTO, B. **HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.p. 385-387

Soviética e a Tchecoslováquia, com o intuito de ter material para um novo livro. Dessa forma, Ramos anotava tudo o que via e fazia perguntas incômodas aos representantes soviéticos, que se preocupavam com o conteúdo de tal livro<sup>209</sup>.

No mesmo ano, o autor descobriu um câncer no pulmão. Em decorrência disso, foi internado e operado várias vezes ao longo do tempo, até que no dia 20 de março de 1953 veio a falecer. Ainda em 1953, Heloísa Ramos concluiu e publicou *Memórias do Cárcere*, oito meses depois da morte do autor, pela Editora José Olympio. A esposa de Ramos também publicou o livro *Viagens*, em 1954, sobre a viagem que fizeram para a União Soviética, em formato de crônicas.

Antes de proceder à análise dos escritos de Graciliano Ramos na coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*, é importante expor como a Revista *Cultura Política*, em sua primeira edição, apresentou o autor de sua coluna:

O escritor e romancista consagrado entre os melhores do Brasil, tendo enriquecido a nossa literatura de ficção com obras fortes como “São Bernardo”, “Angustia”, “Caetès”, e com numerosos contos que se publicavam incessantemente nos grandes jornais da Capital da República e dos Estados- o autor desta crônica tomou ao seu encargo fixar quadros e costumes da região do Brasil onde nasceu e viveu mais de trinta anos: o Nordeste. Neste número inaugural, êle nos dá um flagrante da grande festa popular- o Carnaval- tal como decorre nas cidadelas do interior nordestino. É renovador da civilização litorânea, dêsse Brasil tão diferente e tão grande [...]<sup>210</sup>

### 2.3 Quadros e Costumes do Nordeste

Coube a Graciliano Ramos “[...] fixar quadros e costumes da região do Brasil onde nasceu e viveu mais de trinta anos: o Nordeste”, dentro da revista *Cultura Política*. Na coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*, o autor alagoano escreveu crônicas sobre sua região, como uma forma de representar o seu lugar de origem para o restante do país. Cabe ressaltar, que na época em que as crônicas foram publicadas nessa revista, o escritor estava há algum tempo residindo no Rio de Janeiro.

O autor de *Vidas Secas* teve 23 crônicas sobre o Nordeste publicadas na revista do DIP. Como já mencionado neste trabalho, as primeiras 18 não tiveram um título na *Cultura Política*, sendo identificadas como *Quadros e Costumes do Nordeste I* até *Quadros e*

<sup>209</sup>FARIA, P.A.G.de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944): Estudo Crítico.** Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.p. 72

<sup>210</sup>Revista *Cultura Política*. Ano 1, n.1, p. 238. mar.1941

*Costumes do Nordeste XVIII*; e as cinco restantes possuíam um título próprio, relacionado ao escrito. Essas crônicas representavam situações e expunham costumes típicos, e podem ser divididas pelas seguintes temáticas: Política, Sociedade, Economia e Letras. No quadro a seguir, tem-se a divisão das 23 crônicas por eixo temático.

Quadro 01 – Organização temática das crônicas da coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*

Política	Sociedade	Economia	Letras
- <i>Quadros e Costumes do Nordeste II</i> - Abril de 1941	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste I</i> - Março de 1941	- A decadência de um Senhor de Engenho- Setembro de 1942 - Recordações de uma indústria- Outubro de 1942	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste III</i> - Maio de 1941
- <i>Quadros e Costumes do Nordeste VII</i> - Setembro de 1941	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste IV</i> - Junho de 1941		- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XV</i> - Maio de 1942
- <i>Quadros e Costumes do Nordeste IX</i> - Novembro de 1941	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste V</i> - Julho de 1941		- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XVI</i> - Junho de 1942
- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XIII</i> - Março de 1942	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste VI</i> - Agosto de 1941		- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XVII</i> - Julho de 1942
-A Decadência de um senhor de engenho- Setembro de 1942	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste VIII</i> - Outubro de 1941		
-Uma visita inconveniente- Dezembro de 1942	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste X</i> - Dezembro de 1941		
	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XI</i> - Janeiro de 1942		
	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XII</i> - Fevereiro de 1942		
	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XIV</i> - Abril de 1942		
	- <i>Quadros e Costumes do Nordeste XVIII</i> - Agosto de 1942		
	- Está aberta a sessão do Júri- Março de 1943		
	- Um homem notável- Maio de 1943		

Fonte: Dados organizados pela autora, a partir da seção *Quadros e Costumes*, da revista **Cultura Política**.

Pelo Quadro 1, nota-se que a maioria dos escritos de Graciliano Ramos foram sobre sociedade e política. Nas crônicas relacionadas à sociedade nordestina, também entra a representação dos costumes típicos da região. O tema economia apareceu em destaque só em duas crônicas (setembro e outubro de 1942, já no período da segunda fase da revista). Porém esse tema mesclava-se com os outros temas em diversas edições, quando o autor fazia um panorama econômico dentro da situação política e social.

As crônicas que focavam nas letras, com temáticas sobre literatura, gramática e até fala da região, não serão analisadas por não serem o foco deste trabalho. Destaca-se que a última colaboração de Ramos na *Quadros e Costumes Regionais* foi em junho de 1944, com a crônica “Viúva Lacerda”<sup>211</sup>, que não trata somente do Nordeste, mas, sim, de uma situação que se aplicaria a todo o país.

As crônicas do autor de *São Bernardo* para a revista do DIP podem ser tidas como ficções inspiradas em suas recordações do Nordeste. Os textos foram escritos em terceira pessoa para que dessem a impressão de que o autor tivesse presenciado tais eventos, como uma testemunha dos fatos.<sup>212</sup> As histórias narradas pelas crônicas, embora fossem representações de um momento anterior, eram transmitidas com um tom de verdade, de que estaria documentando os acontecimentos que haveriam “realmente” ocorrido em sua região de origem.

Pela forma como escreve os textos, referindo-se ao passado, lembra o sentido antigo das crônicas. Mas, diferentemente das crônicas que vangloriavam os feitos notáveis e seus personagens, Graciliano Ramos não fazia alusão aos grandes do Nordeste. Ele se preocupava em representar a vida do povo simples e suas mazelas<sup>213</sup>. Desse modo, é possível perceber nos textos ironias e críticas veladas, justamente por estar em uma revista oficial de um órgão do regime.

Os escritos de Graciliano Ramos da *Quadros e Costumes do Nordeste* não possuíam determinação específica quanto à localização temporal. Mas o autor mostrava alguns indícios nos textos que se referiam a um tempo passado, ao período da Primeira República. Isso se percebe até pelo modo que a sociedade e política desenhavam-se dentro dos textos. Como exemplo, tem-se a coluna de abril de 1941, na qual narrava sobre o coronelismo, política

<sup>211</sup> A Crônica “Viúva Lacerda” tratava sobre o porquê dos nomes de alguns nomes de ruas. Destacando a Rua Viúva Lacerda, indagando quem foi o marido de tal viúva, o porque homenagear a viúva e não o próprio Lacerda. IN: RAMOS, G. Viúva Lacerda. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 4. n. 42. p. 173-174, jul.1944.

<sup>212</sup>SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book).p.3

<sup>213</sup> Ibid. p. 4

típica da época anterior à Era Vargas, segundo o próprio regime. Contudo, ainda há resquícios do coronelismo até atualmente.

Em algumas ocasiões, havia uma marcação de tempo mais específica, como em dezembro de 1941, com a expressão “Pouco Antes de 1930”<sup>214</sup>; em setembro de 1942, “[...] Porque se havia operado lugar numerosas transformações depois de 89”; e “[...] no novo regime (Primeira República)”.<sup>215</sup>

Quanto à localização espacial, por ser uma coluna sobre o Nordeste, já se sabe de qual região o autor trata. No entanto, não cita um Estado nem uma cidade específica. Ao se referir a uma cidade do interior, o autor falava da “cidade de cinco mil habitantes”, sem maiores identificações. Quando faz menção a uma capital, há algumas referências às características da cidade, sem explicitar a qual Estado pertence. Da mesma forma que o tempo, há algumas crônicas em que era citado em que Estado se passa a narrativa, como “nos cafundós de Pernambuco”,<sup>216</sup> “No interior da Paraíba”,<sup>217</sup> e “Em Patos, no Estado da Paraíba.”<sup>218</sup>

Essa falta de especificação de tempo e lugar nas crônicas da *Cultura Política* talvez tenha sido um artifício de Graciliano Ramos para driblar o regime, deixando algumas lacunas para a interpretação dos textos. E também era uma forma de o autor manter certa neutralidade, sem ter de assumir uma suposta adesão à ideologia do Estado Novo.<sup>219</sup>

Antes de realizar a análise das crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste*, há de se destacar que elas foram reunidas e lançadas no livro *Viventes das Alagoas* (Livraria Martins Editora, 1962). Esse livro contém 36 crônicas, quase todas as publicadas na *Cultura Política* e outras publicadas depois de 1937, além dos dois relatórios de Graciliano Ramos de quando era prefeito de Palmeira dos Índios<sup>220</sup>. A partir da 15<sup>a</sup> edição, foram incluídas mais duas crônicas<sup>221</sup>.

<sup>214</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste X. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano1. n. 10. p.289. dez. 1941.

<sup>215</sup> RAMOS, G. A decadência de um senhor de engenho. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.19, p. 184. set.1942.

<sup>216</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste VI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.6, p.260. ago.1941.

<sup>217</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste XII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano2, n. 12, p. 217. fev. 1942.

<sup>218</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste XVI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2. n. 16, p. 321. Jun. 1942

<sup>219</sup> SALLA, T.M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.312

<sup>220</sup> A editora Record retirou os relatórios de Palmeira dos Índios no ano de 1994. In: <http://graciliano.com.br/site/obra/viventes-das-alagoas-1962/>. Acesso em: 29 nov.2016

<sup>221</sup> As duas crônicas são: “Comandantes de Burros” e “Antônio Silvino”. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 36

*Viventes das Alagoas* foi organizado e editado pela família do escritor, por sua mulher Heloisa, seu filho Ricardo e seu genro James Amado. Provavelmente, Graciliano Ramos não tinha a intenção de republicar os seus escritos da coluna *Quadros e Costumes do Nordeste* por não ter deixado instruções para a publicação de tais crônicas.<sup>222</sup> Segundo Patrícia Aparecida Gonçalves de Faria, um dos motivos para a ausência de pretensão em republicar suas colaborações na revista do DIP pode ser a falta de acabamento de tais textos, já que não teve o tempo de amadurecimento, como Ramos fazia com os seus romances<sup>223</sup>. Ademais, outro fator pode ser a aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A organização e publicação do livro *Viventes de Alagoas* é alvo de várias críticas de estudiosos de Graciliano Ramos. A principal delas é a de que o livro não menciona onde e quando foram publicadas as crônicas pela primeira vez, deixando o leitor sem saber o contexto delas. Vale destacar, porém, que as 36 crônicas do livro estão sem nenhuma referência, não só as que foram publicadas na *Cultura Política*.

Outra crítica é quanto ao nome do livro, porque “viventes” pode levar a uma generalização referente a tudo que vive. Para Thiago Mio Salla, o termo pode remeter a uma brutalização e uma animalização dos personagens mencionados no livro.<sup>224</sup> A referência ao Estado de origem de Graciliano Ramos, Alagoas, é falha, já que os textos do livro também aludiam a outros Estados do Nordeste.

Como o autor não deixou especificada sua vontade em republicar os escritos da *Cultura Política*, não teria formulado os títulos das primeiras 18 colunas da *Quadros e Costumes do Nordeste*. Assim, elas foram intituladas pelos organizadores do livro. Por fim, cabe ressaltar, ainda, que Graciliano Ramos publicou três dessas 18 na *Revista do Povo-Cultura e Orientação*,<sup>225</sup> em 1946, havendo intitulado os seus escritos dessa forma:

- *Quadros e Costumes do Nordeste* – “O Carnaval”, correspondente a *Quadros e Costumes do Nordeste I*- Março de 1941;
- *Quadros e Costumes do Nordeste*- “D. Maria”, correspondente a *Quadros e Costumes do Nordeste II*- Abril de 1941;

---

<sup>222</sup>FARIA, P.A. G.de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944):** Estudo Crítico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.p. 81

<sup>223</sup>Ibid.,p. 82

<sup>224</sup>SALLA, T.M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 36-37

<sup>225</sup> Esta revista era ligada ao Partido Comunista Brasileiro.

- *Quadros e Costumes do Nordeste*- “O Casamento”, correspondente a *Quadros e Costumes do Nordeste IV*- Junho de 1941.<sup>226</sup>

Pelos títulos dados por Ramos, ficava clara a referência à revista *Cultura Política*, ao continuar com o *Quadros e Costumes do Nordeste*, complementando-o. Dessa forma, mostrava que, possivelmente, não tinha problemas com sua participação na revista do DIP.

Como os organizadores do livro não tiveram o cuidado de mencionar a primeira publicação de tais crônicas, aquelas presentes em *Viventes de Alagoas* ficaram avulsas, por não terem o seu contexto original explicitado, e tampouco respeitada a ordem em que foram publicadas originalmente.

O intuito desta parte do trabalho é tentar perceber as ironias, as críticas e as ambiguidades embutidas nos textos de ficção inspirados na realidade de Graciliano Ramos para a coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*, e também as suas diferenças em relação aos preceitos da ideologia do regime Varguista. Há de se pensar no contexto em que essas crônicas foram escritas ou reescritas e na revista onde estavam inseridas. Para a análise das crônicas, serão utilizados os textos publicados na revista *Cultura Política*.

Na primeira edição da *Cultura Política*, Graciliano Ramos expunha ao leitor uma cidade de cinco mil habitantes. Apesar de a intenção ser mostrar o carnaval nessa localidade, o escritor apresenta, primeiramente, a cidade e como ela era “exemplar”, com todos vivendo de maneira correta e com vidas decentes, onde “Os homens nascem oportunamente, casam oportunamente e morrem oportunamente”<sup>227</sup>, pois sabiam que eram observados pelos outros. Essa ordem da cidade associa-se, ironicamente, ao discurso do regime de que todos tinham seu lugar no Brasil, e também mantinha uma relação com a vigilância feita pelo governo, com um tom de crítica. Com a cidade e sua ordem apresentadas, inicia-se a narrativa sobre o carnaval:

Efetua-se o carnaval com decência, com ordem. Famílias reúnem-se na praça com magotes limpos de misturas perniciosas. Notam-se várias categorias. A senhora do prefeito e a senhora do médico presidem: sentam-se na porta do bar e oferecem cadeiras à representação feminina dos engenheiros da estrada de ferro. Será verdade que, depois de tanto estudo, a estrada de ferro vai sair? Junta-se ao grupo a gente do promotor e do juiz. Conversas, amabilidades, escolha rigorosa de palavras para que as engenheiras, hóspedes, não formem conceitos mau da terra. Provavelmente não formam.<sup>228</sup>

<sup>226</sup> SALLA, T.M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.451-452

<sup>227</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste I. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 236. mar.1941.

<sup>228</sup>Ibid.ibidem.

Assim, mostrava que a cidade, até em momentos festivos e de descontração, “mantinha” a sua postura respeitável e digna, já que havia um controle social. No trecho, há novos elementos introduzidos: a hierarquia da cidade e a modernidade. Em grande parte das cidades, o prefeito, o médico e o juiz costumavam ter uma notoriedade, a qual passavam para suas esposas, vistas como “as senhoras da sociedade”. Com o foco da crônica sendo o olhar dessas senhoras sobre o carnaval, percebe-se que a narrativa privilegia uma visão da classe alta. Tem-se que se levar em conta que a senhora do prefeito e do médico estavam acompanhadas de pessoas de fora da cidade, “as representantes femininas dos engenheiros”. Assim, esforçavam-se para evidenciar a decência da cidade, como um lugar de respeito e de bons costumes, controlando os demais moradores com seus olhares.

Quanto à modernidade, no excerto aparece a estrada de ferro, que chegaria ou não. Ao longo da crônica, o autor mostrou mais elementos da modernização da cidade. O carnaval foi realizado com elementos modernos, contando com a presença de iluminação pública e dos automóveis. Se, atualmente, são elementos corriqueiros, do cotidiano, no início do século XX ainda eram incipientes e funcionavam com dificuldade, ainda mais no interior do Nordeste. Como menciona o autor: “A iluminação pública melhorou: as lâmpadas mortiças cochilam, mas estão numerosas. Se se a apagassem de repente como às vezes acontecem, haveria confusão”.<sup>229</sup> Então, vê-se que havia as benesses da iluminação, mas também os transtornos que poderiam ocorrer e que afetariam a festa. Nesse contexto, os automóveis ajudavam a transportar os desfiles e a trazer as pessoas das outras cidades.

Agora estamos civilizados, bastante civilizados. Concertaram-se todos os automóveis. Meia dúzia dêles arrastando serpentinas, buzinando pelas ruas, transporta risos, a alegria indispensável. Não é só meia dúzia. Passaram três ou quatro desconhecidos: vieram carros de outros municípios, sinal que temos um carnaval excelente, o melhor da região.<sup>230</sup>

Com isso, evidencia as marcas de que a cidade estava se modernizado, sendo vista pelas outras cidades como referência, como “o melhor da região”. Esse orgulho do carnaval, provavelmente, seria estendido para outros aspectos da cidade. Mesmo sendo um período de festa, quando eram permitidos alguns excessos controlados, não se perdiam a dignidade e a decência, ainda mais porque havia pessoas de fora na cidade.

---

<sup>229</sup>Ibid.,p. 237

<sup>230</sup>Ibid.ibidem.

As senhoras da cidade ficavam observando e fiscalizando os comportamentos dos demais moradores: quem bebia, quem cheirava lança-perfume e as moças que tinha atitudes mais ousadas, que chocavam as senhoras, principalmente por terem convidadas. O autor ressaltava que a cidade de cinco mil habitantes era tradicionalista e estava se adaptando a certas modernidades, mas sem gerar perturbações.

Pelo que se pode observar na crônica, Graciliano Ramos contava a história sem uma marcação de tempo, narrando o carnaval em uma cidadezinha. Fica evidente o diálogo com alguns preceitos do regime: a ideia de progresso, de modernização, de uma sociedade com uma decência e uma moral, com cada um no seu lugar, fazendo as coisas “oportunamente”. Contudo, o autor pincelou esses elementos sem estabelecer uma ligação com a ideologia Varguista, reservando-se uma neutralidade. Ou expôs uma crítica velada ao governo, com o controle da população e de que cada um tinha seu devido lugar. Para aumentar essa ironia, a história se passou no carnaval, a época do ano quando as regras são transgredidas.

A crônica de abril de 1941 é uma das mais emblemáticas da coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*. Tanto pelo seu conteúdo, quanto pelo texto introdutório feito pela revista, como se verifica abaixo:

O sistema eleitoral da Primeira República creou, no interior do Brasil, curiosos tipos de caudilhos. Em torno deles giravam a vida estadual e municipal. Todo um grupo de interesses pessoais se organizava em redor dessas figuras que comandavam os negócios sociais. Cada uma delas podia repetir a frase simbólica de Luiz XIV: “L’etat c’est moi”. E era mesmo. Depois de novembro de 1937, as coisas mudaram de rumo. Essas figuras caíram, se apagaram, se dissolveram na onda revolucionária que introduziu novos costumes novo métodos de conduzir a vida regional. Em sua crônica de hoje, o autor procura fixar um desses tipos, encarnado na pessoa de uma mulher. Era comum as mulheres manobrarem tiranicamente com os negócios do Estado. Elas faziam nomeações, derrubavam prefeitos, elaboravam, faziam da administração pública uma continuação do seu “boudoir”. O caudilhismo feminino provocava manifestações curiosas, na vida pública do Nordeste Brasileiro. E é a pena segura de um dos maiores romancistas do Brasil de hoje que nos vai pintar, em poucas palavras, esse quadro tão familiar aos que conhecem o Nordeste há alguns anos atrás<sup>231</sup>.

Por esse texto, vê-se que a crônica iria tratar de um tipo de caudilhismo, que pode ser visto como o coronelismo, muito comum no Brasil, principalmente no Nordeste. É importante reparar na afirmação de que isso era algo que o “sistema eleitoral da Primeira República creou”. Esse tipo de política pode ser constatado desde a época da Colônia, e tem os seus resquícios até a atualidade, não se podendo afirmar que o Estado Novo acabou com essa

<sup>231</sup>Quadros e costumes do Nordeste II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p. 247. abr.1941.

prática, como o texto dá a entender. Percebe-se, então, um nítido direcionamento que os diretores da revista pretendiam que seus leitores tivessem de tal crônica, relacionando-a ao passado e evidenciando uma ruptura com o presente.

A crônica iniciava-se expondo como era um gabinete, repleto de pessoas, muitas reclamações, “um inferno”. O governador, sem a especificação de qual Estado seria, resolveu sair do gabinete e ir viajar dois dias da semana pelo seu Estado, de automóvel, mostrando que nelas havia aborrecimentos iguais aos do gabinete. Mas, também, ocorria o contato com as misérias. Mesmo variando de lugar e de rotina, o tal governador não conseguia esquecer uma figura que lhe perturbava: D. Maria Amália. Ela o perseguia em todos os lugares, até em sua intimidade. Com isso, o autor apresenta quem era essa Dona:

Senhora terrível, sempre com um inimigo para deitar abaixo e um amigo para colocar. Nunca estava satisfeita: achava poucos os favores que seus amigos recebiam e julgava os inimigos demasiadamente favorecidos.

D. Maria Amália era mulher dum chefe político influente. Às vezes prefeito, outras vezes deputado ou senador, o marido de d. Maria Amália tinha grandeza. Na câmara, no senado, nas secretarias, nas diretorias, na chefatura de polícia, imaginavam que êle dispunha de dois mil votos e respeitavam-no.<sup>232</sup>

D. Maria Amália e o seu marido seriam uma força política no Estado e no município, tinham os seus votos certos, “dois mil”, que provavelmente eram votos de cabresto. Esses votos faziam a sua força para impor as suas vontades e cobrar para que fossem feitas as coisas conforme os seus interesses. Essa figura, D. Maria Amália, pode ser entendida como uma representação da política coronelista, que tinha suas próprias leis, sua justiça, enfim, o seu próprio jeito de fazer as coisas. Como o autor aborda no texto:

Um conselho aprova as contas do prefeito que esquecia as obras públicas e gastava mundos e fundos com pessoal.

-Administração de d. Maria Amália

Um coronel mandava o júri absorver ou condenar criminosos

-Justiça de d. Maria Amália

Um delegado tomava a faca dum cabra e ia vendê-la a outro

- Polícia de d. Maria Amália<sup>233</sup>

Observa-se que essa representação é forte, porque, ao invés de apresentar o marido de d. Maria Amália, que seria o político, criou-se uma mulher forte e repleta de vontade

<sup>232</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, n.2, ano 1, p. 246-247. abr.1941.

<sup>233</sup>Ibid.p. 247

representando a política coronelista. Tanto que, no final da crônica, d. Maria Amália não morreu, apenas envelheceu: “Hoje é uma senhora grisalha, gorda, respeitável, com boas cores, bom estômago, boa memória. E vive descontente”.<sup>234</sup> No livro *Viventes de Alagoas*, essa crônica tem outro final:

E D. Maria Amália crescia  
Hoje é uma senhora bem conservada, respeitável, com excelentes relações.  
Algumas pessoas julgaram há tempo que ela ia morrer. Tolice. Morrer tão moça, quando, como se diz o poeta, este mundo é um paraíso!  
Resistiu a todas as comissões de sindicância e está forte, gorda e bonita.<sup>235</sup>

Há de se considerar que essa crônica foi, primeiramente, publicada no *Jornal de Alagoas*, em 1933, intitulada como “D. Maria Amália”,<sup>236</sup> com Graciliano Ramos dispondo de liberdade para terminar seu texto como quisesse. Porém, na versão da *Cultura Política*, o autor não podia ir contra as ideias do Estado Novo, modificando o desfecho, caracterizando d. Maria Amália como uma velha que “vive descontente”. O livro, provavelmente, recuperou a versão original, mostrando que a Dona continuava viva e com prestígio, como a política que se dizia ter acabado com as mudanças de novembro de 1937.

Dessa forma, nota-se o cuidado de Ramos em adequar o seu texto aos parâmetros da revista na qual republicou tal crônica, valendo-se de sua destreza para não reafirmar o fim exposto no texto introdutório, de que tal política tinha acabado, e nem de afirmar que ela continuava viva. Para tanto, o autor emprega a alegoria da mulher que envelheceu e não estava tão vigorosa, como em outras épocas, resolvendo seu impasse. Portanto, é possível ver o uso da ambiguidade e da ironia, com a intenção de não ser taxativo em relação ao fim da velha política e nem contradizer a publicação em que trabalhava.

Uma das instituições e uma das cerimônias mais importantes e conceituadas pela sociedade é o casamento. Na crônica da *Quadros e Costumes do Nordeste IV*, o autor escreveu sobre como se dava a união matrimonial no interior de sua região. Por mais que fosse uma sociedade conservadora e tradicionalista, havia algumas formalidades que se podia deixar de lado no momento de se oficializar o casamento.

[...] Dispensa-se o contrato civil, por ausência de propriedade. E se os noivos se relacionarem intimamente, será possível também a grinalda e o véu.

<sup>234</sup>Ibid.ibidem

<sup>235</sup>RAMOS, G. *Viventes de Alagoas*. 7<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1977. p.30

<sup>236</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 397

Surgem novas concessões, a coisa finda longe das fórmulas autorizadas. Realmente não finda: o casal tem o intuído de regularizar a situação num futuro incerto, quando os negócios andarem bem.<sup>237</sup>

Então, com o passar dos anos, se as coisas progredissem e “[...] a vazante próspera, conta na loja, a família consolida-se, precisa confessar-se, batizar os filhos como legítimos. [...]”<sup>238</sup>, o casal oficializava a união como manda a tradição, com cerimônia e festa farta. “[...] Aproveita-se, pois, a santa missão, a viagem do bispo, que vem, com um séquito de vários frades, pregar, dar penitência, crismar, diminuir os pecados da freguesia”.<sup>239</sup>

Porém, existiam casos em que o casal acabava não oficializando o casamento e não considerava pecado, nem danação, viver com a mulher e os filhos dignamente sem a bênção do padre. Graciliano Ramos mostrava que a igreja julgava como infração viver como amigados, e, para livrar seus fiéis do pecado, “[...] Alinha-se grande número de infratores juntos a um barbante estendido e, em dez minutos, todos se sacramentam [...]”<sup>240</sup>. Trata-se de uma forma de controlar a população, mesmo se o casamento civil não se realizasse, expondo que havia maneiras de a população burlar as regras e o controle, tanto da Igreja, quanto do Estado.

Em outro momento da crônica, narrava outro costume, o rapto da moça, caso que ocorria em diversas partes do Brasil. Trata-se, essa situação, de uma artimanha para que o casamento se realizasse mesmo com a família da noiva contrária à união ou mesmo para que se agilizasse, como se percebe no trecho:

Outro costume em voga entre as nossas populações rurais é o rapto da mulher, ato ordinário motivado por uma recusa da família dela, superior ao pretendente. Às vezes não é superior e apenas deseja furtar-se dos incômodos tradicionais das bodas, não se combina o lance romanesco, mas há quase uma combinação tácita. A heroína deixa de ser fiscalizada convenientemente e uma noite roubam-na, conforme os processos clássicos [...]”<sup>241</sup>

O autor contava que, quando ocorria a combinação do rapto, o grupo que ia buscar a moça tratava-a bem e com respeito para que pudesse ser entregue ao seu noivo, de forma que “ninguém se ofenda”. Mas quando o rapto era efetivo, sem o consentimento da família da noiva, o pai da moça ficava bravo. Era necessário haver uma aproximação gradual do casal ao

<sup>237</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste IV. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p. 221. Jun. 1941.

<sup>238</sup> Ibid.ibidem.

<sup>239</sup> Ibid.ibidem.

<sup>240</sup> Ibid.,p. 222

<sup>241</sup> Ibid.ibidem.

convívio da família, que, por fim, aceitava a união, afinal o “mal” já estava feito. “Em seguida todo se reorganiza. Um dia os culpados chegam de supetão, exigem a bençam, que nada custa e se concede, a princípio em voz baixa, mais tarde naturalmente. Tornam-se todos amigos”.<sup>242</sup>

Embora nessa crônica de Graciliano Ramos não haja um traço específico do Nordeste, já que, nessa época era comum no país inteiro as pessoas do campo e de menor renda juntarem-se ao invés de oficializar o casamento, mostra-se como a população se arranjava longe das regras e do instituído, sem ter a benção da Igreja e nem a legalidade do Estado. Com esse contexto, os leitores intelectualizados da revista *Cultura Política* podiam ver as práticas mais populares expostas na crônica como algo do passado. Entretanto, na verdade, elas ainda ocorriam em diversas partes do Brasil.

Na edição de setembro de 1941, Graciliano Ramos mostra ao leitor da *Cultura Política* como era feita a política em uma capital do Nordeste. Antes de representar a política, o autor apresentou a cidade. Apesar de ser uma capital, era uma cidade bem tranquila, pacata e de vida modesta, com a maioria de suas construções no sentido horizontal, com prédios de poucos andares. As modernidades não tinham chegado a essa capital, onde ainda não havia automóveis:

Desconhecia-se gazolina: os automóveis ainda não tinham aparecido. A cidade se desenvolvia no sentido horizontal, mas desenvolvia-se moderadamente, sem pressa. Um bondinho puxado por burros atravessava de longe em longe a rua do comercio, quase vazio. Como rodava devagar e encravava regularmente nas subidas, as pessoas de horario certo na repartição e na loja procediam com segurança economizando o tostão da passagem.<sup>243</sup>

Pela narrativa, parecia-se mais uma cidadezinha de interior do que uma capital, onde os vizinhos se reuniam na calçada, no fim do dia, para conversar até a hora de se deitar. Essa capital ainda era iluminada por lampiões, embora tivesse uma usina elétrica. Porém, o casarão dessa usina estava tomado por baratas voadoras. Não havia esgoto, e o mau cheiro exalava pelas sarjetas.

Pelo contexto, demonstra-se o atraso em relação às modernidades que já se faziam presentes em outras capitais. O autor introduziu o personagem governador e seus aliados.

---

<sup>242</sup>Ibid.ibidem.

<sup>243</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste VII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, p. 263. set.1941

[...] o governador saia às vezes do carrinho, andava a pé como os viventes ordinarios, mas não andava só. Acompanhavam-no pessoas dedicadas, que lhe seguravam o guarda-chuva, que conduziam embrulho, retiravam do caminho as cascas de banana. Acatavam as opiniões dele e achavam muita graça nas anedotas que ele contava. Esses cavalheiros exerciam cargos notaveis: eram senadores, deputados, secretarios, ou parentes de secretarios, deputados senadores.

Dentre eles o mais digno de confiança tomava conta do governador por alguns meses no fim do quadriênio, por deferência a constituição. Lavradas as atas, apurados os votos, espancados ou mortos alguns matutos, o chefe permanente declamava a promessa legal no congresso e voltava ao seu posto, reaquecido pela manifestação unanime dos eletores, que nada exigiam e nada recebiam.

Sempre o escolhido, s. excia. determinou exibir gratidão: realizar uma obra que o perpetuasse. Refletiu, fez estudos e procurou conselhos. As rodovias foram repelidas, porque no Estado existiam poucos veículos, além dos carros de bois. Excluíram-se também as pontes e quaisquer construções de alicerces profundos e duvidosos. As escolas eram consideradas prejudiciais. Havia alguma, é certo, para dar emprego ás filhas dos prefeitos, mas estas não forneciam aos alunos conhecimentos.<sup>244</sup>

No trecho acima, Ramos expõe como era feita a política nessa capital, ficando nítido que a política não era pensada para a população, mas, sim, para os próprios sujeitos da política. Isso fica evidente quando escreve que as escolas “eram consideradas prejudiciais” e “para dar emprego a filhas dos prefeitos”, denotando que o povo era mantido na ignorância intencionalmente. Porém, para mostrar ao povo algum grande feito do governador temporário, resolveram construir um teatro.

Após os estudos realizados, percebe-se que a capital “necessitava” de um teatro para as companhias amadoras, para os shows de mágica, de hipnose e outros, mas “espetáculos verdadeiros não se conheciam”<sup>245</sup>. Por mais que tal projeto tivesse sido bem aceito, o problema seria o orçamento e de onde surgiria o dinheiro, porque seria “Impossível aumentar a receita, pois os amigos não pagavam impostos e os inimigos, espremidos, estavam secos[...]”<sup>246</sup>.

Diante dessa situação, decidiu-se ir à Europa para conseguir um empréstimo. O funcionário encarregado pela tarefa viajou e ficou pela França. A parte do dinheiro que veio permitiu a realização de tal construção, com alguns percalços, como a mudança de lugar. Assim, o teatro da capital foi inaugurado com a vinda de uma companhia italiana.

Entretanto, depois de pouco tempo, a opinião pública voltou-se contra o governador, “vieram reclamações do Rio”<sup>247</sup> demoralizando tal político. Ele, então, afastou-se da vida

---

<sup>244</sup>Ibid.,p. 263-264

<sup>245</sup>Ibid.,p. 264

<sup>246</sup>Ibid.ibidem.

<sup>247</sup>Ibid.ibidem

pública, vivendo bem com o dinheiro de algumas economias, pois “estava rico”. No fim da crônica, o autor ressalta que “Nunca se liquidou o empréstimo, naturalmente”<sup>248</sup>.

Com esse final, deixa evidente que a crônica referia-se a um tempo anterior ao da publicação da revista. Observa-se uma política voltada para os interesses próprios da fração do grupo político. E essa ideia de política conflitava com o discurso do regime de Vargas, que propunha todos trabalhando para o progresso e a união de todo o Brasil, acima dos interesses próprios. Contudo, a *Cultura Política* poderia valer-se da crônica como uma crítica ao regime anterior.

Na edição de novembro de 1941, que comemorava o quarto aniversário do golpe do Estado Novo, Graciliano Ramos narrou como foi recebida a notícia de uma revolução em uma cidade do Nordeste. A crônica é introduzida pelo seguinte texto:

Nesta página de puro regionalismo o autor pincela um quadro típico de Nordeste do Brasil- o que era a repercussão de um movimento revolucionário. Todas aquelas cenas são passadas rapidamente em revista. Políticos, a cochichar boatos alarmantes, fazendo a revolução. Deputados desolados, porém crendo, até às últimas, no governo antigo. O azáfame palaciano, onde, aqui e acolà, acode um segredo ou uma arenga abafado. O indefectível feriado quando, finalmente, a revolução triunfa. Oradores nas praças, dando a expansão aos seus entusiasmos insopitados. Enfim, é um quadro sugestivo de como repercutia naquelas uma revolução embrionária.<sup>249</sup>

Percebe-se que o texto enfocava o desdobramento político dessa revolução. Entretanto, essa introdução não possui o tom elogioso e nem ressalta os feitos do regime depois da revolução de 1930, como em outros textos de meses anteriores. Apenas resume o que Graciliano Ramos documentou em sua crônica, mostrando as cenas de uma revolução e como ela afetou os políticos e a população da cidade.

A crônica começou com a cidade pela manhã, em sua calma habitual, com todos indo para as ocupações diárias. O autor expunha que os jornais afirmavam que tudo estava bem e continuaria assim por muito tempo. Contudo, havia boatos de perturbação em outros Estados do país. O próprio presidente da República mandou um telegrama ao governador, assegurando-lhe “de que tudo estava em ordem”<sup>250</sup>. Assim, não considerando os boatos, o governador pensou em publicar tal telegrama na Imprensa Oficial; suspendeu, mas o publicou. Em reunião do governador com seu pessoal, verificou que o movimento estava

<sup>248</sup>Ibid.ibidem

<sup>249</sup>Quadros e costumes do Nordeste IX. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.9, p. 369. nov.1941.

<sup>250</sup>RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste IX. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, p. 369. nov. 1941

piorando e vários Estados já estavam tomados pela revolução. A cidade, então, começa a agitar-se:

Mas o comandante da polícia exibia disposições belicosas: num instante organizou planos, guarneceu as fronteiras e dinamitou as pontes sem dificuldade.

À tardinha zoaram cochichos e a torcida manifestou-se. No dia seguinte houve alarme. Cidadãos pacíficos mostravam-se revolucionários. Outros apoiaram o governo, resolutos. Sempre se haviam conservado longe dele, mas na hora do perigo estavam decididos e queriam sacrificar-se. Essa firmeza durou uma semana, com intercadências<sup>251</sup>.

Com isso, mostrava que a cidade se mobilizou e toda a sociedade se organizou. Porém, quem mais se agitou foi a classe política, temendo por sua posição, tanto que a noite foi de reunião no palácio do governo. As notícias que vinham de fora agravavam a situação, modificando os planos.

[...] Depois vieram muitos, narraram casos. E os voluntários perderam o ânimo. Continuaram a andar em torno da mesa, a reunir-se em magotes perto das janelas, mas retiravam-se logo. O comandante de polícia esqueceu os planos de resistência e entrou a falar em hospitais de sangue, afliito.<sup>252</sup>

De manhã, a cidade não se acalmou com discursos exaltados, “[...] um orador furioso aconselhou o povo a queimar jornais”<sup>253</sup>. Com o clima tenso, as repartições e o comércio fecharam. Sem um confrontamento direto, o governo caiu, o palácio foi abandonado e o Estado se militarizou.

Com o fim da revolução, o autor conta que várias pessoas “[...] que uma semana antes cochichavam na sala de jantar do Palácio surgiram fardadas”<sup>254</sup>, mostrando que houve adaptações da população diante das transformações no âmbito político. Quando o clima se acalmou, a população ofereceu dinheiro para pagar a dívida contraída no exterior, com esperanças de que, no futuro, os jovens vissem exemplos de outros países.

Em uma análise da *Quadros e Costumes do Nordeste IX*, percebe-se que Graciliano Ramos montou sua crônica sem demarcar o tempo e o espaço em que ocorreram as ações. Supõe-se que seja algum lugar do vasto Nordeste, porque foi publicada na coluna da *Cultura Política*. Mas, sem essa especificidade, poderia dizer-se que os acontecimentos se passaram

---

<sup>251</sup>Ibid.,p. 369-370

<sup>252</sup>Ibid.,p. 370

<sup>253</sup>Ibid.ibidem

<sup>254</sup>Ibid.ibidem.

em qualquer parte do país. A revista reforça o caráter regional no texto introdutório: “[...] de puro regionalismo o autor pincela um quadro típico de Nordeste do Brasil”. Ainda, o autor só mencionou que ocorreu em uma cidade, mas, ao longo do texto, deu dicas de que poderia tratar-se de uma capital, por ser o governador um dos personagens. No livro *Viventes de Alagoas*, no fim dessa crônica há uma data “Rio, 19 de agosto, 1941”<sup>255</sup>, podendo ser a data em que o autor escreveu a crônica, ou a recordou, ou de quando, inclusive, inventou essa situação.

Na edição de um ano da *Cultura Política*, em março de 1942, o autor retornou à cidade de cinco mil habitantes no “príncípio do século”, para narrar as desventuras de um funcionário inimigo do governo. “Sim senhor, um funcionário inimigo do governo, que era chefe político, deputado estadual, proprietário, senhor de muitos haveres, coronel”<sup>256</sup>. Com isso, mostrava que o governante tinha um poder razoável tanto local, quanto estadual. Vendo que o funcionário inimigo seria um entrave na vida política da região, Graciliano Ramos expunha que a população da cidadezinha concebia esse funcionário como louco por querer ir contra as antigas instituições consolidadas e contra o governo: “[...] possuía vários engenhos e terra larga, mandava na vontade dos homens [...]”<sup>257</sup>.

O autor citou uma nova personagem na crônica, D. Carlotinha. Pelo contexto, percebe-se que essa dona poderia ser comparada à D. Maria Amália, representada na *Quadros e Costumes do Nordeste II*. Prosseguindo, o foco retorna aos dois personagens anteriores, o funcionário e o chefe político, apresentando suas características. O primeiro era tido como estranho por gostar de sofrer, podendo ser considerado masoquista pela escrita do autor, e era um poeta, “[...], um tipo sombrio, buscava nas pessoas e nas coisas o lado mau. [...]”<sup>258</sup>. Diferentemente, o segundo era um homem que, quando se zangava, “[...] saia batendo o pé, gritando, espumando, ofendendo os amigos [...]”<sup>259</sup>. Contudo, superada a raiva, era uma pessoa boa, que ajudava as crianças.

Embora o funcionário fosse uma pessoa que via o lado mau dos outros, não percebeu que, por trás do jeito bom do chefe, escondia-se uma pessoa que resolvia seus problemas na faca e na bala. Com a apresentação das personagens, desenrola-se o conflito. D. Carlotinha tinha feito uma denúncia “descabida” sobre o chefe, atiçando a sua raiva. Para se vingar,

<sup>255</sup> RAMOS, G. *Viventes de Alagoas*. 7<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1977. p. 61

<sup>256</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste XIII. *Revista Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.13, p. 236. mar. 1942.

<sup>257</sup> Ibid. ibidem.

<sup>258</sup> Ibid. ibidem.

<sup>259</sup> Ibid. ibidem.

escreveu para um jornal da capital anonimamente, falando mal de D. Carlotinha. Tal fato provocou um alvoroço na cidade de cinco mil habitantes.

Foi um escândalo. E abriu-se na cidadezinha rigorosa devassa para deitar aquele negócio em pratos limpos. Necessário descobrir o autor de enorme safadeza. De outro modo a administração do município ficaria prejudicada. Houve delações, estudou-se com paciencia a linguagem de todos os indivíduos capazes de se exprimir no papel. As suspeitas fervilharam em torno de cinco ou seis. Subornou-se, pois, o diretor da folha, viu-se o original, examinou-se a letra. E, obtidas as provas o acusado fez ao acusador uma visita aparatoso que o deixou de pulga atrás da orelha... Pediu transferência, estava a ponto de abandonar o cargo e mudar-se. Não lhe deram tempo.<sup>260</sup>

Com isso, o funcionário inimigo estava entre os suspeitos, e, temendo ser perseguido, pediu transferência. Porém, esse processo demorou e chegou o carnaval. Quando todos estavam se divertindo, Graciliano Ramos narra que três homens entraram na casa do funcionário e o espancaram, mesmo alegando que não havia escrito nada. Por fim, chegou o soldado na casa do funcionário para ajudá-lo e socorrê-lo, mas já estava bastante machucado. Depois disso, sumiu da cidade.

O município subiu, prosperou demais. Hoje tem luz elétrica e automóvel. As cabrochas das pontas de rua engendraram filhos brancos. D. Carlotinha engordou, emagreceu, juntou-se ao marido numa catacumba vistosa, onde larga placa de mármore expõe datas, feitos, virtudes.

Ao final, achou-se um culpado para o escândalo da cidade, e ela voltou à tranquilidade, com o chefe político e D. Carlotinha ainda detendo o poder. Assim, percebe-se que, com observações irônicas, a crônica indica uma permanência da violência em meio ao progresso, à luz elétrica, ao automóvel.

Na catacumba, a memória que ficou registrada na placa de mármore ressalta que as virtudes e as mazelas foram relegadas ao esquecimento. E tudo permanece como antes. Resta saber se somente no Nordeste ou no país como um todo. Como na maioria das crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste*, é possível observar que Ramos deixava subentendido que se tratava de uma situação do passado, mas não afirma que essa política se extinguiu com o tempo. Portanto, na ficção de Graciliano Ramos, práticas antigas, resistentes, desafiavam o “novo” do Estado Novo.

---

<sup>260</sup>Ibid.,p. 237

Na crônica de agosto de 1942, a *Quadros e Costumes do Nordeste XVIII*, o autor contou que, segundo um boticário, existiam no mundo dois tipos de pessoas: as malandras e as otárias, não havendo um terceiro grupo. Uns viriam para enrolar e outros viriam para serem enrolados, “[...] porque isso é a vontade de Deus”<sup>261</sup>. O enfoque de Graciliano Ramos era, nesse sentido, mostrar os tipos de malandros que havia no Nordeste, que também existiam no restante do país. Nesse aspecto, evidenciou aqueles que faziam negócios com animais:

Em primeiro lugar vêm os ladrões, organizados em maçonaria que se ramifica por todo o Nordeste, com hábitos e linguagem especiais, regras complicadas, uma hierarquia de numerosos graus, em cima a personagem que vende longe o bicho furtado, intermediários de colarinho ou sem colarinho, em baixo o caboclo de alpercatas. Os graudos fogem às perseguições, os de somenos valia morrem na emboscada, como é de justiça. Ordinariamente o júri absolve o assassino e condena o ladrão, mas as vezes se atrapalha no julgamento. E como se considera a pena muito fraca, liquida-se, por segurança, o indivíduo pernicioso, o agente inferior.<sup>262</sup>

Ainda narrou mais dois tipos desses: os negociantes de cavalos e os ciganos. Os primeiros eram temidos pelos agricultores por terem um trabalho dentro da lei e pelas suas artimanhas para fazer os negócios: “[...] mostravam o que não existia e escondem as coisas evidentes”<sup>263</sup>. Já os segundos eram respeitados, mas os sertanejos os queriam longe, como se observa no trecho abaixo:

Os de mais respeito são os ciganos, já que não são ciganos e talvez nem tenham nenhum sangue deles, mas vivem à toa, aboleta-se no campo ou em pontas de ruas, em barracas, ligam-se a diversas mulheres e usam de um algaravia arrastada, para ganhar importância. O sertanejo evita-os, nega-lhe um caneco dagua em tempos de seca e, invariavelmente, ensina-lhes o caminho errado.<sup>264</sup>

O autor expunha, ainda, outro tipo, o dos trovadores. Eles iam às fazendas e ficavam por lá a fim de ganhar algum dinheiro dos sertanejos. Com suas palavras, enrolam os fazendeiros para enganar e ganhar nas discussões.

Depois de apresentar ao leitor alguns dos tipos de malandros, Graciliano Ramos narrou dois episódios envolvendo-os. No primeiro, havia um vivente que tinha um sendeiro,

<sup>261</sup> RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste XVIII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.18, p. 311. ago. 1942

<sup>262</sup>Ibid.ibidem.

<sup>263</sup>Ibid.ibidem.

<sup>264</sup>Ibid.ibidem.

um cavalo de carga pequeno<sup>265</sup>. Este vivente foi na feira, fez seus negócios e perdeu seu sendeiro, porém o recuperou antes de anoitecer. No entanto, o vivente julgou que seu cavalo ficou cego, em uma nítida enganação. O outro sujeito teve de engolir a história, envergonhado.

No outro episódio, o chefe dos ciganos foi ter com um senhor de engenho para cobrar um arranjo feio, que era uma égua. Com o animal, o bando dos ciganos partiu, mas, ao longo da viagem, a égua desbotou. Percebendo que foi enganado, o chefe voltou à fazenda e entregou o seu bando para o senhor, dizendo que iria abandonar essa vida.

O tema da *Quadros e Costumes do Nordeste XVIII* conversa com uma das ideias que o regime queria passar para o país, a de que o povo brasileiro era trabalhador, tendo o presidente Getúlio Vargas como exemplo de homem para o Brasil. Assim, Graciliano Ramos trouxe vários tipos de malandro, os quais o governo queria suprimir do contexto nacional. É provável que as figuras narradas por Ramos tenham sido passadas pela revista como algo verdadeiro, mas do passado.

Mesmo que a edição de setembro de 1942 fosse da segunda fase da revista *Cultura Política*, é importante analisar o escrito de Graciliano Ramos dessa edição. A grande diferença dessa crônica com as outras foi a presença de título: “A decadência de um senhor de engenho”<sup>266</sup>. Esse título já deixava evidente, portanto, a temática de tal crônica.

Na crônica, o autor narrou a trajetória de decadência do personagem Joaquim Pereira, mais conhecido como Ingá Pereira. Por ser um ser simples e confiar nas pessoas, Ingá Pereira foi diversas vezes enganado e:

[...] Em consequencia a propriedade encolheu, mas ainda ficou terra bastante para conservar-se a tradição da familia, com honra integral, enquanto o patriarca viveu nos canaviais e na cidade. Quando entrou no sertão, veio o desmoronamento [...] <sup>267</sup>

Na política, Ingá Pereira era aliado de um deputado, que também era bacharel. Pelos contatos do deputado na política, Pereira mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando “[...] os amigos municipais em situação difícil”<sup>268</sup>. Ele se mantinha fiel a tal bacharel, pois era algo de família; seu pai e seu avô foram aliados dos antepassados desse bacharel. Por causa disso,

<sup>265</sup> In: <https://www.priberam.pt/dlpo/sendeiro>. Acesso em: 20 jul. 2014

<sup>266</sup> RAMOS, G. A decadência de um senhor de engenho. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.19, p. 184-185. set. 1942

<sup>267</sup> Ibid., p. 184

<sup>268</sup> Ibid.ibidem.

Ingá Pereira já tinha perdido alguns capangas. Ele dizia que se mantinha no mesmo caminho “até bater com a cabeça na parede e fazer um calombo na testa”<sup>269</sup>.

Depois de apresentar Ingá Pereira, o autor expôs o contexto em que o personagem vivia, no começo da Primeira República, mostrando a sua insatisfação com a mudança de governo. Joaquim Pereira abominava as transformações que ocorreram depois da queda da Monarquia e não acreditava que as ideias da República fossem melhores. Graciliano Ramos fez uma comparação da decadência de Ingá com a degradação da sua casa:

Ora, no regime novo (a Primeira República), a casa, onde algumas gerações tinham vivido e morrido, apresentou sintomas de degradação. Embora isso não pudesse razoavelmente ser atribuído à república, os temores supersticiosos de Pereira se confirmaram, enegreceram mais. E, tendo o cambio vindo abaixo, as mercadorias simularam valor desmedido, o salário no eito subiu a duas patacas.<sup>270</sup>

As transformações que ocorreram não foram só na política, afetaram a vida e o prestígio de Ingá Pereira. Uma das transformações de que mais reclamava era a liberdade dos negros, dizendo: “ – Ah negro! Ah chicote! Não foi para isso que a princesa derrubou as senzalas”<sup>271</sup>.

Ingá Pereira sentia-se deslocado nessa nova realidade ao seu redor. Mantinha alguns hábitos do tempo da monarquia, com um certo orgulho. O autor indica, ainda, que Pereira não gostava da escrita, que sentia saudade do tempo em que só a palavra falada tinha valia. E ele tinha tanto desapreço pela escrita, que deixou a filha analfabeta. Permanecendo fiel ao que pensava ser o correto, Joaquim Pereira foi se acabando, como sua casa e sua riqueza.

Esse vivente rijo e imóvel, tão rijo e tão imóvel como os esteios da casa-grande, que principiava a bichar, teve um fim lamentável. Precisou mexer-se, desejou transplantar-se, mas estava seco e não criou raízes. Acabou mal, como se verá, talvez depois. E seus descendentes acabaram também no caruncho e na miseria.<sup>272</sup>

Nessa crônica, Graciliano Ramos expôs um dos temas caros da geração regionalista de 1930, a decadência econômica da cana-de-açúcar e dos senhores de engenho. Mas seu foco foi representar como era difícil a mudança de regime político, que influenciou na perda de poder e prestígio de alguns. Possivelmente, para não entrar em atrito com o Estado Novo e

---

<sup>269</sup>Ibid.ibidem

<sup>270</sup>Ibid.ibidem

<sup>271</sup>Ibid.,p. 185

<sup>272</sup>Ibid.ibidem

com a própria revista *Cultura Política*, o autor mostrou outra mudança de sistema político em outro período da história do Brasil para evidenciar as continuidades que havia tanto na política, quanto na sociedade.

Com a análise de algumas das crônicas publicadas na *Quadros e Costumes do Nordeste*, é possível perceber que Graciliano Ramos tentou fazer um diálogo sutil com os preceitos do DIP e do Estado Novo. No entanto, usando o recurso de se referir ao passado, por meio de personagens fictícios, não se declarou nitidamente a favor do que pregava o órgão formulador da ideologia do regime, mas se utilizou de recursos literários para driblar a função de propagandista do regime. Pelo fato de as crônicas estarem inseridas num contexto, na revista *Cultura Política* e até pelos textos que precediam a *Quadros e Costumes*, nas colunas *Influencia política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil* e *A ordem política e a evolução social*, direcionava-se o leitor a como compreender o que era escrito por Ramos.

Em sua tese, Thiago Mio Salla elabora uma reflexão sobre as diversas interpretações sobre a participação de Graciliano Ramos na *Cultura Política* ao longo do tempo. Em 1962, quando o livro *Viventes de Alagoas* foi lançado, as críticas sobre este não citam que algumas crônicas foram primeiramente publicadas na revista do DIP, como no próprio livro<sup>273</sup>.

Na década de 1980, os estudiosos passaram a ver a colaboração desse autor como comprometimento com o regime do Estado Novo. Esse tipo de análise irritou a família de Ramos, por achar que maculava a imagem do autor<sup>274</sup>. Entretanto, havia outra corrente, que ganhou força nos anos 2000, que via os escritos de Graciliano Ramos na *Cultura Política* como um lugar em que o escritor fez críticas ao regime e denunciou as misérias do Nordeste<sup>275</sup>.

Todas essas abordagens são possíveis pela destreza do autor ao escrever a *Quadros e Costumes do Nordeste* sem um posicionamento claro, cheio de ambiguidades para fugir da censura do DIP. Graciliano Ramos expôs os quadros e os costumes nordestinos, apresentando aspectos políticos e sociais que podiam ser do Brasil inteiro.

O autor da *Quadros e Costumes do Nordeste* tinha a vontade de representar a realidade brasileira, como outros intelectuais do período. E ela casava com as pretensões do governo de

<sup>273</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 49-50

<sup>274</sup> Ibid.,p. 52

<sup>275</sup> A interpretação de ver os textos de Graciliano Ramos como uma crítica ao regime parte do meio acadêmico. Thiago Salla cita as pesquisas de doutorado de Ana Amélia M.C. Melo e de Nádia Regina Bumirgh. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 53-54

Vargas, que convidou esse autor para colaborar com seu projeto, embora as visões de realidades de ambos conflitassem.

Enquanto Graciliano Ramos indicava, em suas obras, as mazelas e a contradições da sociedade<sup>276</sup>, principalmente da nordestina, com o intuito de transformar a realidade<sup>277</sup>, o regime considerava que o Brasil, naquele momento, apresentava uma realidade adequada a si, e que a região Nordeste era a guardiã da “alma nacional”<sup>278</sup>.

Com essa diferença de perspectivas sobre a realidade e por outras discrepâncias com o pensamento do regime, visto nas crônicas, nota-se que Ramos não foi um intelectual totalmente cooptado e nem poderia ser considerado como um intelectual orgânico do regime. Pela sua trajetória de escritor, literato, pela sua contumaz e conhecida rebeldia, inclusive dentro do próprio Partido Comunista, utilizou-se da destreza de sua escrita ambígua e irônica tecendo críticas veladas dentro da principal revista do DIP, ao mesmo tempo em que garantia, de certa forma, sua sobrevivência material e a de sua família na então capital do país.

Por tudo que foi exposto sobre a vida de Graciliano Ramos e as análises sobre a coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*, percebe-se que esse autor não foi um intelectual que apoiou a ideologia do regime Varguista integralmente e nem foi um propagandista dele. Em diálogo com os estudos de Sérgio Miceli sobre os intelectuais na Era Vargas, poderia pensar-se que Ramos aproximar-se-ia da ideia de um escritor-funcionário. Mesmo não tendo uma trajetória correspondente a esse perfil, a aproximação ocorreria pela postura de aparente neutralidade com relação aos preceitos do regime<sup>279</sup>. E, talvez, só mesmo “aparente”, pois podia valer-se de recursos ficcionais para tecer sua posição, sua acidez diante da mesmice da política, da violência que perdurava, das hipocrisias etc., sem ser “desmascarado” pelos verdadeiros funcionários/censores da revista e do regime.

---

<sup>276</sup> COUTINHO, C.N. Graciliano Ramos. In: COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p. 155-156

<sup>277</sup> Ibid., p. 164-165

<sup>278</sup> SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book) p.6

<sup>279</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 237

### 3 MARQUES REBELO: QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL

Foram apresentados, no capítulo anterior, uma pequena biografia e o estilo de escrita de Graciliano Ramos, compreendendo os seus textos da coluna *Quadros e Costumes do Nordeste*. Como essa coluna tinha outra parte, é interessante ver a trajetória de vida do outro autor, Marques Rebelo, e visualizar seu percurso como intelectual nas décadas de 1930 e 1940 para, em seguida, analisar as suas crônicas *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* dentro da revista *Cultura Política*.

#### 3.1 Marques Rebelo

Marques Rebelo era a persona literária de Edi Dias da Cruz, nascido em seis de janeiro de 1907 no Rio de Janeiro. Por não ser um escritor tão reconhecido atualmente, não é tarefa fácil encontrar fatos sobre esse autor, que foi integrante da Academia Brasileira de Letras. No site dessa instituição<sup>280</sup>, cabe mencionar, existe uma pequena biografia sobre ele.

A infância de Edi Dias da Cruz foi dividida entre o bairro de Vila Isabel e a cidade mineira de Barbacena, para onde se mudou aos quatro anos de idade. Sua biografia mostra que, na infância, o autor tinha livros para ler e terrenos para jogar futebol. Desde jovem, apresentava uma afeição pela literatura, lendo os livros da biblioteca de seu pai. Com 15 anos de idade, teve contato com as obras de Machado de Assis e Manuel Antônio de Almeida, os quais iriam despertar sua vontade de escrever e influenciaram a carreira de Marques Rebelo.

No início da década de 1920, o jovem Cruz foi admitido na Faculdade de Medicina, mas não há especificação de qual instituição de ensino. Logo abandonou o curso, e passou a trabalhar no comércio e no jornalismo. Começou a escrever contos por volta de 1927, no período do seu serviço militar. Nesse mesmo período, Edi Dias da Cruz sofreu uma queda em uma competição esportiva, que o levou a ficar internado por meses e se dedicar à escrita. Publicou, pela editora Schmidt, em 1931, *Oscarina*, já assinando como Marques Rebelo. Enquanto jornalista, publicou em diversas revistas modernistas, como *Verde*, *Antropofagia*, *Leite Criolo*. Nesse ramo, chegou a ser diretor da revista *Atlântico*<sup>281</sup>.

A década de 1930 foi produtiva para Marques Rebelo, que publicou diversos livros: *Três Caminhos* (contos, Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda, 1933); *Marafa* (Romance, S.

<sup>280</sup> Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>>. Acesso em: 10 set. 2015.

<sup>281</sup> MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 164-165.

Paulo: Livraria Martins, 1935, tendo sido agraciado com o Grande Prêmio de Romance Machado de Assis, da Cia. Editora Nacional); *Vida de Manuel Antônio de Almeida* (Biografia, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938); *A Estrela sobe* (Romance, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939); e *A Casa das Três Rolinhas* (Literatura infantil, Porto Alegre, 1939)<sup>282</sup>. Fez parte da geração de 1930, por representar as misérias e os conflitos da sociedade brasileira mediante sua escrita.

Em sua obra, Marques Rebelo expunha a vida urbana, de modo a continuar o que os modernistas de 1922 começaram<sup>283</sup>. Porém, não rompeu com a tradição do realismo cotidiano dos grandes autores que o inspiraram, Machado de Assis e Manuel Antônio de Almeida. Juntamente com esses autores, Rebelo foi um dos maiores escritores sobre a vida do Rio de Janeiro. O autor, em seus romances, fixava os tipos indefinidos socialmente, como malandros, boêmios, moças aventureiras e outros<sup>284</sup>, a fim de expor a população que vivia na cidade, mas que não fazia parte nem da pequena burguesia e nem do proletariado. Segundo Alfredo Bosi, Rebelo usava em seus personagens a tensão mínima, na qual havia um conflito, porém não se ressaltava do meio em que vivia. Esse conflito ocorria mais pelas palavras e no âmbito sentimental<sup>285</sup>. E essa técnica de tensão mínima também era utilizada por outros renomados escritores, como Jorge Amado e Erico Veríssimo.

A proximidade de Marques Rebelo com o Modernismo estava além da representação da vida urbana. Thiago Mio Salla afirma que a coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, que será analisada posteriormente, era uma composição de textos fragmentados, remetendo à prosa de Oswald de Andrade<sup>286</sup>. Isso mostra que o Modernismo influenciou fortemente a obra, a forma de escrita e até a escolha do nome da persona literária do autor, como Edi Dias da Cruz explicou:

Nome de família muitas vezes atrapalha. Devido à campanha que fizeram contra os modernistas na Semana de Arte Moderna, justamente na época e por influência da mesma senti que tinha vocação para a literatura e resolvi adotar esse pseudônimo, evitando assim sofrimento para a família<sup>287</sup>.

<sup>282</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 426.

<sup>283</sup> BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo. Cultrix,1981. p. 462.

<sup>284</sup> ANTELO, R. **Literatura em revista.** São Paulo: Àtica, 1984. p. 57-58.

<sup>285</sup> BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo. Cultrix,1981. p. 441-442.

<sup>286</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 434.

<sup>287</sup> Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>> Acesso em: 10 set. 2015.

Ao fazer a análise das crônicas da coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, o estudioso Raul Antelo relatou alguns acontecimentos da vida de Marques Rebelo. O autor publicou, pela Nestlé, diversas obras infantis, como: *ABC de João e Maria*, em 1938; *Tabuada de João e Maria*, em 1939; e *Amigos e inimigos de João e Maria*, em 1940. Nessa vertente infantil, o livro *A Casa das três rolinhas* conquistou o prêmio de Literatura Infantil de Ministério da Educação, em 1938, e o *Pequena história de amor* venceu, em 1943, o Segundo Concurso Literário Latino-Americano<sup>288</sup>.

Quanto à sua vida pessoal, Marques Rebelo mudou-se para a capital mineira, Belo Horizonte, em 1939, estando um pouco adoentado, e foi ser inspetor de ensino em Itajubá<sup>289</sup>. Essa cidade foi narrada por Rebelo em sua primeira crônica na revista *Cultura Política*. Percebe-se, assim, que há mais relatos da trajetória literária de Marques Rebelo do que dos fatos da vida de Edi Dias da Cruz.

Nos anos de 1950, Marques Rebelo não fez muitas publicações de livros, mas foi um período de muito trabalho, tendo publicado *O trapaceiro* (1959), *A mudança* (1962) e *A guerra está entre nós* (1968). Além da carreira literária, o autor também se dedicou a ser tradutor de livros estrangeiros. No ano de 1964, entrou para Academia Brasileira de Letras, sendo eleito no dia dez de dezembro para ocupar a cadeira de número nove, a qual era ocupada anteriormente por Carlos Magalhães Azevedo<sup>290</sup>. Marques Rebelo (Edi Dias da Cruz) morreu no dia 26 de agosto de 1973, e no site da ABL não há registro sobre a causa de sua morte.

Nesse mesmo site, a bibliografia encontrada focaliza a carreira literária de Marques Rebelo, não havendo menção à vida de Edi Dias Cruz, se foi casado e se teve filhos. Algo interessante de se notar é que essa biografia não cita a participação de Rebelo na revista *Cultura Política* e nem o livro *Cenas da vida brasileira: Suíte n. 1* (1944), no qual foram republicadas as crônicas da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*. Esse livro não aparece sequer na bibliografia do autor relacionada no site. Durante a sua colaboração na revista do DIP, Marques Rebelo publicou um único livro, *Stela me abriu a porta*, em 1942.

[...] A parte referente ao Centro e ao Sul do Brasil está confiada a um nome já consagrado pela crítica literária, como contista, cronista e romancista, colaborador de numerosos jornais e revistas da Capital e dos Estados, autor de vários livros publicados (contos, romances e livros de literatura infantil) como “Oscarina” (Contos, Rio, 1931), “Três Caminhos” (Contos, Rio,

<sup>288</sup> ANTELO, R. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984. p. 68

<sup>289</sup> Ibid., p. 65

<sup>290</sup> In:<http://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>. Acesso em: 10 set. 2015

1933), “Marafa” (Romance, S. Paulo, 1935), “Vida de Manuel Antônio de Almeida” (Biografia, Rio, 1938, publi. do Ministério da Educação e Saúde), “A Estrela sobe” (Romance, Rio, 1939), “A Casa das Três Rolinhos (Literatura infantil, Porto Alegre, 1939), “Rua Alegre, 12” (Teatro, São Paulo, 1941). Na sua crônica inaugural, descreve o autor a paisagem e a vida de uma das cidades mais expressivas do interior do Brasil Central - Itajubá (Minas Gerais). É um pequeno pedaço do Brasil que encontraremos nestas páginas. Do Brasil perdido na imensidão de si mesmo, seguindo o ritmo lento de sua história social. E é curioso vêr-se, pelas palavras do autor, á certa altura de sua descrição, como a pequena cidade mineira se sentiu, de uma hora para outra, agitada pelo sôpro renovador de um Brasil que ressurgia para novos destinos, com a vitória revolucionária de 1930. Moderniza-se Itajubá, civiliza-se com a construção de prédios novos, laboratórios, obras de perfeição técnica, erguidas ali pela energia construtora do governo. Um novo sôpro de vida mais sadia percorre o interior do brasileiro. Mas o Brasil é grande, imensamente grande: a rotina continua a espreguiçar-se com lentidão secular, porque os Govêrnos operam milagres e a vida social brasileira tem que seguir a sua marcha natural. Se a nossa evolução política segue ritmo veloz de decênio, a nossa evolução social terá que seguir, inevitável, um ritmo paciente de séculos. Porque os povos não improvisam os seus sistemas de vida: arrancam-nos de dentro de si mesmos. E se hoje já vamos readquirindo a “posse de nós mesmos”, há que esperar muito deste influxo vitalizador; mas há que esperar com paciência, confiando tanto na obra do tempo como na dos homens.<sup>291</sup>

O trecho acima é a apresentação que a revista *Cultura Política* fez de Marques Rebelo na edição de março de 1941, juntamente com um resumo de sua crônica daquele mês. Nota-se a valorização de tal autor, expondo todas suas obras publicadas e os seus gêneros, como uma forma de enaltecer Rebelo e o seu texto, aliando-se ao discurso do regime. Com essa apresentação, quis-se mostrar a capacidade do autor para tal tarefa, já que a revista era para um público intelectual.

### 3.2 Quadros e Costumes do Centro e do Sul

Por ser um escritor de sucesso na década de 1940, Marques Rebelo foi chamado para escrever a coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* na revista *Cultura Política*. O autor escreveu 22 textos para a coluna sobre essas regiões, sendo que os 18 primeiros foram publicados em sequência na primeira fase da revista. Rebelo expôs, de maneira documental e subjetiva, os seus relatos sobre as cidades que percorreu.

As crônicas da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* não eram temáticas, falavam sobre as cidades das regiões Centro e Sul visitadas pelo seu autor. Por isso, não eram textos contínuos, pois mostravam diversos aspectos das cidades, expondo um painel fragmentado

<sup>291</sup> Revista *Cultura Política*. Ano 1, n. 2, p. 232. mar. 1941.

dos municípios. Com isso, nota-se uma referência à influência de Oswald de Andrade na obra de Marques Rebelo, como mencionado anteriormente. Os fragmentos dos textos eram separados por símbolos gráficos, como se vê no Anexo desta dissertação.

Ao longo dos textos de Marques Rebelo, foram relatadas as cidades por onde ele passou, notando as paisagens, os costumes, a sociedade e a política local, evidenciando as suas transformações após 1930. As cidades percorridas foram: Itajubá, Januária, Cataguazes, Rio de Janeiro, Montes Claros, Belo Horizonte, Conceição do Serro, Conrado Niemayer, Sabará e Barbacena. A maioria das cidades aparece em mais de uma crônica. Em alguns meses, o autor cita mais de uma cidade, como em junho de 1941, quando narrou sua viagem pelo Chapadão Goiano, e em junho e setembro de 1942 expôs várias cidades, como se passasse por elas durante um trajeto. A seguir, tem-se um quadro com as cidades e os temas tratados nas crônicas.

Quadro 02 – Cidades e temas das crônicas da coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*

Crônica	Cidade	Temas
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul I- Março de 1941</i>	Itajubá	Natureza, educação, sociedade, exército nacional, indústria, operariado, natalidade e paisagem
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul II- Abril de 1941</i>	Januária	Natureza, paisagem, política, energia, sociedade e recordações
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul III- Maio de 1941</i>	Cataguazes	Poetas da cidade, recordações, política, costumes e paisagem
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul IV- Junho de 1941</i>	Monte Carmelo e Catalão	Paisagem, viagem, modernização no percurso, clima, sociedade e política
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul V- Julho de 1941</i>	Rio de Janeiro	Sociedade, costumes e samba
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul VI- Agosto de 1941</i>	Itajubá	Natureza, costumes, sociedade, teatro e educação
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul VII- Setembro de 1941</i>	Montes Claros	Localização, sociedade e religião
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul VII- Outubro de 1941</i>	Montes Claros	Sociedade, costumes, paisagem e teatro

<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul IX- Novembro de 1941</i>	Rio de Janeiro	Sociedade e costumes
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul X- Dezembro de 1941</i>	Belo Horizonte	Natureza, paisagem, locais e sociedade
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XI- Janeiro de 1942</i>	Belo Horizonte	Clima, esportes, infância, valores e sociedade
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XII- Fevereiro de 1942</i>	Belo Horizonte	Sociedade, linguagem, costumes e paisagem
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XIII- Março de 1942</i>	Conceição do Serro	Costumes, clima e sociedade
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XIV- Abril de 1942</i>	Conceição do Serro	Religião, sociedade, costumes e política
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XV- Maio de 1942</i>	Conrado Niemeyer	Sociedade, paisagem e costumes
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XVI- Junho de 1942</i>	Sete Lagoas, Soledade, Lontras, Vila Brasilia, Buenópolis, Garças, Lagoa da Prata, Divinópolis e Ibiá.	Sociedade, costumes, paisagem
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XVII- Julho de 1942</i>	Rio de Janeiro	Sociedade, costumes e carnaval
<i>Quadros e Costumes do Centro e do Sul XVIII- Agosto de 1942</i>	Sabará	Paisagem, sociedade, natureza
<i>Cataguazes (Minas Gerais)- Setembro de 1942</i>	Cataguazes, Laranjal, Montes Claros, Januária, Itajubá	Sociedade, paisagem, costumes
<i>Trechos da suíte barbacenense- Dezembro de 1942</i>	Barbacena	Clima, relato, sociedade, paisagem
<i>Novos trechos da suíte barbacenense- Fevereiro de 1943</i>	Barbacena	Sociedade
<i>Caderno de viagens- Outubro de 1943</i>	Vila Velha	Paisagem, sociedade

Fonte: Dados organizados pela autora, a partir da seção *Quadros e Costumes*, da revista **Cultura Política**.

As crônicas de Marques Rebelo para a *Cultura Política* aproximam-se das crônicas do século XX no sentido de expor o cotidiano. Além de narrar suas viagens às diversas cidades, colocou as suas impressões e opiniões sobre tais lugares e sobre os acontecimentos, usando

um tom subjetivo. Com isso, mistura um pouco de relatos de um viajante com uma suposta intenção de documentar os lugares em um texto marcado pelo subjetivismo do autor.

As narrativas apresentadas na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* possuem um tom documental por apresentar as cidades em seus hábitos. Tentavam expor o que aconteceu e o que ocorria no momento da visita do autor. Thiago Salla ressalta o caráter documental dos textos de Rebelo pela nomeação das pessoas da cidade, mostrando a comunidade local, ou a “paisagem humana”<sup>292</sup>. Contudo, a parte do documental divide espaço com um tom nostálgico e saudosista que o autor imprimia nos textos, como se observa na última parte da crônica de abril de 1941.

Lilá, Eurídice, Berenice, Diva, Zizinha, Lindaura, para vós, moças de Januária, a minha saudades.

Saudade do churrasco na casa de Zizinha, numa véspera de São João, sem foguetes no céu, mas com um cachorrinho de baianos de Carinhanha e vozes de gente alegre cantando modinhas tristes:

“Amemos que a vida passa,

A vida é sombra e fumaça,

Amemos que a vida passa”

E a cachacinha rolando- cachacinha...

Saudade do vôlei feminino, Escola Normal versus Clube dos Quarenta, e as meninas pulando atrás da bola, e o povo gritando, e as moças suando, caíndo, se arranhando, e a escola Normal ganhando numa virada empolgante que endoideceu dr. Vale, que é o presidente do Clube!

Saudade de Lindáura, principalmente. Das gargalhadas de Lindáura, da voz rouca de Lindáura, do bom-humor espantoso de Lindáura, que criticava tudo, ironizava tudo, que traz o povo de Januária em polvorosa!...<sup>293</sup>.

Dentro de seu texto, Marques Rebelo ia intercalando, em sua escrita, a narrativa em 1<sup>a</sup> e em 3<sup>a</sup> pessoas. Pode-se notar essa mistura na segunda crônica da *Quadros e Costumes* sobre Januária: “[...] Mosquitos zumbem. E a cada momento estou para ver surgir da palidez do rio, onde as canôas presas flutuam, a virgem para me levar”<sup>294</sup>, “E Januária conheceu a doçura de dias tranquilos. E as noites mais negras já não amedrontam ninguém [...]”<sup>295</sup>. Com isso, torna-se mais evidente a mescla entre os tons documental e sentimental das narrativas sobre os municípios, pois mostra uma proximidade, em um momento, e um distanciamento, em outro.

<sup>292</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 431.

<sup>293</sup> REBELO. M. Quadros e costumes do Nordeste II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.2, abril de 1941. p. 245. abr.1941.

<sup>294</sup>Ibid.,p. 244.

<sup>295</sup>Ibid.,p. 243.

Nas crônicas de Marques Rebelo na *Cultura Política*, havia uma marcação de tempo definida. Os textos faziam menções honrosas a Getúlio Vargas e ao Estado Novo em diversos meses, como em março de 1941: “[...] que há cinco anos vem se desenvolvendo normalmente, bafejado pelo patriotismo do presidente Vargas [...]”<sup>296</sup>; abril de 1941 “Quando foi proclamado o Estado Novo [...]”<sup>297</sup>; e junho de 1941 “[...] Foi o Estado Novo que tirou de Catalão êsses tristes costumes [...]”<sup>298</sup>. Assim, ficava evidente que a coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* fazia relatos sobre o Brasil daquele período, com a sociedade e a política então vigentes. Nesse sentido, o autor cumpria bem a função de propagandista do regime Varguista.

As primeiras seis edições da revista, as colunas *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, vieram acompanhadas de imagens (pinturas, fotos e cartão postal) referentes à cidade da crônica do mês. Tais imagens não serviam só para ilustração, mas, também, para reforçar o caráter documental dos escritos de Rebelo, com as legendas embaixo delas, indicando o que era. Segundo Salla, essas imagens ajudavam a expor a realidade nas crônicas e também reforçavam o discurso oficial de um “sopro renovador” no país<sup>299</sup>.

Logo após a sua participação na revista *Cultura Política*, Marques Rebelo reuniu suas crônicas da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* e publicou, pela editora dos Irmãos Pongetti, o livro *Cenas da vida brasileira: Suíte n. 1*, em 1944. O nome do livro era para ser, originalmente, *Viagem sentimental a Minas Gerais*, porém, dado o seu caráter fragmentado, recebeu o título de *Suíte*<sup>300</sup>. Esse título também faz referência a duas crônicas da segunda fase da revista, intituladas *Trechos da suíte barbacenense*, de dezembro de 1942, e *Novos trechos da suíte barbacenense*, de fevereiro de 1943.

Para além de ver o título de tal livro, é necessário pensar as mudanças que ocorreram nas crônicas para a republicação. No livro, os textos perderam o seu tom de elogio e de exaltação, e cederam lugar a um tom mais crítico<sup>301</sup>. Tanto que, na edição de 1944, não foi

---

<sup>296</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Nordeste I. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 233-234. mar. 1941.

<sup>297</sup> REBELO. M. Quadros e costumes do Nordeste II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p. 243. abr. 1941.

<sup>298</sup> REBELO. M. Quadros e costumes do Nordeste IV. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p. 220. jun.1941.

<sup>299</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 438.

<sup>300</sup> ANTELO, R. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984. p. 62.

<sup>301</sup> SALLA, T. M. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 449.

mencionado que as crônicas foram primeiramente publicadas na *Cultura Política*<sup>302</sup>. Raul Antelo explica que Marques Rebelo tinha várias insatisfações com esses textos e, para a segunda edição do livro, em 1951, fez diversos retoques<sup>303</sup>, até mesmo na estrutura dos textos.

Apesar do tom mais crítico das crônicas do *Suite n.1*, a *Cultura Política*, em 1944, noticiou na coluna *Movimento Literário* de abril o lançamento do livro, expondo “[...] os quadros da vida mineira publicados nas páginas de CULTURA POLÍTICA [...]”<sup>304</sup> e exaltando o percurso literário do autor até chegar nos seus textos das cidades. Em toda a nota, foi destacada a veia lírica de Marques Rebelo. Com isso, percebe-se que a revista não fez ressalva alguma às mudanças feitas pelo autor. A esse respeito, cabe ressaltar que, nesse período, o regime e a *Cultura Política* estavam desgastados e recebiam várias críticas, inclusive por parte do próprio autor da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*.

Como nas crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste*, os textos da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* serão analisados com base nas colunas publicadas na revista *Cultura Política*, tendo em vista que a intenção deste trabalho é inseri-las no contexto de sua primeira publicação, com seu tom de elogio ao presidente Vargas e ao Estado Novo. Assim, busca-se expor o diálogo de Marques Rebelo com a ideologia do regime.

Na primeira edição da *Cultura Política*, Marques Rebelo narrou sua passagem pela cidade de Itajubá, Minas Gerais. No texto introdutório, juntamente com a apresentação do autor, há um pequeno resumo de como foi “descrita” a cidade pelo autor<sup>305</sup>. Nesse texto, explicitou a ideia de que a cidade estava evoluindo em diversos aspectos, isso aliado a mudanças políticas posteriores a 1930. Para evidenciar esse aspecto, usou as palavras do próprio Rebelo: “E é curioso vêr-se, pelas palavras do autor, à certa altura de sua descrição, como a pequena cidade mineira se sentiu, de uma hora para outra, agitada pelo sôpro renovador de um Brasil que ressurgia para novos destinos, com a vitória revolucionária de 1930”<sup>306</sup>. Assim, mostra-se o tom que o autor empregou para narrar a cidade de Itajubá.

Na primeira parte da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul I*, o autor tratou da natureza e de como a Escola da Horticultura cuida de sua produção de frutas e flores, evidenciando a dedicação de quem trabalha nessa. Apresentada a Escola, Marques começou a apontar a modernização da cidade e também do país, mencionando os feitos do exército.

<sup>302</sup> ANTELO, R. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984. p. 75.

<sup>303</sup> Ibid., p. 65

<sup>304</sup> MOVIMENTO Literário. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, p. 236. abr. 1944.

<sup>305</sup> Texto introdutório transscrito na página 88-89 desta dissertação.

<sup>306</sup> **Revista Cultura Política**. Ano 1, n.2, p. 232. mar. 1941.

A tarefa que o Exército Nacional se propôs e vem realizando em prol da nossa civilização, é a mais categórica afirmação do verdadeiro valor e patriotismo do soldado brasileiro. Protegendo os selvícolas, abrindo estradas, rompendo sertões, explorando rios, levantando mapas, pacificando regiões, cortando o Brasil em todas as direções com o seu Correio Aéreo e dêste modo aproximando interesses, facilitando as comunicações e favorecendo o comércio, desanalfabetizando, incutindo o civilismo, nacionalizando as populações, eis os princípios marcos dessa obra gigantesca que caminha dia a dia dentro de um reserva e anonimato que a fazem ainda maior e mais digna.<sup>307</sup>

Pelo trecho, fica nítido o tom de elogio ao exército, colocando-o como um incentivador dos valores nacionais e que estava colaborando com as transformações em marcha no país. Esses elogios ao exército servem como introdução para falar da fábrica bélica de Itajubá. Aponta-se a sua localização “privilegiada” no sul de Minas Gerais como um ponto de desenvolvimento, com seu prédio e sua instalação, para colaborar com a nação, “[...] que há cinco anos vem se desenvolvendo normalmente, bafejado pelo patriotismo do presidente Vargas, que tem sido o animador das reformas por que estão passando o Exército e a Marinha”.<sup>308</sup>

Após escrever sobre a fábrica bélica de Itajubá, o escritor se estende para expor o parque industrial desta. Pelo relato, era um parque modelo, pois tinha refeitório, auxílio médico e dentário, escola para os filhos dos operários, uma vila e outros benefícios para os trabalhadores. É importante mencionar que, nesse período, o governo de Vargas havia implantado as leis trabalhistas, mostradas como “um presente dado” aos trabalhadores. Elas eram valorizadas pelo governo como um de seus grandes feitos, e:

[...] o operário que obedece porque sabe que está cumprindo um dever e porque é com esta obediência que ele paga os favores que recebe, as tranquilidades e confortos que lhe dão. A Fábrica de Itajubá poderia ter na sua entrada as palavras do Presidente Getulio Vargas, quando da sua última visita: “Esta fábrica é uma lição e um exemplo”. E não haveria legenda mais bela, nem mais justa.<sup>309</sup>

Em outra parte, Marques Rebelo reflete sobre o número de filhos que as famílias do município tinham. Pela narrativa, era comum terem por volta de seis a dez filhos, o que gerava reprovação por parte do autor. Ele advogava em favor de se ter três filhos, como expõe: “Agarro-me ao José Pinto Renó, que tem apenas três, como a um semelhante que não

<sup>307</sup>REBELO. M. Quadros e costumes do Nordeste I. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1 p. 233. mar. 1941.

<sup>308</sup>Ibid.,p. 233-234.

<sup>309</sup>Ibid.,p. 234.

me envergonha, nem se envergonha de mim. Mas sabemos que êles tem razão, e que é de homens assim que o Brasil precisa".<sup>310</sup> Com isso, coloca a ideia de três filhos como modelo para o país. Para encerrar a crônica, observa o rio da cidade a partir da ponte.

Percebe-se, então, que Marques Rebelo contou sobre o que havia na cidade de Itajubá com as ideias e os feitos do regime varguista. A existência da fábrica bélica no município serviu para o autor falar sobre a nova fase do exército, que estava auxiliando na disseminação do patriotismo, e de que como era a organização do parque industrial, com os operários fazendo seu dever, sem citar as leis trabalhistas diretamente. Dessa maneira, nota-se que o autor conversa com a ideologia e com os fatos de sua época.

Na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul II*, o autor leva o leitor a conhecer a cidade de Januária. Ela fica às margens do rio São Francisco, no interior de Minas Gerais. A crônica foi precedida por um grande texto introdutório, no qual já se mostrava o tom do texto de Marques Rebelo de apontar as mudanças que ocorreram após 1937, como se depreende do seguinte trecho:

[...] Em Januária também chegou, depois de 1937, o influxo renovador do Estado Novo: modificou-se os costumes locais, pelo desaparecimento das velhas figuras da politicagem, pelo retorno dos que a exploram aos campos, às fazendas, ao comércio, à clínica. Um novo ambiente de tranquilidade sem temores desce sobre Januária. Mas um temor ainda fica: o temor do rio São Francisco, [...].<sup>311</sup>

O fragmento do texto introdutório traz os elementos que nortearam o texto de abril de 1941: a nova política de Januária e a influência do rio na dinâmica da cidade. Percebe-se que se fala do “influxo renovador” que veio após 1937, com o Estado Novo, exaltando-se o período ditatorial de Vargas, sem se mencionar que foi um processo, desde 1930, repleto de embates para se chegar até esse ponto. Com isso, mostra-se uma valorização do Estado Novo e uma afirmação a seu respeito perante as transformações ocorridas, não só no município de Januária, mas no Brasil todo.

No início da crônica, pintou a paisagem de Januária junto ao São Francisco e expôs os transtornos que o rio gerava para a cidade nos períodos das cheias. Rebelo, em um segundo momento, apresentou o que seria outro “transtorno”: a velha política. Ele explicou que era uma política, ou uma politicagem, violenta, com vários chefes e “Cada chefe político tinha o

---

<sup>310</sup> Ibid. ibidem.

<sup>311</sup> Quadros e costumes do Centro e do Sul II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 242. abr. 1941.

“seu bando”<sup>312</sup>. Afirma que, quando eles estavam no poder, pensavam mais na luta política do que em administrar a cidade.

Quando foi proclamado o Estado Novo, o senhor juiz de direito, um homem rígido, que lutara bravamente para manter uma autoridade que lhe era quase sempre desrespeitada, mandou chamar ao Fôro os chefes políticos locais, que eram uns trinta. Em poucas palavras expôs-lhes a nova situação política do Brasil. O regime não mais comportaria lutas partidárias.

- Que é que o senhor é? Perguntou a um chefete.
- Sou médico
- Pois então agora o senhor vai tratar dos doentes. E o senhor?- perguntou a outro.
- Fazendeiro.
- Pois deixará a cidade para ir cuidar da sua fazenda. <sup>313</sup>

Desse modo, expunha que, com o Estado Novo, as coisas e a política em Januária entraram nos eixos, como se os “chefetes” houvessem perdido seu poder e tivessem ido cuidar de suas profissões, como mencionado no texto. Contudo, sabe-se que, mesmo com as mudanças políticas ocorridas em decorrência do Estado Novo, a figura dos chefes locais não desapareceu do país.

Na sequência da crônica, tem-se que as mudanças trouxeram prosperidade e tranquilidade para a cidade. Mas, nessa visão, ainda havia uma preocupação no município, o rio São Francisco com suas cheias e com suas secas, que continuava tirando a tranquilidade de Januária.

Um dos elementos de modernidade para a década de 1940 era a energia elétrica. Marques Rebelo contou a seu leitor que, embora Januária dispusesse de energia elétrica, ainda utilizava o lampião, porque:

[...] E a história é simples: nos tempos da velha política lembrou-se de se dotar a cidade de energia elétrica. Fêz-se o negócio. O negócio foi de molde que a cidade pagasse quatrocentos contos por uma usina que não valia cem. Como a cidade não tinha quatrocentos contos está pagando e ainda pagará juros muitos anos. E a represa foi feita num riacho tão sem importância que nos seis meses da seca não tem agua suficiente para dar à cidade senão uma humílima luz e somente das 7 às 11 da noite [...].<sup>314</sup>

Assim, a questão da falta de energia virou pauta política, sendo mais um ponto de crítica à velha política pelo mau negócio da usina. Logo em seguida, o autor afirma que o

<sup>312</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 242. abr. 1941.

<sup>313</sup>Ibid.,p. 243.

<sup>314</sup>Ibid.,p. 244.

prefeito da época teria impulso para melhorar a parte elétrica e prosperar mais o município. “[...] E Januária terá a sua indústria movida à eletricidade, terá iluminação das ruas independente do luar [...]”<sup>315</sup>. No restante do texto, o autor escreveu sobre fatos ocorridos durante sua estada na cidade, como a sua espera pela embarcação para ir embora, e termina o texto em tom saudosista, relembrando-se de Januária.

Pela análise dessa crônica, vê-se que o autor escreveu, de forma nítida, alinhado com o discurso do regime. Nota-se que a nova política foi o gatilho para as transformações, como era mostrado nos discursos do governo. Embora Marques Rebelo não utilizasse o símbolo do progresso, ele estava implícito em seu texto, principalmente na parte sobre a energia elétrica. Portanto, essa crônica tenta expor, de modo prático, o que era tão divulgado pelo discurso do Estado varguista.

Em junho de 1941, Marques Rebelo contou sobre o seu percurso rumo a Goiás, e o subtítulo da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul IV* foi *Chapadão Goiano*. A viagem iniciou-se na cidade mineira de Monte Carmelo, onde Marques Rebelo tomou um trem rumo a Catalão, Goiás. Segundo o autor, a estrada ainda não tinha um fluxo constante.

Uma parte do percurso foi em uma ponte improvisada para passar sobre o rio Paranaíba, que era profundo e já tinha feito vítimas. Na paisagem, “ Ao lado dela eleva-se, grandioso, o esqueleto da futura ponte de cimento armado, que leva os trilhos da Rede Mineira de Viação até o interior de Goiás [...]”<sup>316</sup>. O texto evidencia a importância dessa nova ponte para escoar os produtos de Goiás para Minas Gerais, destacando que ela já havia sido traçada há muito tempo, sendo concretizada apenas naquele momento.

[...] Agora é só meter trilhos e os trens que saírem da beira do mar, em Angra dos Reis após romperem o Estado de Minas e atravessarem o Paranaíba, não ter pontas de trilhos em Ouvidor, em pleno planalto goiano, ou talvez mais longe, em Catalão.<sup>317</sup>

A ideia de ligar o interior de Goiás a Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, por mais que na crônica tenha se visado o aspecto econômico, dialoga indiretamente com o discurso do governo de integrar a nação. Um dos projetos do regime era a “Marcha para o Oeste”, com a

---

<sup>315</sup> Ibid. *ibidem*.

<sup>316</sup> REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul IV. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4. p. 218. jun.1941.

<sup>317</sup> Ibid., p. 219.

intenção de povoar e integrar a Amazônia ao restante do país<sup>318</sup>. Com isso, Marques Rebelo pincelou no texto a ideia de união do Brasil, e, ao mesmo tempo, ressaltou a modernização do interior brasileiro.

Ao chegar a Catalão, o autor escreveu que o município era uma “terra dura” e como era a política local. A política, a polícia e as autoridades não eram respeitadas no município, de tal modo que havia diversas fugas, nas quais a maioria dos presos não era recuperada. Para mostrar as transformações da cidade depois de 1937, Rebelo focaliza no prefeito, um gaúcho.

[...] O gaúcho tinha trabalho. Viera com a revolução, lutava dia e noite. Foi o Estado Novo que tirou de Catalão êsses tristes costumes, que deu a oportunidade ao prefeito de guardar seu tempo e sua energia para obras mais dignas. A cidade prospera [...].<sup>319</sup>

Novamente, Rebelo usou a instauração do Estado Novo como fator motivador de mudanças políticas e que gerou melhorias no município. Esse artifício do discurso, da política melhorando a sociedade, foi recorrente na revista do DIP, principalmente na coluna *A ordem política e a evolução social*. Assim, os textos da coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* possuíam um alinhamento com o discurso oficial.

Para terminar a crônica sobre o Chapadão Goiano, o autor contou que sua volta ocorreu de carro, à noite. Essa foi a crônica em que Marques Rebelo adentra mais ao interior de suas regiões, mostrando o seu trajeto de viagem. Nela, o autor apontou como as mudanças feitas pelo Estado Novo beneficiaram o interior do Brasil, como a nova ponte de ferro, e teriam investido as autoridades com poder.

Em sua quinta participação na *Cultura Política*, Marques Rebelo escreveu sobre a capital do país da época, o Rio de Janeiro. Ao invés de expor como se dava a política na capital, podendo fazer um paralelo entre o antes e depois da instalação do Estado Novo, como fez nas outras cidades, o autor optou por narrar o cotidiano de uma família carioca.

A crônica inicia-se com Seu Martins sendo despertado por sua esposa, Dona Alzira. Como não tinha jeito, ele se levanta e, enquanto se espreguiçava, lembrou que sonhou com pavão. Antes do café, Seu Martins foi ao banheiro para se arrumar; fez a barba e, enquanto tomava banho:

---

<sup>318</sup> Para entender melhor o projeto da “Marcha para o Oeste”, ver o capítulo “A nação em marcha” de livro **Sacralização da Política** Alcir Lenharo. LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986

<sup>319</sup> REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul IV. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.4., p. 2  
20. jun.1941

Banho é de chuveiro com sabonagem demora- tem tempo- e  
acompanhamento de assobio e canto. Há de todo: valsas remotas, canções da  
mocidade- “ó, minha carabú dou-te meu coração”, “perdão, Emilia, vou  
partir chorando...”- mas o forte é o samba mesmo. Não há samba novo que  
ele não saiba. O ritmo do “Barraco abandonado” é do balacobal  
Não quero mais saber da orgia.  
Preciso ser trabalhador”.<sup>320</sup>

É preciso destacar que o samba foi um estilo musical utilizado pelo regime a seu favor. Parte do mundo do samba, no período da Era Vargas, passou por uma transformação para se adequar aos ditames varguistas. Antes, costumava-se representar a malandragem e a vida boêmia, que são contrárias às ideias desse governo. Para se manterem, os sambistas foram convocados a fazer as letras ressaltando o trabalho e o homem trabalhador, como a canção cantarolada por Seu Martins, havendo um destaque no texto para “samba novo”. Mônica Velloso enfatiza que o regime usou o samba de maneira pedagógica<sup>321</sup>. Ao citar o samba, Marques Rebelo ressalta a figura do trabalhador que levanta com vontade para ir trabalhar.

Retomando o texto, Dona Alzira bate à porta do banheiro para alertar o marido sobre o horário. Depois de se arrumar, Seu Martins toma café enquanto conversa com Dona Alzira sobre coisas do cotidiano. Seu Martins pergunta pelo filho caçula, Nelson, e a esposa diz que estava com Anália. Marques Rebelo explica: “[...] Anália, mulata trintona que veio da roça e está há dez anos na casa, é considerada como pessoa da família [...]”<sup>322</sup>. Pela passagem, percebe-se que ela era a empregada da família. O marido perguntou se as crianças tinham ido à escola e se levaram merenda. “Seu Martins gostava de saber de tudo”<sup>323</sup>, e a esposa responde que sim, e que levaram: “[...] Pão com goiabada e bananas. Seu Martins aproveita mentalmente a letra do samba, ‘banana tem vitamina, meninal [...]’”<sup>324</sup>.

Com esse excerto, o autor reforça, indiretamente, a ideia do samba pedagógico para diversos assuntos. Continuando a conversa sobre as compras e a comida, Seu Martins sai apressado de casa para ir trabalhar, mas não chega atrasado no escritório:

<sup>320</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul V. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 244. jul. 1941.

<sup>321</sup> VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v.2. 2003.p. 165. Sobre a ideologia trabalhista, ver: PARANHOS, A. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo,1999.

<sup>322</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul V. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 244-245. jul. 1941.

<sup>323</sup>Ibid.,p. 245.

<sup>324</sup>Ibid. ibidem.

Seu Martins dá um beijo apressado na patroa, dá um beijo apressadíssimo no caçula- té logo, Anália- e vai voando. Sai sempre atrasado de casa, mas nunca perdeu a hora de entrada no escritório, onde trabalha dobrado porque trabalha sorrindo...<sup>325</sup>

Mais do que pontual, esse personagem é um trabalhador exemplar. Até pode sair atrasado de casa, mas no trabalho não vacila. No decorrer do texto, o autor narrou que Dona Alzira, no meio da tarde, telefonou da padaria para o serviço do marido. Houve uma breve explicação porque não havia telefone na casa, a questão era economizar. Com os quarenta mil réis mensais da linha, a família poderia fazer passeios, ou Seu Martins poderia ir ao estádio ver futebol. Mesmo que, nessa época, o telefone fosse uma modernidade, a crônica mostra que a prioridade era a recreação e o bem-estar da família. O motivo da ligação era que Mariana, afilhada do casal, estava lá com a sua filhinha doente, precisando de ajuda para comprar o remédio para a menina. Assim, Dona Alzira queria a autorização de Seu Martins para comprar o remédio. À noite, na casa da família, com o rádio ligado, Dona Alzira costura, Seu Martins lê o jornal e as crianças estudam. Quando bateram dez horas, o marido pediu para a mulher preparar o seu leite com canela.

Na crônica da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul V*, Marques Rebelo pintou o que seria um “exemplo de família” para o regime varguista, focado no casal. Seu Martins foi exposto como um homem trabalhador, que labuta bastante, mas que dá atenção para os familiares: “Seu Martins gostava de saber de tudo”. Sua esposa, Dona Alzira, era dona-de-casa, cozinhava e cuidava da casa e dos filhos, mesmo tendo ajuda de Anália. Portanto, representava um casal, o qual cada um tinha seu lugar e seus deveres com a família, como deveria ser toda família do Brasil. E isso pode ser estendido para o país, já que o governo afirmava que a nação era uma grande família e todos tinham seu lugar.

Em agosto de 1941, Marques Rebelo retorna a Itajubá, cidade visitada na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul I*, para contar sobre outros aspectos do município. Ela era drenada pelo rio Sapucaí, que não tinha muita importância pra cidade, “[...] talvez só o concebam o motivo para dois orgulhos locais: a ponte metálica e a ponte de cimento armado que emprestam á paisagem um ar suficiente do progresso”<sup>326</sup> Assim, percebe-se que o Sapucaí contribuiu para levar uma modernidade para Itajubá.

Continuava a falar do rio, que era tranquilo, com uma correnteza fraca. Mas, quando enchia, entrava na cidade, alagando uma rua e divertindo as crianças da escola. Ressalta,

---

<sup>325</sup>Ibid.ibidem.

<sup>326</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul VI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.6, p. 261. ago. 1941.

ainda, a paisagem que o Sapucaí formava com as montanhas e os peixes que ali viviam, que não eram aproveitados pelos moradores de Itajubá.

Rebelo, no texto, foi contando os casos por ele vivido na cidade. Escreve, inclusive, sobre as transformações feitas na praça, na qual havia várias árvores e bancos, utilizados pelos casais para namorar. Com as reformas feitas pelo prefeito, colocaram-se bancos melhores, porém foram retiradas as árvores, deixando a praça da cidade sob o sol. O autor, que sempre contava sobre as mudanças nas cidades com entusiasmo, ao narrar a da praça adota um ar mais melancólico e saudosista. Na sequência, fala dos entretenimentos de Itajubá, do teatro, mencionando uma peça encenada, o circo e suas atrações.

Há de se lembrar que Edi Dias da Cruz foi inspetor de ensino nesse município. Portanto, em uma parte da crônica, o escritor ressalta uma instituição de Itajubá para relatar e engrandecer o ensino local. Expõe que o Instituto Eletrotécnico da cidade era tradicional e comparado ao de Ouro Preto. Os alunos tinham um bom desempenho profissional: “[...] e quando as turmas saem, já saem empregadas, e com frequencia chegam da Argentina, do Uruguai e do Chile pedidos à secretaria do Instituto, pedidos de indicação de alguns dos seus engenheiros com propostas tentadoras [...]”<sup>327</sup>. Destaca, também, que o instituto era privado e enaltece sua equipe. Prova da sua importância é:

Quando o Presidente Getulio Vargas visitou Itajubá fez questão de visitar o Instituto. Percorreu-o todo, demoradamente, se inteirando de tudo. E tão bem compreendeu o esforço dos seus dirigentes, a importancia da sua lição, o muito que já deu, o muito que ainda poderá dar ao Brasil, que registrou o seu aplauso e a sua admiração favorecendo-o com uma subvenção, a primeira que o Instituto recebia.<sup>328</sup>

Com isso, observa que o instituto dispunha de reconhecimento e prestígio na cidade, tanto que recebeu a visita de Getúlio Vargas. E, ainda, percebe-se o seu tom de exaltação por ajudar no progresso do país e na elevação perante os países vizinhos.

Comparando as duas *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* sobre Itajubá, nota-se uma diferença de tom. Na primeira, havia um olhar mais documental sobre a cidade e a sua evolução relacionada à mudança de regime. A segunda, por sua vez, apresenta um olhar mais subjetivo, mostrando mais acontecimentos corriqueiros da cidade, com a ressalva de que, quando expõe o Instituto Eletrotécnico do município, assume uma postura documental. Em suma, na crônica de agosto de 1941, o autor colocou-se mais integrado à cidade de Itajubá.

<sup>327</sup> Ibid., p. 264.

<sup>328</sup> Ibid. ibidem.

Na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* de novembro de 1941, mês de aniversário do Estado Novo, Marques Rebelo voltou a representar outra “família exemplar” carioca. Como as edições do mês de novembro eram festivas, a revista tinha um maior cuidado na edição. Assim, havia um texto introdutório na crônica desse mês:

Dá-nos o autor mais um artigo desta serie. Hoje, focaliza ele a vida quotidiana de uma família burguesa no Rio de Janeiro. É uma descrição simples e realista, sem artifícios, mostrando ao leitor o que é a vida doméstica de hoje na Capital da República.<sup>329</sup>

Dessa vez, o texto narrou o dia da família de Seu Alfredo e de Dona Consuelo. Inicia-se com os barulhos externos à casa, o lixeiro e a reforma do vizinho, despertando o casal às sete da manhã. O autor apresenta Seu Alfredo, que era funcionário público há catorze anos e entrava no trabalho às onze horas. Ao se levantar, dona Consuelo foi acordar os filhos, Luiz Fernando e Maria Lucia, para irem à escola. Os dois não gostam de acordar cedo e de ir ao colégio, mas “[...] não há remedio senão acostumar. [...]”<sup>330</sup>.

Dona Consuelo cuidava da casa sozinha, pois não conseguia uma empregada boa para ajudá-la; além disso, contratar seria caro. Fazendo o café da família, dona Consuelo ia cantando e assoviando, enquanto o marido ainda estava na cama por ter tempo para entrar no trabalho. Nesse momento, os filhos sentavam-se à mesa para tomar o café, e a mãe aproveitou para conversar com eles sobre a higiene e a escola. Os meninos pediram mais leite, deixando dona Consuelo orgulhosa. Depois de os filhos irem para a escola, Seu Alfredo pergunta à esposa sobre suas coisas, que não encontra, tirando a mulher de seus afazeres.

Seu Alfredo, barbeado com um banho de chuveiro, que é uma tradição de família, senta-se na mesa (dá-se ao luxo de torradas) para tomar o seu mate, porque o mate é o chá brasileiro, muito melhor que o fresco, mais diurético, mais barato, mais patriótico, etc. [...].<sup>331</sup>

Nesse sentido, vê-se que Marques Rebelo coloca o nacionalismo, um dos princípios da ideologia do regime, nas coisas mais simples do dia a dia, como na escolha da bebida do personagem de sua estória. Enquanto tomava o mate, marido e mulher conversam de diversos assuntos, e Seu Alfredo pergunta se Madalena ligou. O autor explica que Madalena era a filha

<sup>329</sup>Quadros e costumes do Centro e do Sul IX. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 371. nov. 1941.

<sup>330</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul IX. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 371, nov.1941.

<sup>331</sup>Ibid.,p. 372.

mais velha do casal, que estava em Copacabana na casa da madrinha. Bateram dez horas, seu Alfredo começa a se apressar para ir trabalhar, perguntando da esposa, de suas coisas novamente, e almoçando rápido para não se atrasar para o trabalho.

Ao meio-dia, Luiz Fernando e Maria Lucia retornavam da escola e, depois do almoço, iam brincar na rua. Dona Consuelo passou a tarde entre as conversas com as vizinhas, arrumando e costurando as roupas dos familiares. As crianças iam e vinham da rua. Às cinco da tarde, dona Consuelo foi tomar banho para esperar o marido. Às seis e meia, Seu Alfredo chegou trazendo embrulhos “[...] (café, pão da padaria Francesa, remedio para o nervo)”<sup>332</sup> e reclamando do serviço.

O jantar era o momento do dia em que a família se reunia. O casal repreendia os filhos de diversas maneiras. Acabando o jantar, cada um iria fazer suas coisas. Seu Alfredo foi ouvir o rádio, que era muito difundido no Brasil do período e utilizado pelo governo para fazer suas propagandas. Como era uma atividade familiar, o rádio tinha “coisa decente”. Às dez horas, todos iam dormir, encerrando a crônica.

As dez horas, depois de um copo de leite com biscoito de fubá, cuja a receita é do tempo da vovó, recolhe-se ao leito a família feliz, para, no outro dia, com a graça de Deus, recomeçar a vida, com a mesma boa vontade de viver.<sup>333</sup>

Com esse final da crônica, Marques Rebelo reforça o caráter exemplar dessa família. Em todo o texto, faz referências bem marcadas ao cotidiano da família, com as horas pontuando as atividades, tanto as obrigações, quanto as diversões. Observa-se que cada um da família tem sua função, o pai trabalhava e provinha a casa, a mãe cuidava da casa e dos filhos, e os filhos estudavam e brincavam. Tal como toda família brasileira tinha de ser aos olhos do regime de Vargas.

No final de 1941 e no começo de 1942, Marques Rebelo escreveu três crônicas sobre Belo Horizonte, a capital mineira. Em dezembro de 1941, o texto ressaltou a cidade em si, com a sua paisagem, colocando-a como um lugar especial, onde “O homem que chega sente que uma estranha doçura o invade quando respira. Chega a parar nas ruas para sover melhor o inefável perfume. Foi assim com Mario de Andrade –‘calma do noturno de Belo Horizonte’[...]”<sup>334</sup>.

---

<sup>332</sup>Ibid.,p. 373.

<sup>333</sup>Ibid. ibidem.

<sup>334</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul X. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 290. dez. 1941.

O autor destacou alguns dos pontos turísticos da capital, como a Praça da Liberdade e o Parque Municipal, com a natureza desses lugares, que traria uma paz para os visitantes. A narrativa construiu uma aura mística para a cidade, como se fosse um lugar puro e intocado:

[...] E o homem que chega, que está cansado das inglorias lutas de outras terras, que está ferido pela furia de outros homens, tão fatigado pelo atropelo de outras ambições, comprehende que há ainda em alguma parte da terra um ar que não está ainda de todo contaminado, uma terra onde há ainda outra noção de vida, onde há ainda uma outra esperança na vida...<sup>335</sup>

Em outro momento da crônica, Rebelo listou diversos moradores e suas qualidades para apresentar aos leitores da *Cultura Política*. Os parágrafos finais iniciam-se com um convite: “Amigos e inimigos, vinde respirar o ar de Belo Horizonte!”<sup>336</sup>, e narra-se um roteiro de lugares e de pessoas a se visitar na capital mineira.

Na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul XI*, o autor volta ao seu tom habitual de suas viagens, mesmo que permanecendo em Belo Horizonte. Nessa crônica, o enfoque foi dado no Minas Tenis Clube e nos esportes ali praticados. Com o tom de como o esporte era disciplinador, o autor afirma que o clube levou o sol para Minas com sua piscina, enaltecendo os esportes aquáticos em detrimento dos demais, como se vê no excerto:

[...] A piscina do MinasTenis Clube teve a função moral: mostrou que o esporte é amavel- diverte e estimula, disciplina e alegra. O tenis, o volei, o basquete, a peteca são complementos. Fundamentais são o sol e a agua.<sup>337</sup>

Na sequência, mostrou que tal clube realizava atividades e dispunha de brinquedos para as crianças se divertirem, e “ao sol de Deus ganham forças para a luta que um dia as esperará”<sup>338</sup>. Com essa frase, já imprimia um tom de discurso oficial do regime. Os esportes são competitivos e é necessário lidar com as vitórias e as derrotas com dignidade.

- O minas perdeu?

Não tem importancia. A derrota não é humilhante. As vitorias é que nem sempre são justas. Mas para ser-se atleta é preciso antes ser homem e como homem compreender que pode haver reveses.<sup>339</sup>

<sup>335</sup> Ibid. ibidem.

<sup>336</sup> Ibid., p. 291.

<sup>337</sup> REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul XI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 11, p. 251. jan. 1942.

<sup>338</sup> Ibid. ibidem.

<sup>339</sup> Ibid. ibidem.

Com isso, o escritor mostra que era da natureza do homem enfrentar as alegrias e as tristezas, que, nesse caso, eram trazidas pelo esporte. Nesse trecho, nota-se a influência direta, mais uma vez, das ideias do regime, de um novo homem brasileiro que se queria formar como símbolo do Estado Novo.

Em seguida, escreveu sobre alguns atletas e seus esportes praticados no clube e apresentou o Major Dornelas. Pelo texto, depreende-se que o major era um administrador do Minas Tenis Clube e incentivava os esportes e os treinamentos dos atletas do clube para serem vitoriosos, “[...] Porque não basta haver aparelhos. É preciso haver homens orientadores. É preciso disciplina, bondade, amor ao corpo e ao espírito”<sup>340</sup>.

Por mais que a crônica de janeiro de 1942 fosse sobre o Minas Tenis Clube de Belo Horizonte, percebe-se que ela dialoga com pontos da ideologia varguista. Marques Rebelo destaca bastante a disciplina trazida pelos esportes, e o Estado Novo pregava a disciplina do homem para ajudar no progresso da nação. No último trecho citado, mostra a necessidade de orientação dos homens, fato que converge com o discurso do governo de que Vargas orientava e era exemplo para a pátria. Assim, o autor teceu um texto leve, no qual destaca o sol e a água de um clube, aparentemente só um espaço de lazer, para expor ao leitor ideias da ideologia oficial do Estado Novo.

Em fevereiro de 1942, Marques Rebelo continua em Belo Horizonte. Dessa vez, não fez um texto inteiro, mas um compilado de fatos e pessoas da cidade. Os fragmentos que compunham a crônica foram numerados, trazendo catorze episódios sobre diversos temas, de vocabulário ao Padre da cidade. A crônica desse mês foi citada por fazer parte das crônicas sobre a capital mineira.

Então, o fato de os três textos sobre a cidade de Belo Horizonte terem sido publicados em sequência mostra diferentes aspectos do município, de forma que o leitor percebesse uma continuidade. Tal fato é diferente em relação a outras cidades, como Itajubá, que teve duas crônicas publicadas espaçadamente (uma em março e a outra em agosto de 1941). Também se nota que sobre a capital mineira houve uma sequência. A primeira foi uma apresentação da cidade, a segunda apresentou o clube da cidade, e a terceira mostrou vários aspectos de Belo Horizonte. É interessante ver que, em nenhuma das crônicas da capital mineira, Marques Rebelo contou como estava a política, como costumava proceder nas demais cidades dos seus textos.

---

<sup>340</sup> Ibid., p. 252.

Mesmo fora de época, Marques Rebelo narrou, em sua crônica de julho de 1942, o carnaval do Rio de Janeiro. O texto não focaliza a festa em si, mas de que modo uma família a aproveitava. A personagem da história era Dona Quinota, uma mulher que, mesmo com uma empregada, cuidava da casa, “cozinhava, varria, cosia.”<sup>341</sup>, e já não encontrava boas empregadas. Dona Quinota era uma mulher forte, igual à sua mãe, a qual, segundo o autor, morreu por um acidente doméstico.

A vida de Dona Quinota era simples, quase não saia, só de vez em quando ia ao cinema do bairro, e não era de fazer e nem recebia visitas. Era mãe de três adolescentes, Elcio, Elcia e Elcina, que lhe davam trabalho, mas Dona Quinota não reclamava. Os três filhos estudavam em escola pública, onde a mãe tinha uma conhecida.

E os exames estavam perto, com os prêmios de cadernetas da Caixa Econômica dados pelo prefeito, ridicularizados pelos jornais oposicionistas, elogiados pelos do governo- a Folha dizia que era um gesto de Mecenas- mas enfim fartamente anunciados em todos os jornais para incentivo da meninada estudiosa. Ela queria ser mordida por um macaco se não arranjasse três cadernetas para casa. Os filhos é que não faziam fé.<sup>342</sup>

Percebe-se que o governo, mesmo o municipal, incentivava as crianças a ter bom desempenho nos estudos, porque, pensando na lógica da ideologia varguista, todos tinham seu papel na sociedade: as crianças tinham que se dedicar à escola e se sair bem, premiando-se os melhores. Nota-se, pelo trecho apresentado, que esse prêmio não era bem visto pela oposição, sendo motivo de crítica nos jornais.

Após apresentar Dona Quinota como uma “mulher exemplar”, dedicada à casa, aos filhos e ao marido, levando uma vida simples, Marques Rebelo mostra como sua personagem gostava do carnaval, curtindo a festa com sua família e gastava as economias do ano inteiro:

As economias acumuladas saiam do Banco Popular juntas com os juros. Não ficava nada. Metia-se numa fantasia de baiana e inundava a capota do automóvel com seus oitenta e cinco quilos honestíssimos. As meninas iam de baianas também, menos saias, mais berloques e o menino de píerô, cada ano de uma côr [...].<sup>343</sup>

No trecho acima, percebe-se que Dona Quinota, juntamente com a família, desfilava no carnaval usando “as economias acumuladas”. Nessa ocasião, era alugado um carro para a

<sup>341</sup>REBELO.M. Quadros e costumes do Centro e do Sul XVII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.17, p. 350. jun.1942.

<sup>342</sup>Ibid.ibidem.

<sup>343</sup>Ibid.,p. 351

família desfilar. Mesmo durante os dias de festa, Dona Quinota controlava-se para não gastar além das economias, contabilizando quanto ainda sobrava. Pelo texto, a personagem só se divertia nos três dias de carnaval. “A vida era aquilo mesmo [...]”<sup>344</sup>. Evidencia-se a importância do carnaval na vida de Dona Quinota quando ela pergunta para o vizinho como foi o seu carnaval.

Seu Alberto exultava:

- É isso mesmo. Fazem-se despesas enormes (e Dona Quinota sorria) e a gente não se diverte (Dona Quinota olhava para o céu). É sempre assim. Pois olhe: nós fomos a pé mesmo. Estivemos ali na Avenida na esquina do Derby, apreciamos o baile do Clube Naval, muita fantasia rica, muita, vimos perfeitamente as sociedades, tomamos refresco, brincamos a grande. Não foi?

As mocinhas fizeram que sim, humilhadas, mas os guris foram sinceros.<sup>345</sup>

Nota-se, pelo fragmento, a satisfação de Dona Quinota por ter tido uma festa mais divertida que a dos vizinhos, e que eles queriam ter o carnaval que ela tivera. Ao fim do carnaval, Seu Juca, marido da Dona Quinota, ficou de ressaca e a mulher permaneceu ao seu lado.

Dona Quinota atirou-se na cama escangalhada e feliz, só acordando na quarta-feira de cinzas ao meio dia.

Quando o resto da família se levantou, o almoço (feito por ela) já estava na mesa [...].<sup>346</sup>

Logo após o carnaval, Dona Quinota volta às atividades do dia a dia. Em suma, com essa crônica Rebelo apresenta como uma “família exemplar” curta o carnaval. Antes de narrar a festa, o autor expõe o cotidiano de Dona Quinota, a qual era mãe e dona-de-casa, cuidava dos filhos e fazia economia o ano todo, e, na época do carnaval, gostava de se divertir junto à família. Desse modo, representou o carnaval de modo decente, e é preciso mencionar que o regime do Estado Novo se utilizava do carnaval para disseminar sua ideologia<sup>347</sup>.

Depois de analisadas as crônicas de Marques Rebelo na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, é importante destacar, concluindo esse capítulo, que os textos sobre o Rio de Janeiro (julho e novembro de 1941, e julho de 1942) diferenciam-se das demais crônicas

<sup>344</sup> Ibid.ibidem.

<sup>345</sup> Ibid.ibidem.

<sup>346</sup> Ibid.,p. 352.

<sup>347</sup> Por decreto de 1937, as escolas de samba tinham que, nos seus sambas-enredos, tratar de assuntos nacionais e patrióticos com um caráter didático. In: VELLOSO, M.P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. de A.N.; FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2. 2003, p. 166-167.

feitas pelo autor para a coluna. Enquanto a maioria eram relatos de viagens, mesclando um tom documental com as impressões do autor sobre as cidades, as do Rio de Janeiro foram textos que narravam uma estória sobre “famílias exemplares”, provavelmente idealizadas pelo autor.

As crônicas da capital do Brasil foram as que mais expuseram partes da ideologia varguista. Rebelo apontou, nesses textos, instrumentos que o governo utilizava para difundir a suas ideias, como o rádio, o samba e até o carnaval, que aparecem no cotidiano das famílias retratadas. Elas eram “famílias exemplares”, com homens trabalhadores e preocupados com os familiares, as mulheres eram esposas e mães dedicadas, que cuidavam da casa, e os filhos eram crianças que estudavam e aproveitavam a infância. Com isso, representava o ideal de família brasileira, segundo o regime. Desde a primeira crônica, o autor demonstrava uma preocupação com o número de filhos por casal, representando, nessas crônicas, casais com três filhos.

Cabe destacar as diferenças entre as três estórias quanto ao enfoque. Na *Quadros e Costumes do Centro e do Sul V*, o enfoque da crônica recai sobre o casal, na número *IX*, a estória mostra o dia da família toda, e a *XVII* focaliza a mulher. Porém, todas mostram “famílias exemplares” da capital do país, que seria de onde partiriam, supostamente, os exemplos para todas as regiões do país.

As crônicas da *Quadros e Costume do Centro e do Sul* dialoga com o seu tempo, deixando nítida, nos textos, essa marcação temporal. Com isso, Marques Rebelo mostrou as ideias “oficiais” difundidas nos acontecimentos das cidades. Uma ideia bastante destacada pelo autor foi a disciplina, tanto na política, quanto na vida da população. A “ordem” teria sido trazida pelo Estado Novo e pela sua nova política. Essa disciplina conversa com as noções de autoritarismo e conservadorismo, que eram caras ao regime, divulgando-as, assim, para os leitores e reforçando o discurso de todos terem seu lugar na sociedade. Rebelo, portanto, inseriu seus textos no cenário do regime varguista com elementos de sua época.

Pelo que foi apresentado, a coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* escrita por Marques Rebelo mantinha uma estreita aproximação com os preceitos ideológicos do Estado Novo. As cidades vistas pelo autor foram destacadas pelas mudanças ocorridas em decorrência da política, afetando a sociedade e a vida local. Em diversos textos, foi citada “a influência do sopro inovador” nos municípios como motivador da transformação no interior do país. Com isso, Rebelo reafirma o discurso exposto nas outras seções da revista *Cultura Política*.

Assim, nota-se que, em sua época, Marques Rebelo era um escritor de sucesso, escrevendo livros de vários gêneros. Devido ao seu sucesso e ao seu prestígio, foi convidado a participar da revista do DIP, a *Cultura Política*. Rebelo ficou responsável por escrever a coluna sobre as regiões Centro e Sul. A maioria de seus textos para a *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* relatou suas viagens por cidades das regiões, sendo que a grande parte dos municípios era de Minas Gerais. Nessas visitas, Marques Rebelo mostrou aspectos sociais e políticos da vida local, aliando-os às transformações políticas que se sucederam depois de 1930 aos ideais da ideologia varguista. O autor expôs, nas crônicas da revista do DIP, um afinamento com o discurso oficial e com a ideologia do Estado Novo.

Em sua colaboração na *Cultura Política*, Marques Rebelo desempenhou a função de intelectual orgânico, divulgando para os leitores os preceitos ideológicos do regime com exemplos palpáveis nas cidades visitadas. Pelo pouco da trajetória do autor exposta no trabalho, percebe-se que sua cooptação pelo regime foi momentânea, pois, antes de terminar o período do Estado Novo, o autor revê suas crônicas dessa publicação para republicá-las em livro. É possível pensar, então, que Marques Rebelo, como alguns intelectuais, foi orgânico no período do regime, porém não as assimilou para o percurso intelectual posterior.

Teria ele mudado de posicionamento político ou a adesão ao regime foi puramente oportunista? Isso nos leva a relativizar a cooptação de intelectuais no período Vargas. Alguns, sim, eram plenamente afinados ao regime, por convicção. Outros, talvez, exerceram esse papel e, com a queda do regime, não mais ousaram divulgar seus princípios, o que indica que não foram totalmente “cooptados” e que havia fissuras nessa adesão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desta dissertação foi compreender as crônicas da coluna *Quadros e Costumes* em diálogo com aspectos da ideologia do Estado Novo. O que chamou mais a atenção para esta coluna é o fato de ela ser dedicada ao regionalismo, como parte componente da revista *Cultura Política*, sendo que um dos pilares das ideias do regime eram o nacionalismo e a exaltação da nação brasileira. Feitas as análises de algumas crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste e do Centro e do Sul*, percebem-se várias diferenças entre as duas partes que precisam ser ressaltadas.

Mesmo com o discurso de união e com um modelo de homem brasileiro para todo o país, o regime tinha visões distintas sobre as regiões. Pregava-se que a região Nordeste era a detentora da “Alma nacional” e a guardiã da nacionalidade, e a Centro e a Sul eram vistas como lugares que teriam perdido a essência nacional, por terem sofrido influência dos imigrantes<sup>348</sup>. Com essa diferenciação entre essas regiões, o DIP expôs, nas páginas de sua principal revista, a *Cultura Política*, uma coluna para que seus leitores intelectualizados conhecessem as diversidades de costumes e de cenas das várias regiões do Brasil.

Para escrever a *Quadros e Costumes do Nordeste*, foi convidado Graciliano Ramos, e para a *do Centro e do Sul*, Marques Rebelo. Os dois eram grandes escritores do período e tinham seus respectivos estilos de escrita. Os autores assumiram caminhos diversos para representar as suas regiões na revista do DIP, e isso se nota em elementos básicos, como o tempo e o espaço. Ao representar sua região, Ramos, na maioria das crônicas, não especificou quais eram os locais e nem quando se passavam as situações, porém, pelos escritos, parecia referir-se a um período anterior.

Essas indeterminações podem ser entendidas como um artifício para manter o autor afastado das ideias do regime e, também, para driblar os censores dipinianos. Por outro lado, os textos de Marques Rebelo apresentavam lugares definidos, as cidades percorridas pelo autor, e expunham, de forma elogiosa, o regime e o presidente Getúlio Vargas, restando nítida a referência ao seu momento presente.

Quanto aos temas, as duas *Quadros e Costumes* tiveram uma proximidade, como apresentado nos quadros 01 e 02 desta dissertação. Os temas que tiveram destaque foram

---

<sup>348</sup>SALLA, T.M.Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book). p. 6

sociedade, costumes e política, porém as abordagens dos autores sobre esses assuntos distinguem-se.

Rebelo representa, em seus textos, uma sociedade em mudança após as transformações políticas ocorridas no país no pós-1930, e deixa nítido que a política teria sido um gatilho para mudar os costumes e a sociedade das cidades que visitou. Essa abordagem de Marques Rebelo dialogava com e reforçava o discurso do regime, do DIP e da própria revista *Cultura Política*, evidenciando o seu alinhamento com a ideologia varguista.

Graciliano Ramos, em suas crônicas, escrevia sobre uma sociedade cercada por misérias, onde se tinha por costume beneficiar poucos e uma política voltada para si própria. Em nenhuma de suas 23 crônicas da *Cultura Política* esse autor escreveu, de forma categórica, que o tipo de política e de sociedade representado nas crônicas havia acabado em decorrência da subida de Vargas ao poder. Mas o seu leitor era levado a achar, pelo discurso da revista e pela disposição do texto nela, que essas práticas teriam ficado no passado.

Entretanto, ao se ler a *Quadros e Costumes do Nordeste* sem se considerar o contexto, pode-se notar que se tratava de textos que, de alguma forma, indicavam as misérias, os abusos políticos por parte dos poderosos da região. Eram críticos em relação às continuidades que contribuem para aprofundar a situação miserável de sua região de origem.

Para observar as diferenças de abordagens de cada autor em relação à política, tem-se como exemplo a segunda edição, de abril de 1941. Nela, Graciliano Ramos representou a política como uma mulher cheia de vontades e que termina, na narrativa descontente, porém ainda viva. Rebelo, por sua vez, foi taxativo em relatar as mudanças ocorridas em Januária, com um juiz colocando os antigos chefes políticos em seus determinados lugares. Com isso, evidencia as diferentes formas com que Graciliano Ramos e Marques Rebelo tratam e mostram as cenas de suas regiões, podendo ser notadas, também, nas demais crônicas analisadas ao longo deste trabalho.

Há de se comparar a forma como os dois constroem os seus textos para a *Cultura Política*. O autor da *Quadros e Costumes do Centro e do Sul* escreveu suas crônicas sobre as cidades percorridas, mesclando relatos de viagem com um tom documental, e suas impressões subjetivas sobre elas. Dessa forma, Marques Rebelo visitou essas cidades do interior das suas regiões, principalmente do estado de Minas Gerais, a fim de obter material para escrever a partir de suas perspectivas, aliando o vivido in loco com a ideologia do regime.

Como já foi mencionado no texto, na época da revista, Graciliano Ramos já vivia há algum tempo no Rio de Janeiro. Assim, suas crônicas eram narrativas de ficção baseadas em suas recordações e também nas histórias típicas do Nordeste.

Os textos de Rebelo sobre o Rio de Janeiro (*Quadros e Costumes do Centro e do Sul V, IX e XVII*) aproximam-se dos de Ramos por serem narrativas que representavam uma situação construída pelo autor. Contudo, essas três crônicas evidenciam diversos preceitos do regime, sendo umas das que mais os ressaltam. Embora fosse pregada a ideia de que a “alma nacional” estivesse no Nordeste do Brasil, dentro da *Quadros e Costumes*, as “famílias exemplares” foram mostradas nas regiões Centro e Sul, mais especificamente na capital do país. Dessa maneira, expõe que era da capital que partiriam os exemplos de homens trabalhadores e de mulheres que cuidavam de seus lares, propagando o ideal de família brasileira posto pelo regime.

Em suma, por mais que fizessem parte da mesma coluna e tivessem temáticas parecidas, as crônicas de Graciliano Ramos e Marques Rebelo distanciam-se, principalmente no modo como dialogam com os princípios da ideologia Varguista. Por estarem na revista *Cultura Política*, com uma estrutura e outros artigos que ressaltavam os preceitos e como as mudanças estavam sendo oportunas no país, possivelmente, as diferenças de tons não ficavam evidentes para os leitores, pois, além disso, tinham como principal intenção conhecer as paisagens e os costumes do seu país.

As diferenças entre Marques Rebelo e Graciliano Ramos estavam além dos textos, também se verificando a postura dos intelectuais diante ao regime Varguista. Rebelo mostrava ser um intelectual cooptado e integrado aos preceitos do governo, propagando-os em suas crônicas. Mas, pela biografia do autor, indica-se que seu alinhamento com foi momentâneo.

Por outro lado, Graciliano Ramos nunca se declarou afinado com as intenções do regime, e expunha certa neutralidade nas suas crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste*, as quais, na verdade, escondiam críticas, ironias e ambiguidades. Dessa forma, percebe-se que Marques Rebelo explicitava, nas crônicas, a sua posição de intelectual propagandista da ideologia do Estado Novo, ao passo que a participação de Graciliano Ramos na *Cultura Política* gera inquietações entre os estudiosos, pela sua história e pela sua destreza na escrita. Entretanto, diante que foi discutido nesta dissertação, Ramos via sua colaboração como um meio de garantir o sustento da família e não apresentou um alinhamento total com os preceitos do governo de Vargas.

No contexto da Era Vargas, os intelectuais tiveram bastante importância em vários departamentos, como no Ministério da Educação e Cultura, em torno de Gustavo Capanema, no DIP e em outros. Para estruturar e organizar essas ideias a fim de serem divulgadas para a sociedade brasileira, foi necessário contar com a colaboração dos intelectuais. Por serem grandes as pretensões do regime, ele contou com vários intelectuais das mais diversas

posturas e correntes de teóricas para auxiliar na organização e na propagação das ideias que compunham a sua ideologia. Como exemplo dessa diversidade de intelectuais que colaborou com o governo podem ser citados os dois autores da coluna *Quadros e Costumes*.

O regime preocupou-se em divulgar e propagar as suas ideias e preceitos, e, para isso, estruturou diversos departamentos para cuidar dessa área. Esses departamentos podem ser vistos como um único, pois, ao incorporar mais funções e trocar de nome, ainda continuava a realizar as tarefas anteriores.

Em 1939, já no período ditatorial, foi instituído o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). As suas funções principais eram ser o formulador e divulgador da ideologia do regime, e fazer a censura aos meios de comunicação. Mas, para além dessas, o DIP desempenhou várias outras funções, como mostrado nesta dissertação. Pela sua importância, de ter sido ligado diretamente à Presidência da República, o DIP era considerado como um superministério e detinha autonomia para interferir em outras pastas. Assim, o departamento contou com uma grande estrutura hierarquizada para gerir todas suas competências e realizar suas ações.

O grupo em torno de Vargas buscava construir uma ideia de moral e “ordem” para a nação, contudo ela se diferenciava das que estavam embutidas na sociedade brasileira. Coube ao DIP produzir e divulgar, de maneira pedagógica, os pensamentos do Estado para as camadas mais populares, principalmente entre os trabalhadores. Foram transmitidos os valores de hierarquia, de trabalho e de disciplina, casando com a industrialização e urbanização crescentes no país à época<sup>349</sup>. Com isso, fica claro o intuito de enquadrar as camadas mais populares dentro de seu ideal, a fim de atender os interesses das classes dominantes, que eram representadas pelo regime.

Sabemos, pela longevidade da imagem de “pai dos pobres” referente a Vargas, que tais iniciativas tiveram um grau considerável de sucesso. Mas não podemos considerar o regime monolítico, nem imune a fissuras ideológicas, como bem demonstra as posturas distintas de Marques Rebelo e Graciliano Ramos.

Dentre as publicações do DIP, destacava-se a revista *Cultura Política* por ser a que expunha os preceitos pregados pelo aparelho de Estado, os quais seriam retransmitidos para outras publicações e até a outros meios. Mônica Velloso considera essa revista como a matriz

---

<sup>349</sup> GOULART, S. **Sob a Verdade oficial:** Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 20

ideológica do DIP<sup>350</sup>. Uma revista dessa envergadura possuía um quadro respeitável de colaboradores, que incluía até ministro de Estado, citando Francisco Campos, e intelectuais de primeira grandeza. O público-alvo da *Cultura Política* era seletivo, pois a publicação era direcionada às camadas intelectualizadas da população a fim de que pudessem compreender a ideologia do regime e retransmiti-la para outros grupos da sociedade. Quanto ao conteúdo da revista, era bastante diverso, abrangendo de estudos teóricos a assuntos culturais, destacando-se que havia uma seção exclusiva para esclarecer o pensamento de Getúlio Vargas. Assim, vê-se que a revista *Cultura Política* colaborava com a função de produtora e divulgadora do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Em suma, pode-se afirmar que o DIP foi um dos braços fortes do regime na época do Estado Novo. Esse órgão foi o grande responsável por produzir e reproduzir a ideologia e, também, por tapar as fissuras ideológicas e, principalmente, entre elas e as ações do regime. Sem a censura feita pelo DIP, talvez, o Estado Novo não duraria o tempo que perdurou. Com isso, o Departamento de Imprensa e Propaganda foi uns dos grandes construtores da aparente hegemonia sobre a sociedade daquela época.

O período anterior à Era Vargas foi repleto de embates e conflitos, tanto na política, quanto nas ideias sobre as perspectivas de futuro para o Brasil. Mesmo com o golpe de Estado, em 1930, as tensões políticas e sociais não se acalmaram, e isso levou a outro golpe, instaurando-se a ditadura do Estado Novo. Desde o início, o regime Varguista teve características bem definidas, de um governo centralizador e autoritário, acentuadas após 1937. Para tentar dominar a sociedade e obter a hegemonia, o regime utilizou-se da coerção e do consenso, pois o próprio governo Varguista era pleno de contradições e fissuras que, por um momento, foram camufladas. Mas, quando se evidenciaram, tal fato contribuiu para a derrocada do regime.

Embora o regime de Getúlio Vargas tenha caído, vários preceitos de sua ideologia ainda continuam presentes na sociedade atual. Desse modo, há que se destacar que tanto o DIP, quanto os intelectuais fizeram um bom trabalho com a divulgação dos três pilares da ideologia: o autoritarismo, o conservadorismo e o elitismo, ainda atuais e fortes no cotidiano brasileiro. Também as ideias de nação, de nacionalismo e características do ser brasileiro pregadas pelo regime Varguista continuam vivas no imaginário, no qual ainda se observa um grande moralismo. Pelo fato de história recente do país ter tido uma ditadura civil-militar,

---

<sup>350</sup>VELLOSO, M. P. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982. p. 104

esses preceitos foram reforçados, sendo necessário resgatar o período em que foram amplamente disseminados e observar como foram divulgados.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. de. BELOCH, I. (coordenação). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV, CPDOC, FINEP. 2001. V.1 e V.2.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Marques Rebelo** – biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/marques-rebelo/biografia>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- ANTELO, R. **Literatura em revista**. São Paulo: Ática, 1984.
- ARRIGUCCI JUNIOR, D. Fragmentos sobre a crônica. In: ARRIGUCCI JUNIOR, D. **Enigma e comentários: ensaios sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66
- ARRUDA, M. A. do N. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre a inovação e a tradição. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.23, n.2, p.191-212. Nov. 2001.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa, Brasil- 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud X. 2002.
- BORGES.V.P. Anos Trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 159-182.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 1981.
- CÂNDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. **Novos Estudos**. Cebrap, São Paulo, v.2, 4, p. 27-36. abr.1984.
- CAPELATO, M. H. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 183-213
- \_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, L. de A.N. e FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**.v.2. 2003, p. 107-143.
- CARONE, E. **Revolução do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: DESA, 1965.
- CHAUÍ, M. de S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CODATO. A. N, GUANDALINI JR., W. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2 n. 32, 2003. p.145-164
- COUTINHO, C. N. Graciliano Ramos. In: COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p. 141-194
- FARIA, P. A. G. de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944): Estudo Crítico**. 150f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução de 30**: historiografia e história. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GOMES, A. de C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOULART, S. **Sob a Verdade oficial**: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GRAMSCI, A. Literatura. **Cadernos do Cárcere**, v.6. Coutinho, Carlos Nelson et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- \_\_\_\_\_. Os Intelectuais. **Cadernos do Cárcere**, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- LUCA, T. R. de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: Estudo de Casos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n°61.2001.p.271-296.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986
- LIGUORI, G. Ideologia. In: LIGUORI, G; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. Tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho, Leandro de Oliveira Galastri Silvia De Bernardinis; Revisão Técnica Marco Aurélio Nogueira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.398-402.
- MACCIOCCHI, M. A. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974.
- MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. Economia e Política no Brasil: uma reflexão. In: II Jornadas de Historia Economica, Montevideo,1999. **Anais...** Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Economica, 1999, (CD ROM).
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOVIMENTO Literário. **Revista Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, p. 235-246. abr. 1944. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014 .

OLIVEIRA, L. L. Autoridade e Política: o pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, L. L; VELLOSO M. P.; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982, p.48-70.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L. VELLOSO, M. P. GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982, p.14-30

\_\_\_\_\_. Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade. OLIVEIRA, L. L; VELLOSO M. P.; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982, p.31-47

PAIVA, V. da S. de. **Diálogo Cordial**: Cultura Política, os intelectuais e as letras no Estado Novo. 2011. 190f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2011.

PARANHOS, A. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo,1999.

PESAVENTO, S. J. Este mundo de verdade sobre as coisas de mentira: entre a arte e a história. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n° 30, 2002. p.56-75

PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PРИБЕРАМ DИCИONÁRIO. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em: 20 jul. 2014

POULANTZAS, N. As Classes sociais e luta de classe. In: \_\_\_\_\_. SILVEIRA, Paulo (org.) **Poulantzas**: sociologia. Trad: Heloisa Fernandes. São Paulo; Ática, 1984.

RAMOS, G. Quadros e costumes do Nordeste I. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.236-237. mar. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>> Acesso em: 23 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p.246-247. abr. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste IV. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.221-222. jun. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste VI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.6, p.259-260. ago.1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste VII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, p. 263-264. set. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste IX. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.9 p.369-370. nov. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste X. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano1. n. 10. p.288-289. dez. 1941. DISPONÍVEL em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste XII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano2, n. 12, p. 217-218. fev. 1942. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste XIII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.13, p.236-237. mar. 1942. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste XVI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2. n. 16, p. 321-322. Jun. 1942 Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Nordeste XVIII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p.311-312. ago. 1942. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23/07/2014.
- \_\_\_\_\_. A decadência de um senhor de engenho. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.19, p. 184-185. set. 1942. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Viúva Lacerda. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 4. n. 42, p.173-174. Jul. 1924 CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Viventes de Alagoas**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Record, 1977.
- REBELO. M. Quadros e costumes do Centro e do Sul I. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.232-235. mar. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul II. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p. 242-245. abr.1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em :23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul IV. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p. 218-220. jun. 1941C. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul V. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, p.244-246. jul. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul VI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.6, p.261-264. ago. 1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul IX. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p.371-373. nov.1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul X. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 1, n.10, p.290-291. dez.1941. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul XI. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n.11, p.251-252. jan. 1942. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Quadros e costumes do Centro e do Sul XVII. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, p.350-352. jul.1942. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- SALLA, T. M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book).
- \_\_\_\_\_. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS. **Biografia**. Disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/vida/biografia>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B; RIBEIRO, V. M. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- SILVA, R. N. **Memórias Rabiscadas nas Crônicas de Viventes das Alagoas de Graciliano Ramos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013.
- SUSSEKIND, F. **Tal Brasil, Qual Romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- VELLOSO, M. P. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVERA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A de C. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores.1982.p. 71-108.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.v.2. 2003, p. 145-179.
- VESENTINI, C. A. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: HUCITEC, 1979

## ANEXO

Figura 01 – Capa da *Cultura Política* de Março de 1941, primeiro número da revista

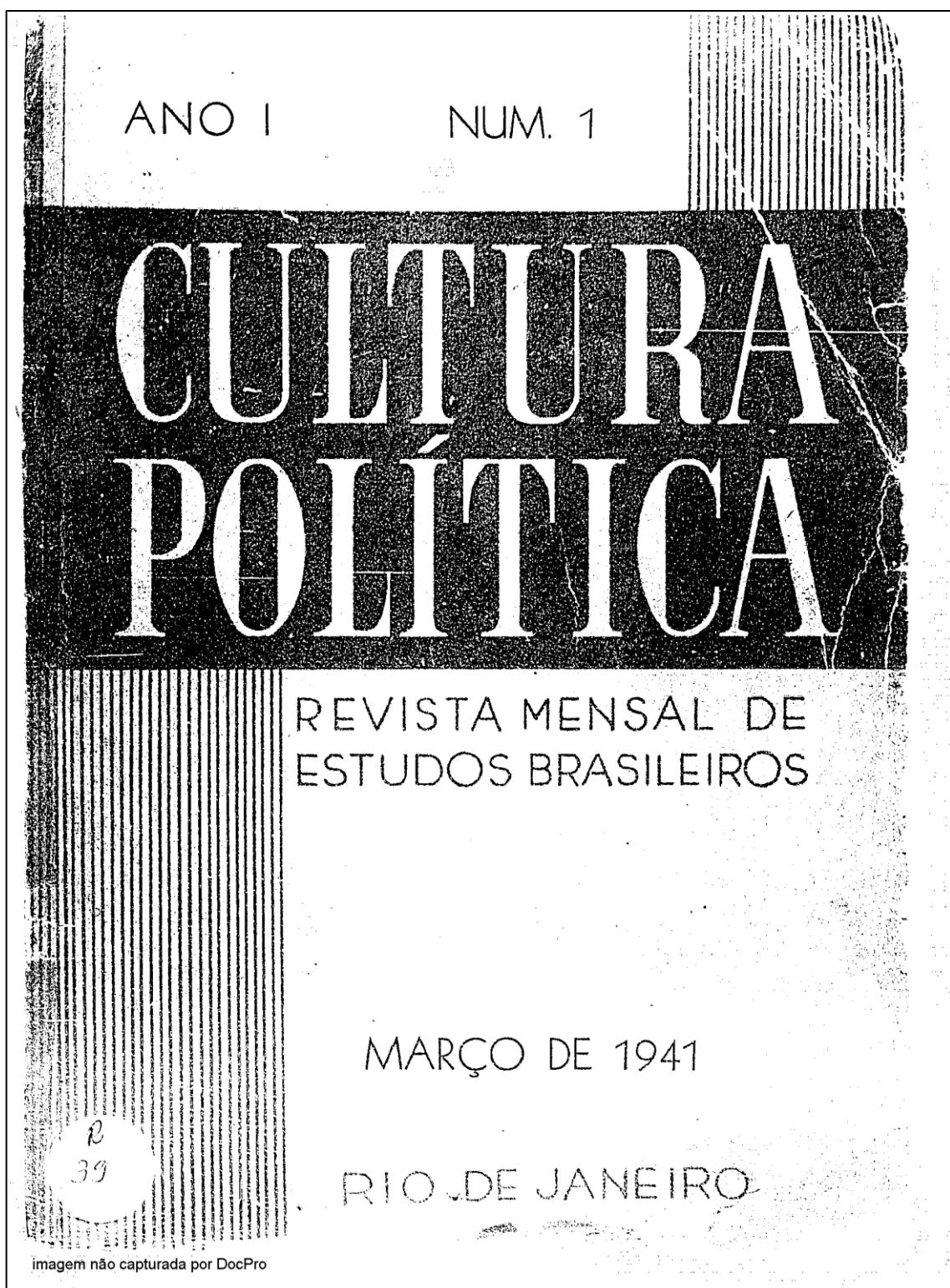


Figura 02 – Sumário da revista *Cultura Política* de Março de 1941

Sumário deste número:	
	Pdg
A EVOLUÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL .....	5
1) Problemas políticos e sociais	
O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO NAS ÁREAS DA CAATINGA, por DJACIR MENEZES .....	11
O ATUAL REGIME DOS MUNICÍPIOS, por MENELICK DE CARVALHO .....	24
A POLÍTICA DO BRASIL NA AMÉRICA, por JAIME DE BARROS .....	34
EVOLUÇÃO DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA DO BRASIL, I, por ARTUR HEIL NEIVA .....	42
O PASSADO E O PRESENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, por FERNANDO CALLAGE .....	51
A INFLUÊNCIA DO PODER PESSOAL NA UNIDADE POLÍTICA DO BRASIL, I, por MONTE ARRAYS .....	61
A SITUAÇÃO ATUAL DO ESTADO BRASILEIRO, por ULISSES RAMALHETE MAIA .....	76
A EXPERIÊNCIA DAS SUCESSÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL, I, por SÍLVIO PEIXOTO .....	82
ALGUNS GRANDES ASPECTOS DA PRESIDÊNCIA RODRIGUES ALVES, por JOSÉ MARIA BELO .....	96
O ESTADO NOVO E SEU SENTIDO BANDEIRANTE, por CASSIANO RICARDO .....	110
O ESTADO NOVO E O HOMEM NOVO, por PAULO AUGUSTO DE FIGUEIREDO .....	133
REGIÕES NATURAIS DE CIRCULAÇÃO, por MÁRIO TRAVASSOS .....	139
O SENTIDO SOCIAL DA AMAZÔNIA, por FRANCISCO GALVÃO .....	149
2) O pensamento político do Chefe do Governo	
REALISMO POLÍTICO E DEMOCRACIA, por AZEVEDO AMARAL .....	157
3) A estrutura jurídico-política do Brasil	
A CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937: COMENTARIOS AO ART. 1.º, por ALOÍSIO MARIA TEIXEIRA .....	177
4) Textos e documentos históricos	
A PRIMEIRA REPÚBLICA, vista por VICENTE LICINIO CARDOSO .....	191
A ELEIÇÃO INDIRETA NO BRASIL IMPERIAL: CRÍTICAS AO SUFRÁGIO DIRETO .....	197
A IGUALDADE DE RAÇAS NO BRASIL: SUAS RAÍZES HISTÓRICAS .....	202
5) A atividade governamental	
PANORAMA DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL .....	209
TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DO DIREITO, por LUIZ ANTONIO DA COSTA CARVALHO .....	218
6) Brasil social, intelectual e artístico	
A INFLUÊNCIA POLÍTICA SÔBRE A EVOLUÇÃO SOCIAL, INTELECTUAL E ARTÍSTICA DO BRASIL .....	227
A) EVOLUÇÃO SOCIAL .....	
A ORDÉM POLÍTICA E A EVOLUÇÃO SOCIAL, p. 230 — QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL, por MARQUES RABÉLO, p. 232 — QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE, por GRACILIANO RAMOS, p. 236 — O Povo BRASILEIRO ATRAVÉS DO FOLCLORE, por BASÍLIO DE MAGALHÃES, p. 238 — INTERPRETES DA VIDA SOCIAL BRASILEIRA, p. 242 — PÁGINAS DO PASSADO BRASILEIRO, p. 245 .....	230
B) EVOLUÇÃO INTELECTUAL .....	
A ORDÉM POLÍTICA E A EVOLUÇÃO INTELECTUAL, p. 250 — LITERATURA DE FICÇÃO, por WILSON LOUSADA, p. 252 — LITERATURA DE IDEIAS, por PEDRO DANTAS, p. 257 — LITERATURA HISTÓRICA, por HÉLIO VIANA, p. 260 — HISTÓRIA LITERÁRIA DO BRASIL, por ROSÁRIO FUSCO, p. 262 — ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS, por VIEIRA PINTO, p. 265 — EDUCAÇÃO, por F. VENÂNCIO FILHO, p. 268 — MOVIMENTO BIBLIOGRÁFICO, por ANTÔNIO SIMÕES DOS REIS, p. 272 .....	250
C) EVOLUÇÃO ARTÍSTICA .....	
A ORDÉM POLÍTICA E A EVOLUÇÃO ARTÍSTICA, p. 277 — MÚSICA, por LUIZ HEITOR, p. 278 — ARTES PLÁSTICAS, por CARLOS CAVALCANTI, p. 283 — TEATRO, por R. MAGALHÃES JUNIOR, p. 287 — CINEMA, por LÚCIO CARDOSO, p. 290 — RÁDIO, por DÉCIO PACHECO DA SILVIRA, p. 293 .....	277

Figura 03 – Sumário da revista *Cultura Política* de Setembro de 1942

<b>Sumario deste número:</b>	
<i>A independência e a unidade do Brasil</i> .....	7
<b>PROBLEMAS REGIONAIS</b>	
<i>Considerações sobre o latifundio na Paraíba</i> , de ADEMAR VIDAL .....	11
<i>Troncos raciais da família matogrossense</i> , de JOSÉ DE MESQUITA .....	20
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	
<i>Os cursos de administração do DASP — (Suas realizações e seu programa de trabalho)</i> , de JOSÉ MONTELO .....	24
<b>TRABALHO</b>	
<i>O trabalho da mulher em face da legislação social brasileira</i> , de FERNANDO CALLAGE .....	30
<b>PRODUÇÃO</b>	
<i>A exploração do diamante na Bala</i> , de HERMAN LIMA .....	39
<i>O aproveitamento econômico da nossa castanha</i> , de NICANOR UCHOA .....	53
<i>Observações sobre a borracha brasileira</i> , de FRANCISCO GALVÃO .....	62
<b>FINANÇAS</b>	
<i>As atividades do Banco do Brasil — (Comentários à margem de um relatório)</i> .....	66
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<i>A Juventude Brasileira e o escotismo</i> , de OLDEGAR VIEIRA .....	76
<i>Os "fins" educacionais na reforma Capanema</i> , de JOSÉ AUGUSTO DE LIMA .....	85
<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>	
<i>Aviação de carga — (Um exemplo a seguir no Brasil)</i> , do Coronel-Aviador LISIAS A. RODRIGUES .....	89
<b>POLÍTICA NACIONAL</b>	
<i>Caxias e Getúlio Vargas — (Nacionalismo e Sindicalismo)</i> , de JOSÉ VERÍSSIMO FILHO .....	93
<i>A mística e as realizações do Estado Nacional</i> , do 1.º Tenente MARIO MARTINS DE FREITAS .....	100
<b>POLÍTICA INTERNACIONAL</b>	
<i>Panamericanismo</i> , de NAIR FORTES ABU-MEHIRRY .....	112
<b>POLÍTICA MILITAR E DEFESA NACIONAL</b>	
<i>As verdadeiras bases do poder militar</i> , do Coronel do Exército F. DE PAULA CIDADE .....	114
<i>Defesa ativa e passiva do território nacional</i> , do Capitão de Mar e Guerra CESAR DA FONSECA .....	120
<b>POVOAMENTO</b>	
<i>A política imigratória do Brasil no século XVI — (A contribuição africana; estudo sobre alguns reinos da Guiné Superior)</i> , de ARTUR HEHL NEIVA .....	128
<b>LITERATURA</b>	
<i>Primeiros documentos literários no Brasil</i> , de NELSON WERNECK SODRÉ .....	142
<i>Desnívelamentos da vida</i> , de JORGE DE LIMA .....	148

Figura 04 – Continuação do sumário da revista *Cultura Política* de Setembro de 1942

6	CULTURA POLÍTICA
<b>LITERATURA PANAMERICANA</b>	
<i>Evolução da novela chilena</i> , de BRITO BROCA ..... 151	
<b>FOLCLORE</b>	
<i>O elemento religioso afro-brasileiro</i> , de BASÍLIO DE MAGALHÃES ..... 155	
<i>Jurupari</i> , de LUIZ DA CÂMARA CASCUDO ..... 160	
<i>Os bailes pastoris e a influencia de Gil Vicente</i> , de D. MARTINS DE OLIVEIRA ..... 176	
<b>QUADROS E COSTUMES REGIONAIS</b>	
<i>Cataguazes</i> — (Minas Gerais), de MARQUES REBELO ..... 181	
<i>A decadencia dum senhor de engenho</i> — (Nordeste), de GRACILIANO RAMOS ..... 184	
<i>Curiosidades da Amazonia</i> , de GASTÃO VIEIRA ..... 186	
<b>QUADROS DO PASSADO BRASILEIRO</b>	
<i>As tropas de muares e seus condutores no desenvolvimento da viação interna do Brasil</i> ..... 188	
<b>MÚSICA</b>	
<i>Vila Lobos</i> , de LUIZ HEITOR ..... 191	
<i>O bumba-meу-boi</i> de Camassari, de RENATO ALMEIDA ..... 193	
<b>ARTES PLÁSTICAS</b>	
<i>A pintura de Pedro Américo</i> , de TORRES PASTORINO ..... 198	
<b>CINEMA E TEATRO</b>	
<i>O filme brasileiro de pequena metragem</i> , de PINHEIRO DE LEMOS ..... 201	
<b>RÁDIO</b>	
<i>O rádio e a produção intelectual</i> de MARTINS CASTELO ..... 203	
<b>FILOLOGIA</b>	
<i>A expressão das idéias de determinação e os gramáticos</i> , de ALTAMIRANO NUNES PEREIRA ..... 206	
<b>BIOGRAFIA</b>	
<i>O segundo centenário de Azeredo Coutinho</i> , de FRANCISCO VENÂNCIO FILHO ..... 212	
<i>Vida e poesia de Luiz Murat</i> , de ÁLVARO F. SALGADO ..... 215	
<i>João Barbosa Rodrigues</i> , de BASÍLIO DE MAGALHÃES ..... 220	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<i>Bibliografia brasileira</i> , de ANTONIO SIMÕES DOS REIS ..... 224	
<i>Bibliografia estrangeira sobre o Brasil (1937-1941)</i> , de CARLOS PEDROSA ..... 232	
<b>TEXTOS E DOCUMENTOS</b>	
<i>Uma relação pouco conhecida da tomada de Olinda pelos holandeses em 1630</i> ..... 237	
<b>INQUÉRITOS E REPORTAGENS</b>	
<i>Como organizar os seringueiros</i> (Entrevista com o diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura) ..... 240	
<i>A Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i> ..... 246	
<i>Um mês de realizações governamentais</i> (Julho de 1942) ..... 249	
<i>As comemorações da semana de Caxias</i> ..... 250	
<i>Um mês de guerra mundial</i> (De 15 de Julho a 14 de Agosto de 1942), do Tenente Coronel Ari MAURELL LOBO ..... 261	
<b>O BRASIL NO EXTERIOR (PORTUGAL)</b>	
<i>O Brasil e a poesia de Bilac</i> , de JOAQUIM MANSO ..... 273	

Figura 05 – Página de apresentação da coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, na revista *Cultura Política* de Março de 1941

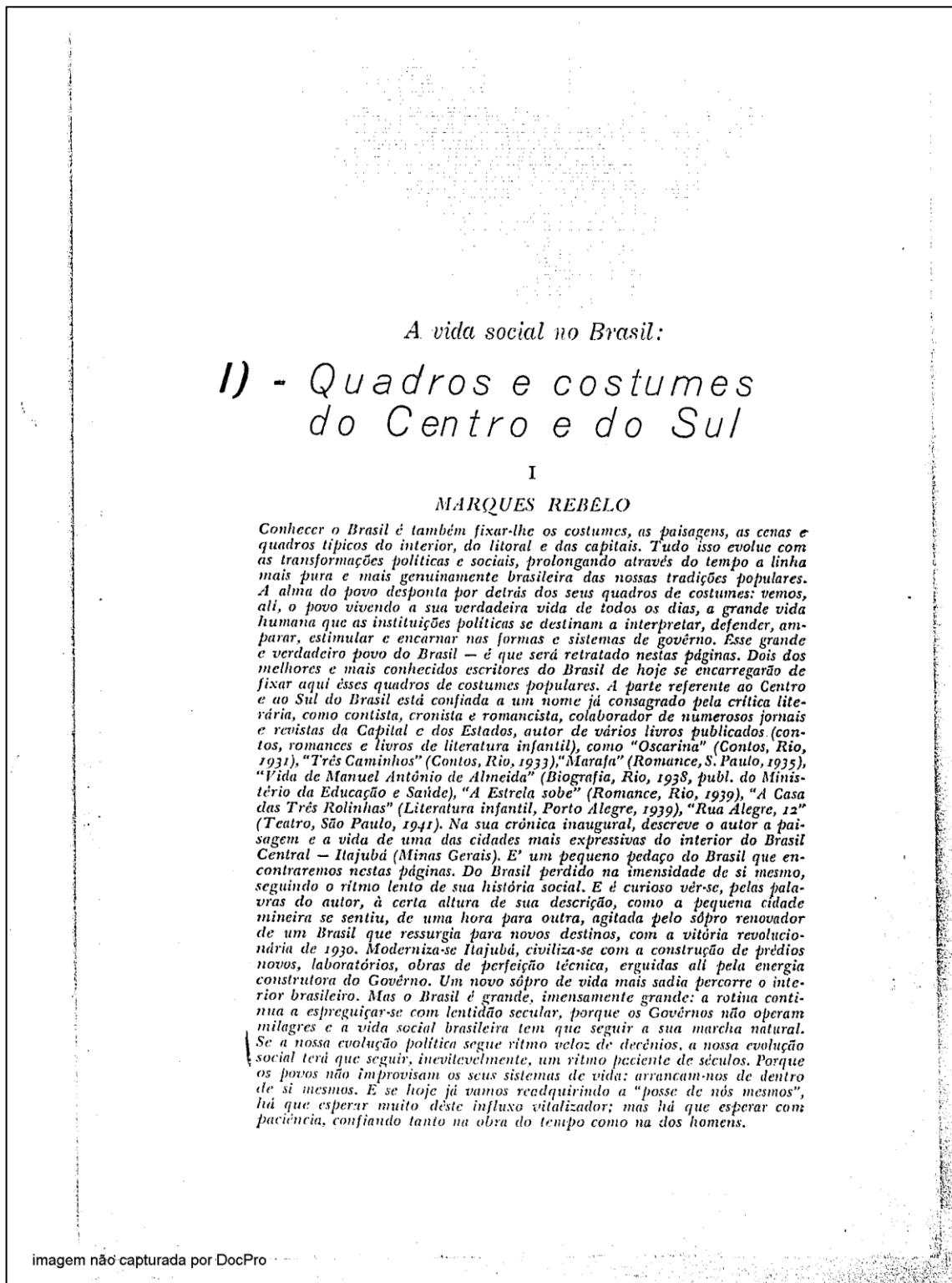


Figura 06 – Página da coluna *Quadros e Costumes do Centro e do Sul*, na revista *Cultura Política*, de Março de 1941

QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL	233
<p><b>V</b>OU PELOS caminhos de areia limpa e úmida sem rastro de formiga. Há um cheiro de vida e não sei se foi o orvalho da noite fria, ou se foi o regador dos jardineiros, que deixou em cada folha o rutilante aljofar, que os raios do sol transmudam em pequenos diamantes.</p> <p>Jaboticabeiras oferecem os seus frutos negros como olhos. Piteiras nos esperam hostis como um ataque de baionetas. As videiras, que vieram da França, custaram cinco contos cada uma. Quando chegar certo maquinário recomendado do estrangeiro, a Escola de Horticultura poderá fazer frutas em conserva e a renda será suficiente para custear a vida do estabelecimento. E os canteiros se sucedem. Aqui são gerânios, muito importunados pelas abelhas do professor Lindenbeien, ali são as margaridas de mil cores diversas, acolá são as gepsófilas, as papoulas como flâcidas borboletas, as acálias amarelas como uma chuva de ouro, os tinhorelos felpudos como certas asas de mariposas. Nas estufas nos asfixiamos, mas é ali que, no mistério das germinações, abrem-se corolas raras e as orquídeas ostentam as suas flores mais belas e delicadas.</p> <p>Vou vendo, sentindo, aprendendo. Tudo tão limpo, tão regado, tão meticulosamente cultivado, tão perfeito — a natureza disciplinada... E chego a invejar a vida daquelas plantas, que tem quem as cuide com carinho, quem as pode, proteja, defende das pragas e das intempéries, estrume as suas raízes, quem garanta a existência das suas flores e dos seus frutos. Felizes vegetais, vou dizendo comigo a cada passo, felizes vegetais! Mas, numa volta de canteiro, as dália se queixaram amargamente:</p> <p>— Não se iluda com as aparências... O senhor Cardinali (o infatigável diretor da Escola) é um despota. Não nos deixa sossegadas um minuto sequer. Vive podando os nossos galhos, arrancando os nossos tubérculos, nos mudando de lugar, nos regando com líquidos inúteis, modificando a nossa forma e as nossas cores. Já não duvidamos mais que um dia tenha o displante de nos obrigar a ter perfume! Não, senhor, não podemos mais! Se é um cavalheiro,</p>	<p>nos salve! imploraram com o maior desespero.</p> <p>E os bambus, também os bambus se lastimaram:</p> <p>— Nossa vida é intolerável, bondoso visitante. Somos cortados impiedosamente para servir de estacas para os feijões. E como se não bastasse tanta humilhação, todas as manhãs o professor Gouveia vem nos visitar, conta coisas de nossa intimidade aos seus alunos e traz sempre no sorriso a insuporável intenção de nos mostrar que é mais comprido do que nós...</p> <p style="text-align: center;">* * *</p> <p>A cidade entrou hoje, domingo — um maravilhoso domingo de sol — numa justa tranquilidade, após quatro dias de desassossego e aflição. Com o coração desafogado — “correu tudo muito bem” — doutor Peres acaba de informar à população que a sua cadeirinha deu finalmente à luz três cachorrinhos, todos machos, (infelizmente muito pouco parecidos uns com os outros e todos os três em nada com o pretendido pai, que é o ai Jesus do doutor Armando Ribeiro dos Santos).</p> <p style="text-align: center;">* * *</p> <p>A tarefa que o Exército Nacional se propôs e vem realizando em prol da nossa civilização, é a mais categórica afirmação do verdadeiro valor e patriotismo do soldado brasileiro. Protegendo os selvícolas, abrindo estradas, rompendo sertões, explorando rios, levantando mapas, pacificando regiões, cortando o Brasil em todas as direções com o seu Correio Aéreo e deste modo aproximando interesses, facilitando as comunicações e favorecendo o comércio, desanalfabetizando, incutindo o civismo, nacionalizando as populações, eis os principais marcos dessa obra gigantesca que caminha dia a dia dentro de uma reserva e anonimato que a fazem ainda maior e mais digna.</p> <p>A Fábrica de Itajubá, situada em privilegiada posição para os fins a que se destina, está entre as mais recentes realizações da nossa grande força. Prédios imponentes, instalações técnicas das mais modernas e eficientes, laboratórios de controle perfeitos, eis o que é o grande parque de indústria bélica do sul de Minas, que há cinco anos</p>